

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ROBSON CAMPANERUTI DA SILVA

“Saindo da calçada”: mapeamento das redes sociais de lideranças femininas do bairro
do Salgueiro, em São Gonçalo/RJ

Niterói
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ROBSON CAMPANERUTI DA SILVA

“Saindo da calçada”: mapeamento das redes sociais de lideranças femininas do bairro
do Salgueiro, em São Gonçalo/RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre.

Niterói
2013

Banca Examinadora

Prof^ª. Orientadora – Dr^ª Simoni Lahud Guedes
Universidade Federal Fluminense
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª Soraya Silveira Simões
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Letícia de Luna Freire
Universidade Federal Fluminense

Prof^º. Dr^º. Sérgio Rodrigues Castilho
Universidade Federal Fluminense

Prof^º. Dr^º. João Marçal Bodê de Moraes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Suplente Externo

Prof^º. Dr^º. Daniel Bitter
Universidade Federal Fluminense
Suplente Interno

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo mapear as redes sociais de lideranças femininas, acompanhar e registrar as práticas de atuação e mediação social de lideranças femininas no bairro do Salgueiro, na cidade de São Gonçalo-RJ. A região analisada tem sofrido intervenções diretas de melhoramento e urbanização devido à sua participação no plano de obras previstas pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Analisando a implementação de tal política pública no cotidiano local, evidencia-se a importância das redes sociais e sua articulação dentro do contexto local. No Salgueiro, dar-se ênfase na figura feminina, uma das condições necessárias para ascensão social da mulher como agente mediador. Desta forma, o objeto foi se delineando a partir das condições de pesquisa: na observância das mobilizações comunitárias, nas redes de apoio e ajuda mútua e nas relações vicinais e informais a partir do papel da mulher como intermediadora das instâncias locais e supralocais no bairro. Para uma análise que abarcasse os pressupostos presentes em uma observação etnográfica, contemplando as representações e as práticas de tais agentes, foram projetadas e estruturadas três dimensões de observação e análise, que culminam nos três capítulos teóricos de meu projeto de pesquisa, a saber: dimensão situacional da pesquisa; dimensão identitária das lideranças femininas; e a dimensão relacional e da rede social composta por elas e mapeadas neste trabalho. O trabalho teórico-metodológico dialoga com vários autores (Sahlins, Elias, Goldbout, Guedes, Mauss, Fonseca, Freire, Neves, Birman). Destaca, na prática destas lideranças locais, a questão da obrigação moral de ajudar ou construir projetos sociais, culturais, entre outros de cunho assistencial, prática que pode ser analiticamente inserida na lógica do dom. Portanto, o contradom das interlocutoras em trabalhar pelo bem comunitário, estar sempre auxiliando os seus vizinhos, entre outros aspectos, além de reforçar um ethos familiar e cristão, sempre valorado por elas em suas falas, também traz à tona a necessidade da circulação de bens materiais e simbólicos para que a interação local funcione, ou permaneça funcionando.

Palavras chaves: Redes sociais; mobilização comunitária; lideranças; políticas públicas.

Abstract

The present work aims to map the social networks of women leaders, follow and register the performance and practices of social mediation of the female leaders in Salgueiro neighborhood, in the city of São Gonçalo - RJ. The analyzed region has suffered direct interventions for improvement and urbanization due to their participation in the construction plan foreseen by the Growth Acceleration Plan (PAC). By analyzing the implementation of such public policy on local people's daily lives, the importance of social networks and their articulation within the local context is highlighted. In Salgueiro, the female figure is emphasized, which is one of the necessary conditions for women social advancement as a mediating agent. Thus, the object was delineated from the conditions of research: in the observance of community mobilization, support networks and mutual assistance, and also in the vicinal and informal relations from the woman's role as an intermediary between local and supra neighborhood. For an analysis that would enfold the assumptions present in an ethnographic observation, considering the representations and practices of such agents, three-dimensional observation and analysis have been designed and structured, culminating in three theoretical chapters of my research project: dimension situational research; identity dimension of women leaders, and the relational dimension and social network composed by them and mapped in this work. This theoretical-methodological work dialogues with various authors (Sahlins, Elias, Goldbout, Guedes, Mauss, Fonseca, Freire, Neves, Birman). In addition, this study highlights in these local leaders' practice the issue of the moral obligation to help or build social, cultural, among others with care aspect, a practice that can be analytically embedded in the logic of the gift. Therefore, the interlocutors' goodwill in working for the community well-being, always helping their neighbors, among other aspects, besides reinforcing a familiar Christian ethos, always valued in their speech, also bringing to the fore the need for the circulation of material and symbolic goods for the sake of local interaction, or to remain working.

Keywords: Social networks, community mobilization, leadership, public policy.

Agradecimentos

Conforme escrito aqui, neste trabalho, a solidariedade de todos que contribuíram com meu trabalho está, de certa forma, agraciada em minha escrita. Início pela minha rede familiar: meu pai, Roberto, meu irmão, Roberto Jr, minha mãe, Janete; os meus primos-irmãos, de lado paterno e materno; meus tios, que deram o suporte afetivo, inclusive ouvindo minhas ladainhas em nossas confraternizações. Está aqui todo meu afeto, que de tão imensurável, fica impossível descrever em algumas poucas palavras. O amor, o suporte e os ouvidos sempre estarão a postos aqui. Estarei sempre em eterna dívida com vocês.

Sem minha esposa, Isabel Viana, com certeza, minha vida e este trabalho teriam perdido toda a riqueza e vivacidade. Pela sua compreensão, lealdade, empatia e segurança; além de ser minha revisora predileta, posso assegurar que aprendi mais de Português e, de Antropologia, você sabe um pouco. Nossas vidas, baseadas nesta troca desinteressada, na comunicação e na complementaridade, não tem descrição densa que dê conta de minha gratidão eterna pelo que fez por mim. Seja em qualquer lugar, como diz Ibn Arabi, “Porque o amor é minha religião e minha fé”.

À minha orientadora, Simoni Guedes, que desde 2007 vem me auxiliando, refletindo sobre meus trabalhos, aconselhando, enfim, fazendo seu papel de orientação com muito afeto, rigor e tranquilidade. Com muita admiração, sua serenidade e firmeza fizeram para mim uma referência do que é ser antropólogo e fazer Antropologia. Como ela mesma disse, seu papel é mais que acadêmico ou profissional, é uma relação análoga ao irmão da mãe nas sociedades trobriandesas. Ou seja, ela é que projetou meu caminho e minhas escolhas acadêmicas. Parte de seus ensinamentos estão representados aqui e, sem dúvida, espero ter feito de acordo com a qualidade que é marca de todos que por suas mãos passaram.

Aos amigos, compadres e demais colegas que fiz, no meio pessoal ou na própria UFF, não posso esquecer de contemplar alguns nomes. Seria injusto esquecer de alguns, mas meu amigo e compadre Leonardo Pomponét, Adriano Ramos, Márcio “Nico” Malta, Rodrigo Cavalcanti Ribeiro, Saintclair Velloso, Tiago Silva, Vinicius “Moita” Loreto, estão comigo desde o início. Aqui é uma recordação muito especial de minha trajetória acadêmica, em que todos nós compartilhávamos ideias e acabamos cada um seguindo nossos respectivos decursos, mas não deixando sempre de nos encontrar, refletir, discutir e conviver. A vida é feita de amizade!

Do PPGA/UFF, minha turma de 2011 não podia deixar de ser mencionada. Mais que colegas de pós-graduação, tornamo-nos amigos e cúmplices de Antropologia. Nosso Grupo de Trabalho tornou-se referência dentro e fora dos muros da academia. Entramos juntos e tornamo-nos um grupo coeso, amigo e companheiro. Outros colegas foram incorporados à nossa “matilha”, e sem eles também boa parte de minhas reflexões teriam sido superficiais ou até mesmo vazias. Para meus amigos antropólogos, um grande abraço e continuemos nossa empreitada.

Aos professores do programa, todos que ministraram disciplinas e me orientaram nos estágios realizados, um agradecimento especial aos professores Edilson Silva, Fábio Reis Motta, Marco Antonio Mello, Nilton Santos e Renata Gonçalves. Para os professores da banca, Daniel Bitter, João Bodê, Letícia Freire, Soraya Simões e Sérgio Castilho, um apreço grande pela disponibilidade e interesse de acompanharem o desenvolvimento dos meus trabalhos. Desde a graduação até hoje, muitos de vocês já vêm apoiando, dialogando e sugerindo boas ideias que em parte estão incorporadas aqui.

Agradeço a todo o corpo técnico administrativo do PPGA, (Marcelo, Marcelino Conti, Ilma, Fernanda, entre outros) e também agradeço à coordenadora do programa, Ana Paula Mendes de Miranda, por sua solicitude e entendimento em resolver meus problemas.

Agradeço também aos meus amigos de campo, pois sem eles nada disso aqui existiria: Alex, Ana Paula, Baixinha, Érika, Janete, Lúcia, Marquinhos, Neide, Nice e Zilá. O conhecimento aqui desenvolvido é fruto de nossas conversas, confiança e bastante entendimento entre nós. Sem transmitir o que vocês sabem, não haveria etnografia. Gratidão especial a meu grande amigo Gilberto e sua família. Sem seus depoimentos, essa pesquisa não teria *corpus*. Além de ótimos interlocutores, Suzete, Roberto e Carlos são grande amigos pessoais, com quem espero sempre estar junto, falando e vivendo a vida.

Agradeço à Capes pelo financiamento de minha bolsa de pesquisa. Sem ela, seria muito mais difícil manter-me dedicado a campo.

Lista de Siglas

BNH – Banco Nacional de Habitação

CESU – Centro Social Urbano

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

DPO – Destacamento de Policiamento Ostensivo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG – Organização Não-Governamental

PAS – Projeto Amo Salgueiro

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PETI – Plano de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Primeira Igreja Batista

PM – Polícia Militar

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

PTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social

SMDS/SG – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – São Gonçalo

UFF – Universidade Federal Fluminense

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 RECORTANDO O OBJETO.....	19
2.1 O recorte socioespacial do bairro	21
2.2 Meu percurso no campo e seu impacto na pesquisa.....	27
2.3 O recorte do campo – o Salgueiro, suas adjacências e os “Salgueiros” – divisão espacial e sócio-moral da localidade pesquisada	29
2.4 A dimensão moral do campo pesquisado – do Complexo do Salgueiro às nuances locais moralmente hierarquizadas.....	31
2.5 O estabelecimento de redes sociais e de suas representações sobre o bairro	36
2.6 Metodologia empreendida – análise cartográfica da rede social das lideranças femininas	38
3 AS NARRATIVAS DE VIDA COMO COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DA CONSTRUÇÃO DA <i>PERSONA</i> DE LIDERANÇA FEMININA NO SALGUEIRO.....	44
3.1 A formação de ser-mulher, ser-mãe e ser-agente/trabalhadora	52
3.2 Quais são as ideias-valores que referenciam suas respectivas moralidades?	53
3.3 A comparação de representações contraditórias sobre o Salgueiro a partir das trajetórias de vida	55
3.3.1 Suzete e Zilá: análise de acontecimentos significativos dentro do Salgueiro	58
3.4 Ênfase na mulher e nos papéis femininos na formação das <i>personae</i> pesquisadas.....	65
3.4.1 A importância do trabalho na formação pessoal e o duplo papel de ser mãe-trabalhadora.....	70
3.4.2 A ascensão e o engajamento a partir da crença e atuação religiosa: “subir na vida” e o reforço dos valores adquiridos.....	74
3.5 As interlocutoras como agentes de mediação.....	76
4 AS DIMENSÕES RELACIONAIS PARA ANÁLISE DA REDE SOCIAL PESQUISADA	82
4.1 A cartografia da rede mapeada – alguns aspectos metodológicos e de análise	85
4.2 Da casa para a rua: os graus de conexidade da rede a partir das relações de parentesco e vizinhanças localizadas	90
4.3 As conexidades e as relações dentro das redes das interlocutoras	94
4.3.1 Uma análise retrospectiva da configuração familiar – o caso de Suzete.....	98
3.4 O sistema de ajuda mútua (entreadjudas) baseada nas relações de vizinhança: o circuito da dádiva como reforço do tripé de honra feminina.....	107
3.5 Outros eventos significativos – arranjos e rearranjos das redes sociais locais.....	110
Alguns pontos de conclusão	114
REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

Em Antropologia, o objeto é recortado conforme as circunstâncias do campo pesquisado. E quando se está há cinco anos em um mesmo local, observando certas mudanças, algumas regularidades, mas, no entanto, ainda não houve reflexão sobre o que realmente é interessante estudar, é possível haver a mudança de perspectiva em relação a esse recorte.

Desde 2008, durante a graduação, venho observando intermitentemente o bairro do Salgueiro, em São Gonçalo¹. Adentrei a discussão sobre intervenção pública em bairros populares a partir do projeto de Iniciação Científica, coordenado pela profa. Dr^a. Simoni Guedes, intitulado **Redes Sociais Urbanas: Casa, Família, Parentesco e Vizinhança em bairros de Trabalhadores**², financiado pelo CNPq. Inicialmente, o projeto consistia em “discutir as redes sociais de parentesco e vizinhança caracterizadas pelo enraizamento local, em segmentos de trabalhadores urbanos estabilizados, considerando-as, inclusive, diante das recentes alterações do padrão de ocupação imobiliária nos bairros em foco” [retirado do projeto original].

O bairro do Salgueiro se encontra no 2º Distrito de São Gonçalo, município homônimo, muito próximo à BR-101, pelo Sul; ao Oeste, se encontra perto dos bairros de Itaoca e da Praia da Luz, perpassando pela Fazenda dos Mineiros, já desaguando na Baía de Guanabara; a Leste, tem o bairro Jardim Catarina; e ao Norte, os bairros oficiais de Barra das Palmeiras e parte de Itaoca. Tal descrição geográfica tem como objetivo destacar que, por causa das obras do Comperj (Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro) na região de Guaxindiba e principalmente na cidade de Itaboraí (SILVA, 2009), todos os bairros do entorno serão afetados, a fim de consolidar uma infraestrutura necessária para o escoamento dos insumos produzidos naquela região.

A partir desta perspectiva, adentrei nas discussões das versões locais sobre a história do Salgueiro, visando, a partir daí, analisar as perspectivas e estimativas do que

¹ O município de São Gonçalo é o segundo mais populoso do Estado do Rio de Janeiro. Segundo dados do IBGE (2010), a cidade tem a população de 999.728 habitantes. Pela extensão territorial, a cidade apresenta grande crescimento demográfico, pois de 1991 a 2000 houve crescimento de 14,27%; e no período de 2000 a 2010, em que houve grandes iniciativas públicas na região – via PAC, Comperj, entre outros – houve crescimento de 12,2%. Como não houve políticas efetivas de planejamento urbano, a densidade demográfica é de mais de 4.035 hab/km² nos seus 247,709 km² de extensão territorial.

² Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq desde 2008, onde as pesquisas encontradas nele culminaram em diversos artigos, dissertações e teses sobre o tema.

o PAC poderia trazer para a região como um todo, ou seja, pretendia-se analisar as percepções locais sobre o bairro e que mudança iria ocorrer com as obras do PAC. Tal plano inclui um pacote de políticas públicas, que tem como objetivo a “retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”³, a partir da “execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras.” As obras, no caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, se deram em localidades pobres, sem infraestrutura urbana, ou com uma urbanização precária. Diversos trabalhos já analisaram estas obras na cidade do Rio de Janeiro (FREIRE 2008, 2009; TRINDADE, 2012). No entanto, as obras no Salgueiro têm conotações estratégicas um pouco diferentes das demais, como veremos a seguir.

Com as intervenções no Salgueiro por causa dos investimentos do PAC, a região recebeu melhorias urbanas importantes depois desta reaproximação do poder público, seja através das obras, seja pelas políticas institucionais de intervenção sócioassistencial (via PAC Social/PTTS/SMDS-SG⁴).

Se eu estivesse apenas observando o PAC em si, o desenvolvimento da pesquisa estaria comprometido. Os dados institucionais mais básicos foram coletados, mas existia bastante desconfiança, principalmente em relação ao observador “externo”. Pouco poderia se retirar de observações diretas e de inferência nas ruas. Aliado a isso, havia a ideia do bairro ser uma localidade violenta. Tanto na imprensa quanto no discurso dos interlocutores inicialmente consultados, o bairro vinha sofrendo todos os seus problemas decorrentes da chamada violência urbana. Um exemplo era o poder do tráfico de drogas local, trazendo o temor de que me confundissem com um PM ou com outra ameaça à ordem territorial estabelecida. Acrescia-se a isso a desconfiança principal dos moradores, que poderiam achar que eu era do “governo” ou da empresa responsável pela condução das obras, fechando canais comunicativos e encerrando muitas fileiras de observação. Cabe salientar que não havia, de minha parte, interesse de

³ Disponível em: <www.pac.gov.br> (Acesso em: 7 nov. 2012)

⁴ PTTS - Projeto de Trabalho Técnico Social, vinculado à SMDS/SG - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município de São Gonçalo. Consiste numa triagem realizada por agentes comunitários contratados e moradores da localidade com as famílias locais impactadas. Esse mapeamento foi determinado pelo Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal, a fim de poder identificar as características da população afetada pelas obras do PAC. Após a triagem, foram selecionadas as agentes comunitárias – que, após a mudança do escopo da pesquisa, viriam a ser minhas interlocutoras-chave em campo – para intervirem diretamente nas demandas locais. O PAC Social mantém estas siglas em seus relatórios.

analisar os contornos que o tráfico adquiria na localidade. A partir das leituras a respeito do assunto (MELLO & VOGEL, 1983; FREIRE, 2008a, 2009; SILVA, 2009), a ideia inicialmente estabelecida era entender os impactos estruturais – em seus vieses urbanístico e social – advindos da intervenção das políticas públicas na localidade estudada.

Em suma, o PAC é um evento significativo (SAHLINS, 1990), através do qual se delineou para mim as movimentações das lideranças políticas locais. A interferência das obras no cotidiano local mudaria a rotina e a percepção do morador sobre o bairro. Um local, que estava relegado a si próprio, repentinamente, recebe uma abundância de reformas, melhorias, construções, asfaltamentos, saneamento etc. Um sentimento otimista era sentido pelos ativistas de políticas públicas voltadas às classes populares. Mas o que realmente o morador achava desta mudança toda? Ele também via com esta animação? As mudanças eram substanciais ou circunstanciais? Este era o objetivo inicial da pesquisa. Mas como entrar em um bairro popular, que está atravessando mudanças significativas?

O uso de minhas redes sociais (BOTT, 1976; GODBOUT, 1992) foi de suma importância. E é este o objeto principal de minha pesquisa: a importância das redes sociais e sua articulação dentro de um determinado contexto. Trocas de mensagens, ligações, reuniões, uso da Internet, caminhadas, entrevistas, observações, entre outras estratégias, devem ser pensadas por nós, pesquisadores, para o estabelecimento de uma rede de contatos e de informações numa realidade muito próxima da nossa. Dentro da própria academia, e até de meus círculos de amizade, cada contato era visto como uma oportunidade de conhecer melhor o bairro, *in loco*, e mediado pelas inúmeras perspectivas relatadas a mim.

Esta reflexão é feita agora, *a posteriori*, depois de muito tempo debruçado sobre diversas ideias e possíveis decursos para tal empreendimento acadêmico. Todos meus escritos foram aos meus interlocutores e voltaram. Sugestões, aspectos não pensados e interesses são colocados em jogo. Mas como consegui chegar a este ponto é o norte reflexivo do antropólogo com seus dados. O que poderia se tirar de proveito de tanta informação retirada? Como colocar um “guarda-chuva” nesta tempestade de informações?

Tornei-me um problema para a minha própria inserção no campo. Percebi que, quando estava com elas, isto comprometia, inclusive, o trabalho das agentes do PAC Social. Segundo elas, devido a eu não aparentar um pesquisador, mas, sim, um policial ou até algum empregado da empresa responsável pelas obras, nós não conseguimos sair a campo sem nenhum receio. Por causa disso, acabei perguntando a elas sobre o bairro que moravam e trabalhavam.

Quando conversávamos, elas mostravam que seus pontos de vista, suas ideias e suas representações sobre o bairro e as próprias obras seriam um aspecto muito interessante para entender as mudanças pelas quais o bairro do Salgueiro passava.

Enveredei, então, pela observação da rotina delas, suas práticas, seus discursos, suas narrativas de vida e suas representações sobre o próprio local de moradia que passava por modificações.

As diversas transformações do bairro também são observadas, com algumas variantes, dentro das redes de liderança locais. A presença feminina em mobilização comunitária e na intermediação de relações e conflitos já está presente na literatura sociológica e também antropológica (FONSECA, 2000; SILVA, 2003; NEVES, 2008), e o papel da mulher vem se ampliando tanto nas famílias como na sociedade brasileira. No Salgueiro, podemos observar que a ênfase na figura feminina⁵ trouxe condições necessárias para ascensão social da mulher. Desta forma, o objeto foi se delineando a partir das condições de pesquisa: na observância das mobilizações comunitárias, nas redes de apoio e ajuda mútua e nas relações vicinais e informais a partir do papel da mulher como intermediadora das instâncias locais e supralocais no bairro. A ênfase nas mulheres do bairro é evidente, mas a figura de alguns homens não passará em branco.

Esse aspecto corrobora a afirmação de Neves (2008), que minhas interlocutoras poderiam ser (inter)mediadoras dentro de diversos contextos sociais explicitados em nossos diálogos, pois:

A demonstração dos modos de construção dos significados constitutivos dos fluxos dos processos sociais (...) coloca em jogo o confronto/encontro de pontos de vista para a constituição de um outro campo de produção de significados e referências comportamentais. Ressalta o caráter fundamental do reconhecimento de espaços sociais. (NEVES, 2008, p. 11)

⁵ Dentro da pesquisa, houve uma querela sobre a focalidade da mulher nas relações familiares de parentesco e vizinhança. Em um ponto, chegou-se a usar o conceito tradicional de matrifocalidade. No entanto, evidências empíricas mostraram que, apesar da existência dessa ênfase na mulher, seria determinante demais utilizar os conceitos de uxirofocalidade ou de virifocalidade. Os desdobramentos dessa questão seguem mais adiante, no capítulo 2.

Mas quem são nossas (inter)mediadoras? Até o momento, estamos falando a uma certa distância, generalizando alguns dados da pesquisa e, com isso, impessoalizando os meus interlocutores. No entanto, como Geertz (1989, 1997) enunciou, a observação antropológica deve estar baseada em uma descrição densa, em uma experiência-próxima. Portanto, ao falar do Salgueiro, na realidade estamos falando da síntese analítica do bairro, feita por mim e pelas pessoas com quem travei maior contato. Na realidade, farei uma etnografia de uma rede de um determinado tipo de liderança local. Essas lideranças são, além de tudo, lideranças morais. Exemplos e modelos de mulheres que ascenderam socialmente num lugar considerado, entre elas, inclusive, de vulnerabilidade social, de violência e de passividade frente às adversidades da vida.

Elas falam de uma posição em comum. Todas, sem exceção, atuam ativamente dentro do bairro. Quase em sua totalidade, essa atuação engajada dentro da localidade de moradia começou por ações dentro das respectivas igrejas. Algumas ainda atuam neste espaço social. As minhas entrevistadas, em algum momento de relato de suas histórias de vida, falam da importância da religião na militância comunitária.

Para uma análise que abarcasse os pressupostos presentes em uma observação etnográfica “que permite atingir simultaneamente as práticas e as visões [representações] de mundo dos nativos” (MALINOWSKI, 1963), foram projetadas e estruturadas três dimensões de observação e análise, que culminaram nos três capítulos teóricos de meu projeto de pesquisa, a saber:

a) dimensão situacional – O decurso de minha pesquisa, os problemas de inferência no campo, as observações diretas e participantes, e, em seguida, as contribuições de meus interlocutores, neste caso, as agentes do PAC Social e do Projeto Amo Salgueiro, deram o recorte do *locus* e o escopo da pesquisa.

Este capítulo situa meu papel e influência como observador neste emaranhado de relações e percepções tidas em minha presença no bairro, como também demonstrar que a rede pesquisada, em análise, pode ser mapeada a partir de alguns espaços nodais de interação entre os meus interlocutores. Desta forma, a sede do PAC Social (dividida com a ONG Comunidades em Ação), a sede do Projeto Amo Salgueiro, a Primeira

Igreja Batista do Salgueiro e a casa de uma interlocutora fazem parte do espaço de análise inicial.

b) **dimensão identitária** - As visões e as representações discrepantes sobre o bairro trouxeram uma estratégia de pesquisa, ao entender que minhas interlocutoras, mesmo tendo percepções completamente diversas sobre o bairro, tinham vários pontos em comum. Para iniciar, a valorização de si que parte de uma moralidade comum. Todas são trabalhadoras (ou empreendedoras individuais), apresentam certos traços de formação religiosa ativa, e todas enfatizavam o papel central da família na vida delas.

Ana Paula e Zilá, duas de minhas interlocutoras-chave, são membros ativos da Primeira Igreja Batista do Salgueiro (PIB). E por lá passaram Janete, coordenadora da ONG Comunidades em Ação, tendo um projeto chamado Mulheres do Salgueiro; e Lúcia, atual liderança e vice-presidente do PAS; Érika permeava os dois espaços da pesquisa. Educadora social, trabalhou muito tempo no PAS e foi chamada para compor o PAC Social; Suzete passou por diversas igrejas batistas, dentro e fora do Salgueiro; e Baixinha era o principal nome da Creche Comunitária, local importante para o aglutinamento de forças, no passado, para viabilizar novos projetos sociais dentro do bairro.

Além da militância religiosa ou comunitária, é imprescindível falar que, para ascender socialmente, desde tenra idade, é importante também trabalhar, seja para ser chefe de família, como Janete, Baixinha e agora, Lúcia; ou para auxiliar o marido em condições adversas, como Suzete e Zilá, ou então, para contribuir com a renda, tendo um papel importante na casa, como Ana Paula e demais. Trabalhar, como diz o provérbio popular, “dignifica o homem”. Complemento aqui, dizendo que dignifica o homem e compõe uma parte da honra feminina no contexto de vida observado.

A família tem um papel importante na formação identitária de todas essas mulheres. Como Cintia Sarti (1994) afirma, a família detém uma ordem moral para elas. É pela família que se faz sacrifícios, trabalha-se para o bem dela e assim, mantém-se o respeito com a vizinhança. As conquistas delas se refletem na família, e a família reflete em seus valores.

A tríade valorativa (religião, trabalho e família) é o que forma a honra identitária feminina das minhas entrevistadas. São valores interdependentes, que se complementam

na formação de si e na justificação de sua atuação militante dentro do Salgueiro. Além delas, existem outras inúmeras famílias que podem, nas palavras de Ana Paula, “levantar e sair da calçada”. Ou seja, suas honras também estão em jogo em suas ações comunitárias. A honra também se passa na solidariedade local e na transmissão desta dádiva, em sinal de eterna dívida com sua localidade e com todos o que compõem sua rede social. (MAUSS, 2008; GODBOUT,1992).

Repassar seus aprendizados, suas experiências, suas histórias e consequentemente, seus valores, entre outros aspectos, são a força motriz para estarem engajadas no bairro. Pelo destaque e interconhecimento local, Ana Paula, Zilá, Érika, Cleide e Nice foram selecionadas para trabalhar no PAC Social.

Janete mantém destaque pela ONG, esta que realiza cursos de capacitação em empreendimento solidário, em sua maior parte, com mulheres. Ali se realiza diversos cursos de corte e costura, de curtimento de couro de tilápia e de moda e artesanato com diversos materiais do couro. Mantém contato direto com Baixinha, da Creche. Sua filha trabalha lá, e sempre que pode, auxilia em alguma coisa.

Lúcia mantém o legado de Jorge Canela, seu falecido marido. Pessoa importante e uma grande liderança dentro do Salgueiro, foi um grande interlocutor e era um importante articulador dentro do bairro. O Projeto Amo Salgueiro não deixa de ser fruto desta intermediação iniciada por Jorge e mantida por sua esposa.

c) **dimensão relacional** – Tal dimensão não deixa de ser um desdobramento dos demais capítulos. Tanto a situação de pesquisa quanto a formação identitária das mulheres do Salgueiro passam pelo aspecto relacional. Com quem elas andam, se relacionam e mantém laços de aproximação são aspectos fundamentais para a formação de si e do contexto de liderança pesquisado.

O recorte, desta forma, levou em conta as relações primárias que meus interlocutores tinham dentro do bairro, fazendo da família, de seus parentes, vizinhos e de seus considerados um ponto de apoio, inclusive, para efetivar seus trabalhos de mobilização e coleta de informações.

Nesta parte, foi dada ênfase à constituição da morfologia da rede na qual os interlocutores estavam inseridos. A rede social de cada família nuclear foi o ponto base para o mapeamento e a partir da reconstituição dos laços de parentesco, consideração e

amizades existentes na localidade, pude descobrir o grau de inserção das lideranças dentro da localidade.

Isto pode exemplificar o fato de Suzete não ter sido alçada ao *status* de líder. Mesmo tendo todos os aspectos identitários como as lideranças destacadas, por fatores relacionais, sejam dela ou de sua família com a vizinhança e o bairro em geral, ela não obteve êxito em ser reconhecida como um modelo de pessoa em ascensão. Pelo contrário, eles eram vistos, como ela relatou em entrevista, como “metidos”, por não estabelecer relações efetivas com os seus vizinhos. Isto acarretou, inclusive, nas representações dela e de sua família sobre o Salgueiro. Ela afirmava que o bairro detinha uma moralidade negativa, e devido ao comportamento reprovável de seus vizinhos, ela acabava generalizando todos os moradores.

Portanto, as três dimensões analisadas têm papel fundamental para a formação, consolidação e atuação comunitária engajada em bairros populares. Não basta ter conhecimento formal, nem aparentar boa conduta, entre outros aspectos comumente dados como positivos pelo senso comum. As relações com seus vizinhos, com os pontos nodais de determinada localidade e o reconhecimento destes com a pessoa, o papel que ela representa para os demais e a significação pelas pessoas que compõem as redes sociais locais das ações engajadas feitas por estas mulheres são aspectos fundamentais para tais conseguirem estar inseridas dentro de uma localidade como o Salgueiro.

Em suma, para mapear efetivamente as redes de mobilização comunitária dentro do Salgueiro, a fim de poder esboçar os desdobramentos das redes sociais urbanas mais amplas e as implicações políticas decorrentes do acionamento destas redes, o recorte se dá nas atuações das redes de lideranças comunitárias femininas, tendo como pano de fundo, ou como Marshal Sahlins (1990) conceitua, os acontecimentos, eventos socialmente significativos, como é o caso em nosso contexto de pesquisa: as obras do PAC e as suas consequências na organização e mobilização locais.

2 RECORTANDO O OBJETO

A ideia inicial, conforme dito na Introdução, era observar e analisar, pela perspectiva antropológica, quais seriam os impactos das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)⁶ em São Gonçalo. Tal cidade, onde existe um pouco mais de um milhão de habitantes, centro de fluxo de migração interna e externa, mas que não tem infraestrutura urbana adequada, cresce irregular e desenfreadamente. Desde o ano de 2008 até o presente momento, o bairro é palco de obras de grande porte, atraindo investimentos públicos dos governos federal, estadual e municipal, atraindo empresas e investimentos privados em escala geométrica.

Minha indagação inicial seria: como o morador comum, aquele gonçalense, nascido e criado em uma cidade vista de forma pejorativa, sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento, percebia essa mudança paradigmática da cidade? Essa é a realidade de muitas cidades atualmente, que, por consequência do PAC, vêm sofrendo transformações. São as repercussões dessa guinada de novos investimentos na região, impulsionadas pela descoberta dos blocos de pré-sal na costa brasileira e com isso, o incentivo à industrialização baseada na extração, refino e produtos baseados no petróleo, que fez saltar novamente aos olhos do poder público várias regiões do Brasil. Isto vem ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro, inclusive na região da segunda maior cidade fluminense: São Gonçalo.

De passado nostálgico, considerada nos anos 1950 e 60 como a Manchester brasileira (GUEDES, 1997:69), alocando assim grandes parcelas de trabalhadores provenientes da capital federal – à época, Rio de Janeiro - e de Niterói, a cidade foi relegada posteriormente, nos anos de 1960 a 1990, ao que os moradores pesquisados pela autora supracitada chamavam de *cidade-dormitório*, sem utilidade industrial e distante dos grandes centros urbanos.

Nesse meio tempo, o poder público forneceu à cidade projetos habitacionais

⁶O PAC é uma medida de políticas de investimento, realizada pelo Governo Federal, desde 2007. Em articulação com as outras instâncias de poder, o objetivo do Programa é investir em gargalos que “emperram” o pleno desenvolvimento econômico e social do Brasil. O bloco de medidas contemplado e analisado nesta pesquisa são investimentos em infraestrutura, incluindo a infra-estrutura social, como habitação, saneamento e transporte em massa.

parciais, fazendo com que a cidade crescesse desordenadamente, sem estrutura de saneamento básico nem pavimentação. O resultado é visível: grande quantidade de valões espalhados pela cidade, muitos bairros sem asfalto, poucas praças, avenidas muito estreitas, entre outros aspectos que tornam a cidade muito semelhante às da chamada Baixada Fluminense.

A partir da construção da Niterói - Manilha (BR-101), da pavimentação das rodovias RJ-104 e 106 e do retorno dos investimentos público e privado, a cidade de São Gonçalo ganhou outra conotação: o crescimento exponencial da cidade atraiu e desenvolveu o comércio da região de Alcântara, entreposto das três rodovias, e começou a despertar interesses pela cidade outrora abandonada. Em meados dos anos 2000 e com o reaquecimento da indústria petrolífera e naval, a cidade ocupou outro patamar: o de motor deste novo ciclo de desenvolvimento econômico; o local de moradia da chamada nova classe média brasileira; o do fornecimento de mão de obra para o novo Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). O Comperj, situado na região de Guaxindiba e na cidade de Itaboraí, faz de São Gonçalo a cidade-chave para o abastecimento comercial e de trabalho para essa nova etapa de desenvolvimento e prosperidade⁷ que já encontra seus desdobramentos. Com as intervenções no bairro do Salgueiro por causa dos investimentos do PAC, a localidade está recebendo intervenções urbanas importantes depois desta reaproximação do poder público, em que antes eram os próprios moradores, com seus recursos e mobilizações, que traziam pequenas melhorias em alguns pontos do bairro.

Como o bairro é considerado uma “área de risco” ou de “vulnerabilidade social”, seja por alguns índices acadêmicos ou institucionais da prefeitura⁸, seja por alguns agentes de segurança pública, realizando incursões diretas na localidade à procura de *traficantes*, tudo isso corroborado pelos veículos midiáticos, ressaltando a periculosidade e a violência local⁹, o Salgueiro e todo seu entorno é visto como uma “região de vulnerabilidade” pelo poder público local. O conjunto inicial, datado da

⁷ Geralmente os jornais impressos e as propagandas estatais citam esta nova fase de grandes investimentos e retorno social dentro do Estado do Rio de Janeiro.

⁸ O exemplo aqui marcado se refere às localidades nas quais foram instalados Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que, conforme citação, retirada de um informativo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), “os CRASs têm base territorial fixada em áreas de vulnerabilidade social e atendem até 300 famílias/ano” (NUFEP, 2008:81).

⁹Ver as notícias citadas nas Referências

década de 1970, foi construído a partir das remoções e do deslocamento da massa trabalhadora urbana das cidades de Niterói e do Rio de Janeiro, e, segundo relatos de alguns moradores entrevistados, foi posteriormente invadido por pessoas advindas de diversas localidades. Conforme relatos locais repassados, os bairros adjacentes são conjuntos destinados aos trabalhadores da Marinha e soldados da PM, mas que, no entanto, não se mantiveram no local devido às péssimas condições estruturais e geológicas. Para o leigo ou para quem não conhece o local, os bairros, em uma observação inicial, são vistos como lugares muito homogêneos, não apresentando diferenciação interna. No entanto, ao observarmos o Salgueiro como um lugar que está passando por profundas transformações, as diversas representações locais ficam em evidência.

2.1 O recorte socioespacial do bairro

O Salgueiro por si só pode não ser Salgueiro. A localidade pode ser Fazenda dos Mineiros, Recanto das Acácias, Conjunto da Marinha etc. O ponto referencial do morador do Salgueiro pode ser, ainda, o “centro”, com diversas lojas, a caixa d’água que abastecia inicialmente o conjunto original, o trailer do Destacamento de Patrulhamento Ostensivo (DPO) da Polícia Militar, os pontos finais de algumas linhas de ônibus e van, entre outros; o antigo ponto do Bitinho, o Condomínio Dona Leda, que demarca localmente a limitação do bairro; a CESU¹⁰; os famosos CIEP¹¹s; os Projetos de Ação Social e o Amo Salgueiro; a quadra de escola de samba etc., isto é, uma gama de pontos espaciais de referência e de microlocalidades (LEEDS, 1978; ALVITO DE SOUZA, 2001).

Mas, afinal, o que é o Salgueiro? Como os moradores observam seu local de moradia? A partir de dados coletados em campo, através de observação direta e da

¹⁰ Centro Social Urbano, local onde se encontra a Associação de Moradores do Salgueiro.

¹¹ Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), popularmente apelidados de Brizolões, foram um projeto educacional de autoria do antropólogo Darcy Ribeiro que, pessoalmente, o considerava "uma revolução na educação pública do País". Implantado inicialmente no estado do Rio de Janeiro, no Brasil, ao longo dos dois governos de Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1994), tinha como objetivo oferecer ensino público de qualidade, em período integral, aos alunos da rede estadual. No presente, atua como as demais escolas estaduais, e geralmente é encontrada em localidades periféricas, conotando inclusive de todos os estigmas de onde se situam.

descrição dos moradores, as microáreas do bairro e suas adjacências podem ser divididas assim:

- O Salgueiro em si: existe a parte planejada pelo BNH, que é simbolizada pela caixa d'água que abastecia o conjunto e a parte que se expandiu com a chegada de novos moradores. É o bairro mais contemplado pelas obras de infraestrutura urbana do PAC. As moradias também estão sofrendo diversas reformas, principalmente a partir da metade da década passada, com a ascensão social de diversos moradores sendo expressa nos melhoramentos de suas casas. Apresenta diversas microlocalidades que foram relatadas no decorrer do tempo.

O bairro e suas adjacências são cortados pela Estrada das Palmeiras, que vem do sul até o Conjunto das Palmeiras. É a principal via da região, onde passam as linhas de ônibus e vans que fazem o transporte coletivo. Para entrar no Salgueiro, na Fazenda dos Mineiros – pela parte leste -, como também para entrar e sair dos conjuntos da Marinha e da PM (Palmeira), somente se passar por ela. Outra estrada, a da Sapucaia, corta a parte sul do bairro, saindo de Itaúna, passando por dentro do bairro e terminando no Recanto das Acácias.

Ambas as vias eram precariamente asfaltadas e, com as obras do PAC, foram melhoradas. A Estrada da Sapucaia mudará seu nome para Estrada Jorge Canela, famoso na localidade através de sua militância comunitária, desde a PIB como também na elaboração, realização e ampliação do PAS. Como já referido, faleceu em 2010.

No limite com Itaúna, encontram-se os *Condomínios* e a microárea *Liborina*, região considerada a “área nobre” do bairro, com muitos sobrados e até portões que controlam o fluxo de carros e pessoas. Existem mais três “condomínios” que, segundo a própria Ana Paula, tentam regular a circulação de pessoas por entre estas microáreas. Devido à urbanização e ao asfaltamento do bairro pelo PAC, aumentou sensivelmente a circulação de motos, e com isso, a movimentação do tráfico de drogas ficou mais intensa. Os moradores destas microlocalidades colocaram ou tentaram colocar muros, portões e guaritas nos acessos às ruas que delimitaram fazer parte do condomínio, como já observei no Condomínio Dona Leda. A fachada deste, aliás, encontra-se pichada e mal cuidada. Percebi que os condomínios nada mais são que ruas que apresentam casas muito bem modificadas e nas quais seus moradores tentam se destacar do bairro através do fechamento das ruas. Geralmente, os moradores são pessoas que, nestes últimos anos, ascenderam socialmente, se aproximando mais da moralidade das pessoas de

Itaúna ou do que costumam chamar de nova classe média¹².

A região da *Bela Vista*, onde encontramos o DPO, é a área central e comercial do bairro. Na praça em que se encontra o Destacamento, podemos encontrar bares, drogarias, restaurantes, hortifruti, cabeleireiros, vendas e até uma boate. É um local com maior movimentação de pessoas, ponto de encontro dos moradores e uma grande referência espacial. Ali também pode-se encontrar bares, restaurantes, *lan-houses* e também mercadinhos e o ponto de jogo-do-bicho, próximo ao ponto final de uma linha de ônibus que leva para Niterói (402: Niterói – São Lourenço).

A *Rua do Poço*, uma microárea importante para a história local – ali se encontrava um poço que abastecia os moradores no início do conjunto, sendo abandonado e posteriormente tampado, em meados dos anos 90 –, atualmente é uma praça asfaltada sem nenhum equipamento urbano.

A microárea chamada *Pedra Lisa*, cortada pela Estrada da Sapucaia, é um ponto estratégico do bairro como também da pesquisa, pois lá se encontra tanto o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), instituição pública municipal para a qual são encaminhadas todas as demandas assistenciais e ofertados os benefícios governamentais, como também onde se encontra a Primeira Igreja Batista (PIB), ponto de referência moral para a rede social em que me inseri e que orientou algumas considerações importantes sobre a participação e o papel de liderança local de alguns de seus integrantes. Participei de algumas reuniões nestes locais, que foram pontos de reflexão para nortear as minhas observações dentro do Salgueiro.

A quadra da Escola de Samba, segundo Zilá, antiga moradora e interlocutora-chave da pesquisa, é o centro geográfico do bairro. Ela também me repassou os “extremos” do bairro: a ponte que passa por cima do rio que corta o bairro, localizada na Estrada das Palmeiras; as ruas Tabuba, 8 de Maio, Castro Pimentel, Jorge Lima e a rua Capitão Antonio Franklin que vai “até o *Mangue*”. O *Mangue*, também é considerado uma

¹² Concordo com Yaccoub (2011), quando a mesma diz que “a existência de uma ‘nova classe média’ se afirma e reproduz a todo instante sem qualquer questionamento, chegando a ser tratada como uma verdade absoluta e uma categoria sedimentada. Entanto, sabe-se que para classificar e definir a identidade social de um grupo é necessário analisar sua gênese, suas formas de ser, estilos, modos de consumo, formas de linguagem, comportamento corporal, *habitus*, capitais culturais, sociais e simbólicos etc. (...) o consumo tem um papel central para esse grupo; através da aquisição de determinados objetos, esses indivíduos se sentiam incluídos, poderosos, pois através do consumo conquistavam *status*, valor simbólico, prestígio. (...) a nomenclatura é ‘forçada’ por utilizar a renda e acesso a bens de consumo como fatores de categorização de classe – o que certamente está longe de uma identificação de alteridade.” (p. 201 - 206)

microlocalidade, é a divisa física do bairro do Salgueiro com o Jardim Catarina, tendo um rio que corta com manguezais em seu entorno. Aliás, a região foi condenada por engenheiros na época de construção dos Conjuntos da Marinha e da PM devido ao solo úmido dos manguezais infiltrarem as casas como também afundar as fundações. O local atualmente é visto como ponto estratégico do *movimento* local, lá estando situada a maior parte dos traficantes locais.

A microlocalidade da *Barreira* faz parte do entorno da Estrada de Sapucaia com a Cap. Antônio Franklin, fazendo divisa com o Recanto das Acácias; O *Sítio* – limite do bairro com um rio que divide o Salgueiro do Jardim Catarina, onde se localizam o final das ruas 8 de maio e João Soares – é considerado, pelas interlocutoras, uma “área de risco”, próxima do *Mangue*.

Os outros bairros a serem destacados abaixo merecem também breve descrição, pois eles têm relação direta com o Salgueiro em sua divisão espacial e também em uma divisão moral, compondo áreas moralmente relacionadas, demarcando também a composição do campo. Seguem:

- Itaúna: fronteira dos bairros destacados com a BR-101. Bairro onde fica o centro comercial da região. Mesmo assim, a formação das casas é bastante parecida com os outros bairros citados e também com a cidade de São Gonçalo como um todo. Ali se encontra a garagem dos ônibus que fazem o itinerário dentro dos bairros. Uma heterogeneidade de construções e arquitetura. A proximidade espacial do bairro contrapõe com uma certa distância moral com a região. Visto como moralmente superior por alguns moradores, os projetos de ascensão social – e moral - dos salgueirenses levam em conta que, quanto mais próximo de Itaúna e mais longe do “interior” do bairro, maior prestígio se tem em relação aos demais moradores.

- Fazenda dos Mineiros: ali encontrei, no início do bairro, casas bastante sofisticadas, mas, de acordo com os moradores, “adentrando, se encontra a favela mais violenta, que é próxima ao *lixão*”, não visitada com profundidade por “questão de segurança”. Tal *lixão* descrito atualmente está desativado, sendo utilizado pelo tráfico, conforme relatado pelos habitantes.

O bairro, após as obras, teve sua delimitação com o Salgueiro fortemente marcada, pois o recorte das obras passa exatamente pela divisão administrativa da prefeitura. A diferença atualmente é gritante: enquanto que as ruas do Salgueiro estão asfaltadas, as do bairro ainda são de terra, sem nenhuma melhoria aparente. Tal contraste gritante trouxe também tanto consequências políticas – o tráfico se adensou na localidade – quanto morais.

- Conjunto da Marinha e das Palmeiras: conjunto feito para militares da marinha e da Polícia Militar, foi bastante desvalorizado por estes e, segundo relatos dos moradores do Salgueiro, estes conjuntos foram *invadidos*. A categoria sublinhada reforça a estigmatização do local, deixando a manutenção do bairro em constante precarização. Alguns relatos disseram que antes, com os militares, o bairro era próspero, mesmo sendo longe das áreas mais centrais. Como o bairro foi *abandonado* pelos militares, os novos *invasores* desvalorizaram e acabaram com a tranquilidade do bairro. Atualmente, são vistos como umas das partes mais violentas do chamado “Complexo do Salgueiro”¹³. Há uma pequena rixa com os *playboys do Salgueiro*, moradores do bairro que, por meio do trabalho, ascenderam socialmente, expressando esta ascensão através da melhoria das casas, novos hábitos de consumo, outros usos do bairro etc.

- Recanto das Acácias: Bairro de passagem, se assemelha muito a uma favela sem infraestrutura, mas, ao mesmo tempo, algumas casas são bastante sofisticadas para o lugar, reforçando o padrão heterogêneo encontrado em São Gonçalo como um todo (GUEDES, 1997).

Existem marcos simbólicos que diferenciam internamente esses espaços. Um deles é própria rodovia, que separa o bairro Itaúna em dois. Outro é o CIEP, que “separa” duas microáreas. O DPO – Destacamento de Policiamento Ostensivo – que demarca o “centro” do conjunto como um todo é outro exemplo. O Salgueiro, em alguns pontos, já é considerado positivamente como um bairro comum, mas tem áreas,

¹³ A apropriação dessa representação negativa constrói, como Elias (2000) muito bem elucidou, uma autoimagem que vê o lugar de moradia e a composição deste grupo como moralmente inferiores em relação aos bairros que se encontram fora deste chamado complexo.

que como observamos, podem ser também definidas como “favelas” (FREIRE, *op.cit.*), embora, de acordo com os padrões de favela¹⁴, ainda sejam bastante estruturadas, com ruas e casas bastante homogêneas, sinalizando resquícios do antigo projeto do BNH.

Segundo dados do IBGE (2010), o Salgueiro está composto da seguinte forma: são 9.182 residentes, sendo que 51% se consideram pardos; 16%, negros; 32%, brancos e 5%, amarelos. Ou seja, a composição de negros / pardos ultrapassa os 67%. Sabe-se que os negros e os pardos são a maioria da população pobre brasileira. De acordo com dados da PTTS/SMDS- SG (2011), mais de 11 mil famílias, em todo o raio de ação do CRAS do Salgueiro¹⁵, estão em “situação de risco e de vulnerabilidade social”. As mulheres são maioria no total da população, sendo que a população feminina em idade economicamente ativa, de 15 a 50 anos, totaliza 3154 pessoas, ou mais de um terço da população total. Das residências recenseadas, no total de 2960, 85,3% são próprias e quitadas, e 2,6% em quitação. Ou seja, a maioria da população residente apresenta enraizamento local a partir da sua residência, em que as casas são a grande maioria (96% dos imóveis locais) dos domicílios permanentes. É perceptível, entretanto, a falta de informações adicionais, devido às prováveis dificuldades dos recenseadores em adentrar nos domicílios.

As obras do PAC atingiram quase todas as microáreas que compõem o bairro do Salgueiro. Indiretamente, os demais bairros serão beneficiados com outras obras, mas os projetos ainda estão em fase de elaboração¹⁶. Segundo os projetos do Comperj,

¹⁴ Os padrões de favela ditos aqui, neste contexto, estão próximos da representação técnica realizada pelos agentes públicos em habitação (FREIRE, 2008:100), que afirmam: “Para fins de implementação do programa de urbanização e regularização fundiária das favelas – representado pelo Favela-Bairro –, o artigo 147 do Plano Diretor (1992, p. 67) define favela como: área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais.” Para a implementação do PAC, a falta de infraestrutura urbana, conjuntamente com problemas de “vulnerabilidade social”, foram requisitos para a escolha das localidades beneficiadas pelas obras.

¹⁵ O CRAS do Salgueiro atende diretamente sete bairros da redondeza, a saber: Marinha, Palmeiras, Avenida Central, Itaúna, Luiz Caçador e a própria localidade. As assistentes do CRAS disseram que o Governo Federal detém informações mais precisas que a própria prefeitura.

¹⁶ Segundo alguns moradores, haverá obras de mobilidade urbana de Itaoca até o Conjunto das Palmeiras. Esta segunda fase de obras está contida no planejamento estratégico do Comperj, e faz parte das obras do PAC2. No entanto, não encontrei nenhuma referência em relação a estas obras, apenas uma menção, no jornal “O São Gonçalo”, que dizia o seguinte: “Este percentual é determinante para que São Gonçalo possa pedir verba federal para dar início ao ‘PAC 2’, que estenderia as obras de saneamento e pavimentação a bairros que ainda não foram atendidos, como Jardim Bom Retiro ou Itaoca.” – retirado de

incluídos no Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA), o impacto do tráfego, da poluição e suas conseqüências ambientais, por um lado, e aumento populacional, migração para a região, por outro, afetará a região de São Gonçalo e Itaboraí como um todo. A urbanização do Salgueiro, via obras do PAC, faz parte da contrapartida feita pela Petrobras e pelo consórcio de empreiteiras em relação às obras do Comperj, necessária por causa do alto impacto socioambiental e de mobilidade sofrido na região¹⁷.

2.2 Meu percurso no campo e seu impacto na pesquisa

Antes do advento do PAC, as obras de melhoria que os interlocutores citaram em minha primeira inserção no bairro – Gilberto¹⁸, meu amigo, e seus contatos; Jorge Canela, servidor da UNITEVÊ (canal comunitário da UFF) e coordenador do Projeto Amo Salgueiro, com o qual travei contato através do professor Lenin Pires, em 2008 - eram feitas a partir de mutirões capitaneados por certas lideranças locais, que intermediavam a compra dos produtos necessários para a realização de tais obras. As melhorias nas casas, seguindo esta trilha, eram feitas com recursos das famílias e construídas por quem participava do mutirão.

No entanto, a introdução das obras do PAC, que aconteceu no decorrer de minha pesquisa em campo, mudou essa perspectiva. Agora, depois de um período de 35 anos, o Estado tornava a realizar melhorias no local. Apesar disso, houve bastante desconfiança por parte de muitos moradores. Era necessário que existisse uma mediação entre o poder público e a população afetada. Além disso, era importante entender as justificativas das melhorias não serem vistas com bons olhos, já que as obras mudariam drasticamente a rotina local e, mais, trariam equipamentos urbanos há muito tempo reivindicados por eles próprios. Essa desconfiança, inclusive, estendia-se à minha

<<http://www.osaogoncalo.com.br/site/pol%C3%ADtica/2013/7/21/1464/comiss%C3%A3o+cobrar%C3%A1+a+conclus%C3%A3o+de+60++do+pac+at%C3%A9+o+fim+do+ano>>

¹⁷ Em relato de Audiência Pública, realizado em 06 de junho de 2011: “O deputado Robson Leite chamou a atenção para a necessidade de controle social sobre os recursos, para garantir a compensação dos impactos e a viabilização de alternativas à atividade do setor de petróleo. E destacou a importância dos planos diretores municipais, anunciando futura audiência pública na Alerj sobre o tema, e sugerindo que haja planos específicos para o transporte.” E mais: “Pedro Cascon, representando a secretaria estadual de desenvolvimento regional, acrescentou que há urgência para os municípios de São Gonçalo, Niterói e Itaboraí e que não é necessário esperar o plano ficar pronto. Segundo ele, São Gonçalo já elaborou um plano e submeteu ao PAC 2 – há uma proposta de entendimento entre o estado e os três municípios.” – retirado de <<http://www.observatoriodopresal.com.br/?p=1426>>

¹⁸ Todos os nomes dos interlocutores foram mantidos mediante autorização prévia dos mesmos.

presença no local: ou era encarado com indiferença ou com receio. O interesse pelo PAC vinha apenas de minha parte. Para os moradores, tanto eu como as obras causávamos incômodo.

Uma alternativa encontrada para transpor as barreiras colocadas pelos moradores à minha inserção na localidade foi observar os agentes locais com os quais já tinha contato e utilizá-los como meio de obter minha primeira tentativa de pesquisa. Voltei a contatar Jorge Canela e os integrantes do PAS, e a família de Gilberto, visto que este não morava mais no Salgueiro. A partir da interação com esta rede inicial, muitas das representações sobre o bairro foram adquiridas. Com o PAS, a partir do engajamento de seus militantes pela valorização da cultura local, pude observar valorizações sobre o Salgueiro. Ao contrário do que se propagava nos jornais e até do que Gilberto e seus amigos falavam sobre o bairro, vi que existiam diversas representações locais, conflitantes entre si.

De um lado, uma valorização positiva, mostrando os aspectos comunitários do bairro. O empreendimento simbólico era realizado a fim de mostrar, como o próprio Canela me disse na época, “o Salgueiro que o salgueirense não conhece”. Na época, Jorge Canela era líder e presidente do PAS. Quando busquei aprofundar-me sobre a versão que o projeto pretendia propagar, o mesmo faleceu, vítima de câncer no cérebro, no início de 2010.

Achei, então, que haveria perdas para a pesquisa com este acontecimento. Percebi, porém, que, após a sua morte, Jorge Canela encarnou, com a continuidade do PAS, a representação que ele tanto gostava de propagar no bairro. Agora, quem está no controle administrativo do projeto, gerindo-o a fim de manter o atual Ponto de Cultura, é sua esposa, Lúcia. Por obra das circunstâncias, ela agora se tornou uma grande referência local, já que o projeto tinha se tornado bastante amplo e conhecido dentro e fora do bairro.

A partir das agentes comunitárias e assistentes sociais, com quem estabeleci contato a partir do PAS, tive abertura dentro do Salgueiro sem maiores problemas. Sabia que o enfoque nas agentes do PAC Social¹⁹, entretanto, traria um viés muito

¹⁹ Como o nome já indica, é o órgão referente à área social do PAC. Eles eram responsáveis pela triagem técnica do impacto social e ambiental, além de realizar cursos de qualificação, capacitação e reaproveitamento de materiais recicláveis. Um caso interessante a se observar era o curso “Boas maneiras

limitado sobre as percepções do Salgueiro como um todo. E o bairro, por ser extenso, trouxe um recorte possível para prosseguimento da pesquisa: as áreas diretamente afetadas pelas obras do PAC e as famílias residentes nessas áreas que faziam parte da triagem do PAC Social. No entanto, o trabalho delas estava muito prejudicado devido aos problemas que estavam ocorrendo no local: o aumento dos conflitos entre traficantes e policiais na região; e com o final das obras, o desprezo e indiferença dos moradores para com o trabalho das agentes. Isso fez com que elas “fossem a campo” apenas para colher dados estatísticos. Muitos moradores já tinham sido recenseados e as áreas restantes ficavam mais bairro adentro.

Atualmente, tais obras já foram quase totalmente realizadas, e é possível notar o motivo da desconfiança para com o poder público: tanto os moradores reclamam das obras feitas “pela metade” como também os representantes deste poder na localidade, as agentes comunitárias do PAC Social, reclamam da falta de contrapartida do próprio Estado em relação às demandas por elas coletadas. Mesmo sendo do PAC Social, elas são, primeiramente, moradoras da localidade e, de certa forma, um tipo de liderança local. Destarte, retomo minha entrada no Salgueiro definitivamente pelas vias institucionais presentes na região: as agentes comunitárias do PAC Social e suas redes de sociabilidade dentro da localidade.

2.3 O recorte do campo – o Salgueiro, suas adjacências e os “Salgueiros” – divisão espacial e sócio-moral da localidade pesquisada

A escolha deste campo levou em conta diversos fatores sobre os quais irei discorrer a seguir. Além disso, faz-se necessário fazermos outros recortes dentro do espaço, a fim de entendermos as construções materiais, afetivas e morais dentro da localidade. A partir disso, faremos uma descrição do porquê deste recorte e de onde estamos a falar, com suas características territoriais.

As interdições que surgiram remetem a outra dimensão da análise, às hierarquias espaço-morais presentes na localidade. Algumas microáreas, por exemplo, apenas puderam ser descritas por intermédio das agentes sociais que atuam na região. Segue pequeno trecho do diário:

com o trato sanitário”. A demanda desse curso era justificada, segundo as agentes, pela existência de maus hábitos com os novos equipamentos adquiridos com o PAC.

“As localidades mais visitadas e acompanhadas são o Recanto das Acácias, a microlocalidade da Barreira, a Quadra e a Favelinha. Quando a assistente social mencionou o nome desta última, ela logo se justificou dizendo que este nome é tal porque os próprios moradores referenciam assim, mas que é errôneo tratar tal região com o termo que já é pejorativo por si.

Eu fiz algumas perguntas, e entendi que essa sua ressalva foi feita por causa de minha presença e da presença das agentes do PAC Social. As assistentes do CRAS acompanham a localidade faz dois anos e ao responderem se houve alguma mudança com as obras, elas afirmaram que houve uma maior facilidade de circulação de moradores, bens etc., como também de informação para dentro das microáreas que o CRAS abrange. Tanto positiva como negativamente, o fluxo no Salgueiro é muito maior.” – 03/05/2012.

Ou seja, duas conotações foram, apenas neste exemplo, trazidas à tona. Um deles é o já debatido por Leticia Freire (2008), sobre a denotação pejorativa do termo “favela”. Além de ser a área mais empobrecida da região, caracterizada pelo termo técnico – empregado pelas assistentes sociais e pelas agentes comunitárias - de uma “área de extrema vulnerabilidade social e situação de risco de vínculo”, ela necessita, desta forma, de maiores cuidados e intervenções diretas. Segue outro trecho:

*“A discussão final, resalto, traz a representação das assistentes sociais frente à localidade, por ser, nas palavras delas, um território que vem adquirindo direitos, cidadania e dignidade. Segundo sua própria visão, o papel delas ali é retirar as pessoas, principalmente os mais jovens, do ciclo pernicioso da realidade local. Para elas, os jovens, que nunca saíram da localidade, veem as coisas da seguinte forma: “o mundo, para eles, é o território, **reproduzindo o mesmo ciclo e a realidade das condições** de vulnerabilidade que encontram seus pais e familiares”. – 03/05/2012*
grifos meus

Além dos discursos das assistentes, muitos interlocutores reforçavam os problemas de estarmos nestas localidades devido ao tráfico “ser mais forte lá dentro”, ou então, porque as condições materiais, vicinais e familiares, nestes pontos, são cada vez mais precarizadas. Por causa disso, muitas vezes não conseguimos adentrar estas microáreas, pela iminência crescente de encontrarmos pontos mais fortemente armados pelo tráfico local e o risco de maiores conflitos existentes entre este e a polícia, que cada

vez mais – e em parte pelas melhorias de circulação advindas com o asfaltamento das ruas – aconteciam.

Mesmo com tais adversidades e com a extrema diversidade encontrada na região, hierarquizada de diversas formas, podemos encontrar uma história compartilhada e comum a todos, seja através dos acontecimentos (SAHLINS, 1990) que demarcam diacronicamente a região, seja principalmente nas histórias de vida relatadas, que trazem aspectos comuns entre todos os moradores da região. Desde a vinda para o bairro, suas dificuldades inerentes, seu crescimento e até seu desenvolvimento, tudo é evidenciado nas trajetórias de meus entrevistados, como também nas anedotas contadas informalmente, relatando casos e compartilhando uma arqueologia urbana (MELLO&VOGEL, 1983) que também fazem parte da história local. Neste sentido, a sistematização por ora descrita se faz necessária para podermos trazer algum sentido para o leitor.

2.4 A dimensão moral do campo pesquisado – do Complexo do Salgueiro às nuances locais moralmente hierarquizadas

Como dito anteriormente, o bairro do Salgueiro e suas adjacências – Itaúna, Recanto das Acácias, Fazenda dos Mineiros, e os Conjuntos da PM e da Marinha - fazem parte do que os jornais e o senso comum chamam de *Complexo do Salgueiro*. A categorização de um conjunto de bairros ou localidades extremamente diversas entre si denota um caráter negativo, aproximando da categorização de “favela”, no caso de algumas localidades (BIRMAN, 2008; FREIRE, 2008). Essa homogeneização espacial faz daquela região um lugar moralmente inferior, composto em sua maioria por “favelados” e “bandidos”, sendo potencialmente, portanto, considerado um lugar perigoso, com pessoas de pouca educação e nível social inferior. A visão da “favela como caos urbano, de irregularidade e ilegalidade, em oposição ao espaço regular e ordenado dos bairros” (FREIRE 2008:91) tem sentido semelhante ao que é, portanto, “difundido por urbanistas e planejadores racionalistas, que insistem em dividir a cidade em espaços ‘formais’ e ‘informais’” (idem), tendo o tráfico de drogas como mediador e controlador das relações sociais. Ao designar um lugar como favela, informa-se aos demais que aquele local denota uma reputação negativa, prejudicando a sua imagem pública (FONSECA, 2000).

Continuando com Freire (idem):

Para ele e muitos outros moradores com os quais interagi, são o estilo de vida e o comportamento das pessoas, principalmente nos espaços públicos, que atribuem o caráter de “favela” ao local e o status negativo de “favelados” à sua população. Entre os moradores, a categoria “favelado” possui diferentes significados, mas sua enunciação evoca sempre comportamentos percebidos como moralmente inferiores, associados ou não, como ser mal-educado, falar palavrões, entre outros.

Nessas diferentes definições, fica claro que a qualidade de ser pobre não se equipara à qualidade de ser favelado, visto que a segunda forma de classificação não está ligada à sua condição social, mas a certos valores morais.

O Salgueiro, ao contrário da homogeneização cunhada pela palavra *Complexo*, apresenta diversas microáreas que detêm variadas histórias locais. O bairro mantém identidade relacional com os demais acima descritos, que em diversos contextos e situações se diferenciam e se hierarquizam. O pólo mais positivo, espacial e moralmente, é aquele que se encontra mais para fora do bairro, em direção à Itaúna. Ali observamos que as casas, os equipamentos urbanos e as relações de vizinhança apresentam uma positividade em relação ao resto do bairro. Uma importante análise feita por Ana Paula sintetiza muito bem este contorno:

*“Após a Rua do Poço, subindo por uma trilha em um terreno baldio, nós entramos na “entrada” do Salgueiro, mais conhecida como “condomínios”. É uma área bastante valorizada, com casas bem rebuscadas e em recente reforma.” Conforme Ana Paula disse, “é uma área privilegiada”. Aliás, como tinha pedido a ela, ela iniciou sua história de vida na localidade e nas casas em que ela já morou. As casas remetem à sua trajetória pessoal. Nascida e criada no bairro do Salgueiro, morou em três lugares diferentes, que exemplificam a mobilidade espacial, moral e social que ela percorreu. **“Eu morei em uma área interessante (ao lado do atual DPO, no centro do bairro); em uma área de risco (lá dentro) quando casei, e hoje moro, graças a Deus, moro em uma área privilegiada”.** Aliás, ela mora dentro desses “condomínios” que, seguindo a rua, desembocam ao lado da sede do PAC Social, na Estrada das Palmeiras.” – 03/05/2012, grifos meus*

Tal identidade relacional e hierarquizante é importante para a construção de duas moralidades conflitantes existentes na região. Dentro de um lugar que pode ser considerado ora favela, ora bairro ou condomínio, de acordo com as circunstâncias e

com o contexto situacional, pode-se jogar com esta linguagem, diferenciando ou assemelhando partes do bairro, bastante heterogêneo, de acordo com os interesses em jogo. Geralmente, os pontos mais depreciados são aqueles que remetem à ruralidade ou à natureza local: Mangue, Barreira e Sítio são moralmente segregados, e até as próprias agentes constataram que os mapeamentos nessas regiões são mais intensos devido ao “alto grau de famílias em risco e vulnerabilidade social”. São lugares em que se pode encontrar “bolsões de pobreza” e principalmente uma atividade mais intensa do tráfico e de conflitos mais violentos.

É a partir das representações que emergem do processo de (re) apropriação do bairro em seu cotidiano que se desdobram as hierarquias morais dentro dele. As características morais e moralizantes em relação ao espaço, ao seu uso e de quem faz uso dele dependem de quem fala. O pesquisador, ao se situar de acordo com determinada rede de sociabilidade em uma localidade, verifica que esta pode ser observada positiva e negativamente, a depender do ponto de vista considerado, seja dos moradores, seja de instâncias supralocais. Algumas entrevistas confirmam esta hipótese. Dona Suzete, uma das minhas interlocutoras-chave, por exemplo, foi nascida e criada em Itaúna, bairro limítrofe à região pesquisada. Sua história de vida demonstra que sua casa, mesmo sendo precária e carecendo de mínimas condições de habitação, era considerada boa por se localizar dentro de uma *boa* vizinhança. A rede ali inserida fortalecia as trocas materiais e simbólicas, e com isso as relações de consideração e vizinhança, segundo ela, eram plenas de idealizações positivas.

Mesmo assim, ainda é visível que o corte de classe existe. O gosto de classe e o estilo de vida se assemelham com os dos demais bairros de trabalhadores. A *cultura de trabalhadores* (GUEDES, 1997) é aqui bastante evidente. A configuração de ideias-valores em que o trabalho tem valor central para provisão material da rede de solidariedades e obrigações mútuas criam condições de ascensão social e é destacada pelas trajetórias dos moradores. Estar em uma rede de sociabilidade que dá prioridade a trabalhar e *vencer na vida* (SARTI, 1996), no Salgueiro pode ser percebido na construção, dentro do próprio bairro, do Condomínio Dona Leda.

No discurso recorrente de meus interlocutores, a mudança de status remete a uma reconfiguração da classificação do bairro. A melhoria das casas, da vizinhança ou “sair da favela” faz com que haja a hierarquização das antigas redes frente às demais. A

representação negativa recai nas áreas onde há maior precariedade material, falta de solidariedade intervicinal, comportamentos considerados *inadequados* e controle maior do tráfico sobre as relações locais, mesmo que o interlocutor seja morador do local.

De acordo com Claudia Fonseca (2000), no processo de mudança social, os indivíduos não gozam da ascensão sem adquirirem uma liminaridade, uma ambivalência a partir de seu êxito socio-profissional. Não é fácil trocar um grupo por outro. Pelas redes de parentesco e de ajuda mútua, tais teias de relações “garantem aos seus membros um acompanhamento durante as rotinas cotidianas — acompanhamento este que é difícil achar fora dos bairros populares” (op.cit, p.73), e principalmente dentro do círculo arraigado de sociabilidade de sua camada social anterior. A "individação social", categoria analítica por ela utilizada para ilustrar o movimento híbrido decorrente da mudança, mesmo dentro de determinada localidade, está presente em todas as estratégias empregadas para *subir na vida*, na qual

“(…) coesão e cisão *versus* solidariedade e individualismo, duas tendências aparentemente contraditórias são estratégias empregadas em alternância pelas pessoas não somente para sobreviver, mas também para vencer na vida. E longe de se anularem mutuamente, é, de certa forma, a interação das duas que contribui para o caráter particular da cultura popular” (FONSECA, 2000:73)

O ponto de vista é evidenciado por muitos moradores que se deslocam do interior das microlocalidades (ALVITO, 2000) mais precisamente no interior do conjunto. O que é importante ressaltar agora é a construção de representações sobre o bairro, que fundamentou o meu recorte nas histórias de vida. O bairro externamente é visto como “área de perigo” e hoje, o jargão da moda é cunhar todas as localidades da região no chamado *Complexo do Salgueiro*, ou seja, todas as microlocalidades, suas especificidades, além das adjacências do bairro, são abarcadas em um termo generalizante e extremamente negativo.

Todos os meus interlocutores, de uma certa forma, dizem que a melhor ascensão que tiveram foi sair deste círculo vicioso, que é morar em uma localidade considerada moralmente inferior. Ao saírem de algumas partes do Conjunto das Palmeiras, ou da Marinha, partindo para o “centro” do Salgueiro ou até mesmo para fora do bairro, ilustram um movimento de saída deste espaço moral para outros, considerados hierarquicamente superiores. A casa torna-se também um sinal diacrítico de ascensão social. Se o indivíduo consegue comprar uma “mais para fora” do bairro, ou então faz

melhoramentos visíveis na casa, interpreta-se, neste caso, que houve uma mobilidade ascendente em sua trajetória de vida.

Ao contrário do que se generaliza usando o epíteto de *complexo* para determinar o local de moradia, é mais que importante dizer que existe, desta forma, além de uma geografia fantástica (MELLO & VOGEL, 1985:21), uma mobilidade interna que denota um percurso geograficamente localizado e hierarquizado. Sair do Salgueiro para outro bairro, por exemplo, é o objetivo de muitos interlocutores que, com o tempo, foi atingido. Mesmo entendendo que o bairro tem diversas particularidades, acabam reforçando o estigma generalizante. Porém, quando solicitado a reconstrução de certos lugares na memória, retomam a um passado nostálgico, onde se descreve o local com uma “aura” positiva.

Todos os meus entrevistados, mais os destaques nos jornais, também não deixam de sublinhar alguns eventos marcados pela violência local. Outro ponto significativo do bairro é seu tráfico de drogas. A temática é importante para entendermos como o bairro é moralmente visto como uma região negativa – como descrito anteriormente -, onde a sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2008) marca desde o início da ocupação do território. Sintetizando as ideias do autor, este tipo de sociabilidade é resultado de práticas violentas arraigadas em determinadas localidades que determinam, a partir da ameaça real ou virtual à integridade física, as relações de força, refletindo em qualquer tipo de relação social ordinária. Neste sentido, a violência se apresenta como representação coletiva e condicionante de qualquer tipo de sociabilidade, orientando as ações daqueles que nela acreditam, vista como adequada a determinadas situações. Forma-se, assim, um determinado tipo de ordem social, no uso (ostensivo) da força como princípio organizador das relações sociais, seja pelo tráfico local, ou por instâncias estatais, como a polícia.

2.5 O estabelecimento de redes sociais e de suas representações sobre o bairro

Sabe-se que o Salgueiro, como qualquer bairro popular, apresenta diversas microlocalidades, que são hierarquizadas espacial e moralmente. Certas regiões são “interditadas” para diversos moradores, inclusive para mim e, com isso, as idas ao campo ficaram cada vez mais restritas. Ou seja, a possibilidade de colher a percepção do morador comum sobre meu escopo inicial ficou cada vez mais rara, se não inviável. No entanto, cada vez que ia menos a campo, mais entendia que as minhas interlocutoras tinham um papel importante no bairro, e mais: elas também reforçavam certas representações locais. São *crias* do bairro, ou seja, convivem desde a infância ou adolescência na localidade, tendo uma rede de conhecimentos, uma grande convivência dentro do bairro. A partir disso, vi que o mapeamento das redes sociais destas pessoas se tornaria o desdobramento e ampliação da pesquisa, a despeito dos limites impostos apenas na observação das representações.

Quando os moradores são tomados por mudanças em seu cotidiano, torna-se viável observar os papéis sociais desempenhados pelos indivíduos, de acordo com sua posição dentro da localidade. As agentes comunitárias se tornam, neste contexto, um tipo de liderança, por terem aval institucional para mapear a situação e as demandas do Salgueiro, ao mesmo tempo em que fazem parte de outras redes proeminentes dentro do bairro, a saber, da PIB e também do PAS. Érika, uma das nossas interlocutoras, fez parte de ambas as redes, inicialmente, trabalhando no PAS como agente educadora; hoje, é a pedagoga do PAC Social, elaborando projetos de intervenção educativa entre os moradores. Ou seja, no decorrer da vida ordinária no Salgueiro, as mobilizações internas, as trocas e o estabelecimento destas redes são realizadas no trabalho das agentes, nas reuniões dentro da Igreja, dentro do PAS, nas ruas, entre outros espaços em que as lideranças cimentam tais relações sociais.

Com isso, foi necessário analisar onde tais lideranças se encontram. A religião e a rede social formada como base, principalmente, na Primeira Igreja Batista (PIB) do Salgueiro, no contexto local, forma a base das redes de liderança atuais que foram mapeadas. Tanto Lúcia e Janete fizeram parte desta rede, como Ana Paula, Erika e Zilé estão efetivamente dentro das ações e das práticas da Igreja Batista. Todos os entrevistados vêm na religião e na rede da PIB uma referência de estabelecimento de relações de sociabilidade mais amplas. A instituição religiosa se torna, neste sentido, um

ponto nodal de sociabilidade e também de uma moralidade compartilhada entre todos, mesmo os que não frequentem mais a Igreja constantemente.

Todas as interlocutoras citadas – e que serão descritas nos capítulos seguintes – têm parentes de primeiro grau na região, compondo a rede seus pais, seus filhos, irmãos, primos e agregados (cunhados, genros, sogros etc.). Desta forma, suas ações e práticas também levam em conta esta rede ampliada, que pode se entrelaçar em alguns pontos, seja pelo estreitamento de laços de amizade devido ao convívio de trabalho, seja pelo acionamento de tais pessoas, muitas das vezes para poderem realizar o trabalho comunitário. Diversos parentes participam das reuniões comunitárias, dos encontros religiosos e das ações diretas dentro e no entorno do trabalho social.

Da mesma forma, não excluí as lideranças masculinas, que ainda estão muito presentes no bairro. Dentro do PAS, por exemplo, o presidente é o Jefferson, vulgo Torão; e na PIB temos o Pr. Jean, que de certa forma foi discípulo de Jorge Canela quando ele ainda era atuante na Igreja. As mobilizações comunitárias e as ações sociais no Salgueiro, de uma forma ou outra, estão situadas nestes dois lugares, na PIB e no PAS. No entanto, mesmo que tais homens sejam fortes referências, a tendência local é inverter a lógica hierárquica de ver os homens como pontos importantes de liderança. Eles, sim, fazem parte desta teia de relações políticas, mas percebe-se na observação do cotidiano, na prática ordinária, que as mobilizações femininas criam o espaço das arenas públicas e políticas dentro da localidade. As trocas de informações, as mediações antes e depois de alguns conflitos, por exemplo, são intermediadas pelas mulheres.

A sobreposição de papéis diversas vezes é levada em conta. As mulheres-líderes são autocientes de sua multiplicidade e, nas performances como agentes comunitárias, sabem desempenhá-la em diversos contextos. Entretanto, nas ações dentro do bairro, como são conhecidas e onde seus papéis por muitas vezes são confundidos, existe um ritual de formalização do trabalho que sempre é acionado quando vão realizar seus levantamentos, mas a informalidade e o uso doméstico dos espaços não são deixados de lado.

Ao colocarem a camisa do PAC Social, por exemplo, elas “incorporavam” o papel de agentes sociais. Mas o clima de informalidade também vinha sempre em conjunção, pois muitas vezes as reuniões aconteciam na casa de uma delas, e a sobreposição de papéis – ora era agente, ora era avó/mãe, ora era parente – sempre

estava presente. Assim, a formalização sempre acarretava uma ambiguidade de posições por parte das lideranças, mas que conseguiam realizar muito bem o trabalho que era colocado.

2.6 Metodologia empreendida – análise cartográfica da rede social das lideranças femininas

Entendemos que a cartografia da rede é um construto analítico viável para prosseguirmos com a pesquisa e também pode-se obter generalizações plausíveis com nossas hipóteses iniciais. Deve-se levar em conta que tal mapeamento é um dado reflexivo após o percurso da pesquisa, pois os vínculos entre Suzete e Zilá são indiretos. Deste modo, a entrada de campo a partir de d. Suzete e família se coaduna com a entrada pelo PAS. O mapeamento desta rede de sociabilidade, portanto, passa por dois pontos nodais que, a meu entender, são as bases empíricas da pesquisa. Um deles é a sede do PAC Social, a fim de observarmos as dinâmicas locais após as obras; outro ponto é a PIB, uma referência moral tanto para os integrantes do PAC como também do PAS. Seriam, portanto, zonas de influência de sociabilidade e de constituição de redes sociais de fortes vínculos de solidariedade.

Jorge Canela foi idealizador do PAS e era uma das grandes lideranças da PIB e do Salgueiro. Antes de seu rompimento com as atividades da Igreja, Canela e sua esposa, Lúcia, eram bastante ativos dentro deste espaço. Jean, atual pastor e liderança, afirmou que eles foram duas grandes referências para o estabelecimento das atuais lideranças dentro da Igreja. Portanto, o PAS, mesmo sem nenhum vínculo institucional, mantém, pelo histórico de Canela e Lúcia, um vínculo moral muito grande com a igreja. Portanto, observando por este viés, a rede composta pelo projeto atualmente não deixa de ser uma ramificação autônoma estabelecida dentro da PIB²⁰.

A sede do PAC Social, por sua vez, é um espaço cedido pela ONG Comunidades em Ação. Esta ONG já tem mais de 15 anos, e foi fruto de uma discussão inicial entre os atuais líderes que eu pesquisei. Tanto Canela e Lucia, Jean e Ana, como Sônia da Luz e Janete Guilherme fizeram parte do projeto inicial. Tal ONG trabalha com empreendedorismo social do Salgueiro e adjacências, visando a promover capacitação

²⁰ No capítulo 3, detalharei a reconfiguração da rede da igreja e do PAS a partir da ruptura do vínculo de Canela com a primeira instituição.

profissional, principalmente para mulheres e jovens mulheres. A ideia se originou como desdobramento sobre o papel da mulher-mãe-trabalhadora dentro do bairro.

A composição monoparental feminina é bastante presente na região e, por causa deste dado, d. Baixinha criou uma creche para atender às mães-trabalhadoras do bairro. Janete, atual vice-presidente da ONG, inicialmente se interessou pelo serviço que ela oferecia por se enquadrar no público-alvo. Por diversas circunstâncias que posteriormente iremos delinear, a mesma foi se engajando na creche e, posteriormente, com as contribuições da rede já destacada, criou e desenvolveu o projeto Mulheres do Salgueiro, juntamente com Sônia e Jean.

Pelo estreito vínculo existente entre todos, quando Ana Paula foi selecionada para ser a assistente social do PAC, juntamente com os outros integrantes da equipe, Sonia e Janete disponibilizaram um espaço, que foi alugado pela responsável pelo PAC Social, a saber, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de São Gonçalo (SMDS/SG). Como o espaço é amplo, sendo um sobrado com três andares, foi cedida uma sala comum, computador, duas mesas e uma copa para o PAC Social. Em contrapartida, o PAC fornece almoço a todas as mulheres que trabalham na ONG²¹. As trocas, portanto, vão além de trocas monetárias; perpassam trocas relacionais e contrapartidas da dádiva (GODBOUT, 1992, MAUSS, 2003, WEBER, 2009), historicamente consolidada pela rede de sociabilidade.

É deste ponto de partida que pude recortar meu objeto. A rede por ora cartografada pode ter dois pontos físicos de referência conforme acima destacado. A escolha de tal rede não foi previamente deliberada, mas sim circunstancial, de acordo com o percurso dado em campo (ANEXO 1) .

Outro ponto importante a salientar, para que o recorte se apresentasse da forma descrita, são as interdições que tivemos pelo que chamei de “estereótipo invertido”. Tanto eu como Caio Charles Albuquerque, meu colega de pesquisa, temos as características físicas e comportamentais que, desde minha primeira entrada de campo, levou-nos, por parte de alguns interlocutores, a tomar uma série de cuidados.

²¹Por nota, a ONG é composta exclusivamente de mulheres. Desde a presidente, Sônia, como as responsáveis pela gestão (Janete), pela capacitação profissional e inclusive as alunas, são mulheres. Não é poroutra, que o principal projeto da ONG se chama Mulheres do Salgueiro.

O primeiro dele é até onde poderíamos entrar. Mesmo boa parte de nossas incursões sendo na parte da manhã, existiam lugares que, segundo nossos guias-interlocutores, era muito perigoso entrar, devido ao *movimento dos meninos*. A alguns lugares eu fui sozinho, mas mesmo assim a sensação de estar sendo visto e poder ser abordado fez com que evitássemos veementemente algumas microlocalidades.

Mesmo havendo a necessidade das agentes do PAC Social fazerem incursões mais adentro nas microlocalidades ditas mais perigosas, a algumas ruas nem elas mesmas foram, evitando o conflito e a intermediação com o tráfico local sempre que puderam. Tal interdição a alguns lugares verificava-se, principalmente, quando as acompanhamos em suas coletas para a SMDS. O local máximo a que fomos juntos foi o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado após a PIB, e a duas ruas da casa de Zilá, outro ponto de encontro das agentes comunitárias.

Quando íamos sozinhos, deveríamos tomar diversas precauções: quanto mais formalmente nos apresentássemos, mais parecidos com policiais ou informantes (X-9) parecíamos. Para ir ao Salgueiro, eu evitava usar ao máximo o telefone celular, não utilizava óculos escuros nem roupas pretas e calças escuras. Ana Paula até me sugeriu fazer, para minha segurança, uma camiseta branca, com o emblema da UFF e os dizeres “PESQUISADOR”, para que a abordagem do tráfico fosse mais branda ou para que eles já me reconhecessem de vista. Seguem trechos do diário que servem para exemplificar o caso:

Eu observei que a discussão de tomada de poder também adentra muito na questão de gênero. Todas as pessoas na sala de reunião, exceto eu, são mulheres; e tirando as assistentes do CRAS, todas são moradoras das localidades. A questão de serem mulheres dá abertura para mediação com o poder do tráfico local. Geralmente os homens são considerados potenciais inimigos, pois segundo venho observando, a insegurança latente se evidencia com a presença de um homem, que pode ser sempre uma ameaça direta ao status quo da criminalidade local. Este homem geralmente é relacionado à polícia.

Daí a enorme necessidade de eu andar com as agentes até que eu seja identificado diretamente pela minha pesquisa. Os cuidados são grandes, algumas fotos devem ser devidamente autorizadas por eles antes de tiradas.” (03/05/2012)

Outro ponto que salienta o recorte de gênero está relacionado com as anotações acima. Todo homem de fora era visto, mesmo que virtualmente, como uma ameaça à ordem local. Tal ordem a qual nos referimos é a ordem do tráfico de drogas local, que coaduna com o que podemos chamar de representação da sociabilidade violenta, encarnada nos *meninos do tráfico*. Chegamos a encontrar alguns integrantes do tráfico, mas a sensação de insegurança era pela virtual observação panóptica a que estávamos sujeitos. Homem, branco, com um semblante sisudo, é, neste caso, um perigo em potencial.

Para evitar que de fato eu fosse abordado durante a pesquisa, as agentes comunitárias nos envolveram em um “cinturão moral de segurança”. Sugeriram que apenas andássemos conjuntamente, e se alguma pessoa nos “estranhasse”, além do alibi que tínhamos de estarmos com elas, todas poderiam mediar com eles ou então mudar a rota de caminhada dentro do bairro. Isto ocorreu algumas vezes, mas, felizmente, nunca houve nenhuma abordagem direta.

O trabalho das agentes, como meus pontos de observação, foi ficando cada vez mais restrito. Como também participava das reuniões oficiais do projeto como convidado e ouvinte, que aconteciam muitas vezes na casa de Zilá, percebi que ali poderia ser um campo propício de pesquisa. Mesmo sabendo que minha análise se restringia apenas à rede comunitária, das agentes e da organização de suas relações de parentesco e vizinhança, tal mapeamento pode trazer contribuições generalizantes sobre o bairro como um todo.

O tempo de inserção no campo e o auxílio das agentes comunitárias me fez descobrir, no decorrer desta relação, que a entrada no Salgueiro através destas mulheres poderia proporcionar um acesso interessante às redes locais, não percebido até então. Optei, conseqüentemente, por observar a dinâmica das suas ações, como também suas histórias de vida. No final, o recorte geracional e de gênero recaíram sobre elas mesmas, que aceitaram prontamente a serem ouvidas. Percebi que, mesmo sendo inconscientemente, estava participando de uma comunicação mediada pelas minhas interlocutoras. Além de me auxiliarem, elas trabalharam prontamente para a viabilização de minha pesquisa. Elas estavam, enfim, em um processo contextual de mediação (NEVES,2008), onde a negociação pode ser intencionada ou interessada, e que:

(...) a rejeição também caracteriza a comunicação, exatamente porque os agentes vinculados a universos de significação ao mesmo tempo diversas, contrapostas, complementares ou divergentes, podem facilitar a constituição de espaços de autonomia, até mesmo propiciados pela incompreensão ou desconsideração – (NEVES, op.cit, pág. 12)

O recorte do campo, portanto, pode ser compilado da seguinte maneira: **o mapeamento de redes de sociabilidade de lideranças femininas do Salgueiro, a partir da observação participante das Agentes Comunitárias do PAC Social, da ONG Comunidades em Ação e das mulheres que compõem o Despertaí Déborah, núcleo feminino da Primeira Igreja Batista do Salgueiro.** Outro ponto a ser destacado é que tal mapeamento está baseado nas **relações cotidianas observadas e na coleta de histórias de vida das componentes destas redes.** Alguns homens claramente devem aparecer (que é o caso de Jorge Canela e Jean), mas o enfoque é nas dinâmicas de sociabilidade e manutenção da rede de solidariedade entre tais mulheres-líderes

Todas as agentes entrevistadas moram no Salgueiro ou então nos bairros de entorno, como Conjunto das Palmeiras ou na Marinha. Seus familiares, se não todos, também residem no local, e em suas ações cotidianas também se utilizavam de suas redes consolidadas. Conhecendo suas histórias de vida; suas trajetórias pessoais, espaciais profissionais e comunitárias; suas redes de parentesco, vizinhança e consideração, pudemos desdobrá-las em uma moralidade e uma história compartilhada do bairro como um todo, além de suas ações diretas acionarem as redes articuladoras e mobilizadoras na localidade.

Por vários fatores, portanto, as agentes do PAC, além deste papel, já detinham prestígio e certa liderança local. No desenrolar de suas histórias de vida, observa-se que muitas já atuavam ou continuam atuando ativamente em diversas atividades comunitárias. O recorte já discorrido no ponto anterior traz certos detalhes desta composição. A partir desta rede, conheci os espaços de moradia, de mediação e de intercâmbio entre as diversas lideranças femininas locais.

Os capítulos que seguem vêm lançar luz sobre a construção da **pessoa** e das **redes relacionais** de parentesco e vizinhança a partir dos relatos de história de vida de minhas interlocutoras. Dentro da discussão inicial sobre as trajetórias pessoais, o primeiro passo é conseguimos tirar certas representações em comum entre todas as nossas entrevistadas, ou seja, alguns procedimentos levarão a construção da **pessoa**, em

relação direta com os acontecimentos dentro do bairro. A partir do mapeamento genealógico delas; da construção de matrizes conceituais que constituem seus respectivos sistemas de ideias-valores (DUARTE, 1986; GUEDES, 1997); e, por fim, da retrospectiva sobre o bairro do Salgueiro, chegaremos a um dos objetivos pretendidos: o de enfatizar que a **mulher salgueirense**, contendo diversos vieses, mostra certos aspectos característicos de moradoras atuantes em um bairro popular.

3 AS NARRATIVAS DE VIDA COMO COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DA CONSTRUÇÃO DA *PERSONA* DE LIDERANÇA FEMININA NO SALGUEIRO

A composição das redes das agentes do PAC Social e dos agentes do Projeto *Amo Salgueiro* nos remete ao *status* que tais pessoas alcançaram dentro da localidade. As respectivas histórias de vida são de suma importância para entendermos como e por que tais pessoas são vistas como lideranças. Não se pode perder em vista, no entanto, que, quando se utiliza as histórias de vida como ferramenta analítica, deve-se utilizá-la dentro de uma perspectiva etnossociológica, ou seja: “A hipótese central (...) considera que as lógicas que regem o conjunto de um mundo social ou mesocosmo operam igualmente em *cada um* dos microsocosmos que o compõem” (BERTAUX, 2010; p, 26). Ou seja, em cada trajetória social de vida, podemos encontrar, dentro de um mesmo contexto social, certos saberes e conhecimentos práticos, acumulados e compartilhados entre os seus componentes.

Mantendo-se na linha pretendida pelo autor, a coleta de histórias de vida não pode prescindir de um tratamento em que os relatos coletados são narrativas construídas, nas quais o que se passa são autorreflexões da pessoa que se interroga sobre si e o contexto social em que vive e desenvolve a pesquisa (BOURDIEU, 2006[1986]). Conforme continua o autor, baseando-se na hermenêutica da ação desenvolvida por Ricoeur (1983- 1985, 1986 *apud* BERTAUX, 2010: 30):

“A ação, no sentido mais genérico do termo, se desdobra no tempo e a forma que a descreve melhor é a forma narrativa, a do relato. (...) toda sua argumentação leva o sociólogo que o lê à conclusão de que, para o estudo da ação, (a ação “em situação”) a forma apropriada é a forma-relato ou a *forma narrativa*.” (idem)

A trajetória de vida de Zilá, por exemplo, faz dela uma referência muito importante para a intermediação local, pois, por ela ter sido comerciante e ter atuado como agente comunitária anteriormente, é amplamente conhecida dentro do Salgueiro. Esse seu “conhecimento” é importante para todas as agentes, pois além de saber da geografia local, ela é respeitada pelos *meninos* do tráfico de drogas.

Ou seja, para mapear as redes sociais do bairro, para iniciar a composição desta, temos que organizá-las a partir dos indivíduos que a compõem. Além de observar, através do trabalho comunitário, cada história de vida, a interação com os diversos

espaços sociais em que elas se situam, cada pessoa e seus eventos significativos não deixam de contar parte da história do bairro. Desta forma conseguimos chegar em uma memória coletiva compartilhada (HALBWACHS,1969), na qual os eventos coletivos fazem parte do imaginário comum, cada um contando uma parte e as consequências para suas vidas.

Alguns pontos comuns importantes para a história do Salgueiro foram salientados pelos meus interlocutores: a construção dos conjuntos habitacionais do Salgueiro, da Marinha e da PM, por volta dos anos de 1970; a *invasão* dos dois últimos conjuntos por parte de moradores que viviam de aluguel nos entornos; as enchentes constantes na localidade, sendo a última, de 2010, considerada a pior da região, desalojando a maioria dos moradores que moram na depressão do vale do Maciço do Salgueiro, onde se localizam parte do Salgueiro, e os conjuntos destacados acima; e o próprio PAC, que foi a segunda maior intervenção urbana nas localidades, desde a construção em si dos conjuntos, sendo inauguradas as obras no final de 2008, mas efetivamente construindo por volta de 2009 e terminando no início de 2011. É óbvio que podem existir outros eventos de menores amplitudes, mas, de forma geral, esses eventos abarcam todo o espaço de pesquisa.

Observando as trajetórias de vida, neste sentido, a grande maioria teve certa mobilidade ascendente, tornando-se, em maior ou menor grau, pontos morais de referência. Se partirmos do pressuposto que todos que nasceram ou se criaram na região detinham pouquíssimas condições materiais, refletindo também em valorações morais sobre o passado, a trajetória de sair de uma condição desfavorável e tornar-se um determinado tipo de liderança local é realçada, mesmo que estas mulheres não se sintam à vontade de se afirmar como tais. Mesmo que temporário, tal papel é moralmente relevante para o desenvolvimento do trabalho mediante a localidade a que pertencem e na qual atuam.

Por outro lado, tais lideranças enfocadas nesta pesquisa trabalham há muito tempo dentro do bairro. Este dado também é importante para um recorte mais preciso do trabalho que desenvolveremos a seguir. Os meus interlocutores são pessoas que moram há pelo menos quinze anos na localidade. Temos também um corte geracional bastante importante para podermos ter uma estrita visão de quem são nossos interlocutores: situados em uma fase adulta, de 30 a 45 anos de idade, em sua maioria casados ou

divorciados, com filhos e que trabalharam em diversas instituições (internas ou externas) dentro do bairro. Podemos ressaltar apenas, fora deste padrão, o caso de Erika, que tem somente 28 anos e é recém casada. No entanto, pode-se concluir que as trajetórias de vidas se assemelham bastante.

O marco de entrada no campo, no entanto, não buscou um perfil de liderança, mas atendeu a outros requisitos de seleção de interlocutores de pesquisa. Suzete, neste caso, morou por quase toda a vida em Itaúna, e quase dez anos dentro do Salgueiro. Ela foi primordial para desenvolver um *continuum* de representações sobre o bairro a partir das relações intervicinais.. Assim sendo, a entrevista com D. Suzete, casada e com 50 anos, passou a ser o projeto-piloto para a sistematização das outras entrevistas, sempre confrontando-as. Acabei criando um sistema de entrevistas padronizado, baseando-me nos principais pressupostos sobre as representações do bairro.

A educação familiar e as relações intervicinais são os condicionantes da moralidade básica para se criar trabalhadores. Parte da pesquisa na graduação e outros escritos fundamentam esta hipótese²². As trajetórias pessoais e familiares denotam que, como *mães de família*, responsáveis pela criação de filhos, centralizam em suas pessoas a condição de formadoras de caráter e de moralidades compartilhadas com as pessoas que se têm convivência.

Eventos significativos reforçam, por ora, estes aspectos condicionantes da moralidade local. Ajudas, respeitos mútuos entre os seus parentes próximos e também seus vizinhos, criam redes de solidariedade e de cooperação, idealizando e generalizando positivamente a construção histórica das representações da localidade em que moram. No entanto, se tal evento é constituído de desrespeito, de perda de dignidade e de conflitos com seus vizinhos, ou seja, com a rede construída na localidade, a idealização se transfigura em algo negativo, pejorativo, afastado da moralidade que se pretende constituída em sua residência. Assim, podem ser identificados dois polos da representação sobre a localidade: um negativo, outro positivo. Dentre estes polos, situam-se diversas representações sobre o bairro. Nestas representações, há também diferentes visões das redes sociais locais. Dentro dos polos, temos duas referências pessoais. Do lado negativo, que ratifica as construções citadas acima, podemos situar as representações de D. Suzete; do outro lado, entretanto, vemos

²² Para maiores detalhes, ver Sarti (1995), Guedes (1997; 1998), Guedes e Sliva (2008) e Fonseca (2000).

que a localidade é positivamente representada a partir da reflexão que Zilá faz de sua vivência no bairro, externando os laços de solidariedade que foram constituídos a partir de sua rede social. A rede, após reflexões e conhecimento de cada história de vida, pode ser também considerada autossuficiente, podendo assim ser considerada uma cartografia de uma determinada rede, composta por uma certa “elite” do bairro, não sendo necessariamente uma elite econômica, mas, sim, uma elite moral.

Desta forma, mesmo que não seja evidente esse tipo de liderança, ao analisarmos as respectivas trajetórias pessoais, podemos ver que elas, sim, são uma referência na construção de um modelo positivo de vida dentro do Salgueiro. Sabe-se que a autoimagem de um determinado grupo é condicionado por uma trajetória que pode se tornar um parâmetro coletivo (ELIAS, 2000). Nas histórias destas mulheres, vemos que este referencial também traz *status* e posições importantes dentro dos espaços sociais em que elas atuam.

Zilá e Ana Paula, por exemplo, fazem parte do “núcleo duro” da PIB. São engajadas dentro dela e sempre são conhecidas, dentro e fora do espaço da Igreja. De uma certa forma, todos sabem quem são e o que fazem. Janete também é outro exemplo de mulher que, quando saímos juntos no bairro, era cumprimentada constantemente. Ou seja, eram conhecidas tanto pelos papéis que desempenhavam como pelo papel de agente do PAC Social que situacionalmente estavam realizando. O prestígio moral de ser uma mediadora ou pelo menos uma referência em algum ponto nodal dentro da localidade condiciona essa posição que mantinham. As especificidades da constituição desta rede também são significativas. Mesmo D. Suzete não tendo mais quase nenhum vínculo com os moradores do bairro, e Zilá, pelo contrário, tendo relações intensas com seus vizinhos e parentes moradores do bairro (mantendo, assim, intenso vínculo local), ambas podem ser mapeadas dentro da mesma rede.

Dentro da perspectiva de malhas, a ser mais bem desenvolvida no capítulo 3, de certa forma, a rede mapeada pode ser circunscrita, a partir dos vínculos e laços de pertencimento local, e englobar todos os meus interlocutores. Em menor ou maior grau, todos se conheciam ou conheciam os respectivos cônjuges, familiares ou até parentes próximos.. D. Suzete é casada com seu Roberto, que trabalha junto com Jean, marido de Ana Paula. Jean é também o Pastor da PIB, considerado, portanto uma liderança local, e Ana Paula trabalha no PAC Social junto com Zilá.

Zilá, por sua vez, frequenta assiduamente a Igreja Batista e é colega de Ana Paula. Suzete já foi da Igreja Batista, mas de Itaúna, e mesmo assim realizou trabalhos e missões religiosas dentro do conjunto. Desta forma, mesmo que elas não se conheçam, o vínculo Zilá-Ana-Jean-Roberto-Suzete pode ser considerado contínuo e autossuficiente. Ambas afirmam que tiveram certa ascensão social e também compartilham de uma moralidade comum, seja religiosa ou até mesmo vicinal.

Outro ponto, um desdobramento da formação da mulher salgueirense, é a constituição e organização das redes relacionais de cada uma delas. Baseadas no sistema do dom (GODBOUT, 1992; MAUSS, 2008), as trocas de bens e serviços levam em conta os laços sociais já consagrados na localidade, reforçando os vínculos comunitários ainda existentes no Salgueiro:

“Os seres humanos devem ter-se constituído como **peessoas**, (...) unidades autônomas dotadas de um mínimo de coerência própria. (...) [é] no registro da *sociabilidade primária*, aquele em que, na família, nas relações de vizinhança, de camaradagem, de amizade, se estreitam, justamente, as relações de pessoa a pessoa” (CAILLÉ, 1982 apud GODBOUT, 1992: 24)

A análise relatada anteriormente demonstra que, em maior ou menor grau, todas as interlocutoras fazem parte de uma rede mais ampla, que se constitui no que chamamos de ponto nodal da PIB do Salgueiro. Portanto, a descrição minuciosa de cada *persona* dentro desta rede é de suma importância, pois demonstra que não houve um enviesamento feito de forma arbitrária por minha parte. Ao contrário, ao entender de onde todas vieram e onde se encontram, seja pessoalmente, profissionalmente ou de ascensão a alguma escala social dentro do bairro, são trazidas conotações de prestígio, de legitimidade em suas ações ou também retificação de seus valores como moradora e atuante, apontando a existência de uma organização destas pessoas em uma instância em comum. Mesmo que tal ponto nodal apresente um caráter religioso, nem todas as ações passam por este aspecto, e algumas representações podem ser vistas como um contraponto ou um complemento daquela moralidade que permeia a PIB do Salgueiro.

Para que o leitor consiga entender também o trajeto da pesquisa no bairro, as histórias descritas serão realizadas de forma cronológica. Portanto, começarei a descrever pela minha “iniciadora” dentro do bairro do Salgueiro, que neste caso, é d. Suzete e sua família. A partir desta primeira entrevista, consegui nortear a configuração de um sistema de ideias-valores (DUARTE, op. cit) local e que posteriormente foi visto como comum a todos os entrevistados. A entrevista dela, com os relatos informais dos demais interlocutores, apontou como a Igreja Batista mobiliza novos integrantes e os

condicionam a serem atuantes na localidade. Outra parte importante foi observar a trajetória de vínculos relacionais no Salgueiro e como eles condicionam a visão sobre a moralidade local. Como contraponto, já organizado em relatórios de pesquisa realizados por mim e por Caio Charles de Albuquerque²³, veremos o caso de Zilá e de toda sua história no Salgueiro.

A partir delas, poderemos ver como o bairro é parcialmente visto pela maioria de seus moradores, pois o *continuum* representacional criado incide em moralidades conflitantes mas complementares, na ótica de mudanças em que se passa o contexto das obras e das intervenções diretas no Salgueiro. Após isso, as histórias de vida atribuem uma ordem de importância para os desdobramentos que serão apresentados. A engrenagem da dívida faz com que tais pessoas sempre estejam em situação de dívida com o passado, com seus antepassados – muitas vezes a própria mãe – e com uma visão nostálgica do bairro; a atuação direta nele é baseada nesta moralidade diacrônica.

Darei, posteriormente, uma maior ênfase às histórias de minhas interlocutoras-chave dentro do campo, desde a infância e algumas lembranças significativas que remetem ao sistema de representações até as transformações de suas trajetórias, tendo o Salgueiro como pano de fundo. A mudança e acúmulo de papéis dentro do bairro passam por esta perspectiva. Todas as minhas interlocutoras são mães, foram total ou parcialmente criadas nos bairros, e também a formação de suas famílias nucleares, a criação dos seus filhos e as mudanças ocorreram dentro e no entorno das suas redes locais de sociabilidade.

A questão de serem mães e trabalhadoras pesa em suas trajetórias de vida. Todas tiveram que trabalhar desde muito jovens. Algumas utilizam esta ação como modeladora da responsabilidade e do engajamento na localidade, levando o caráter a uma transformação constante, nesta relação pessoa-espço. Elas se autoafirmam como mulheres-trabalhadoras, condicionando seus referenciais morais de uma forma mais ou menos classista.

²³ Agradeço muito ao Caio, bolsista PIBIC do mesmo projeto do qual fiz parte e meu companheiro de campo. Em nossas discussões, conseguimos criar como referência a matriz representativa do Salgueiro entre as falas de Suzete *versus* as falas de Zilá. E, conversando sobre a importância da religiosidade para ambas, tivemos o *insight* de que ambas são batistas e detêm moralidades religiosas muito em comum, mesmo ambas vendo o bairro de forma totalmente diferente. Tal matriz criou um *continuum* entre a moralidade negativa do bairro, reificada nos jornais e no termo *Complexo do Salgueiro*, e a moralidade positiva do Salgueiro como *comunidade*. O desenvolvimento desta ideia seguirá neste trabalho.

As interlocutoras, no contexto atual, são muito atuantes no bairro e apresentam grande destaque na liderança de algumas ações. A primeira delas, Ana Paula, além de ser a assistente social do PAC Social, é mulher do pastor Jean, da PIB do Salgueiro, e atua diretamente na Igreja, com o movimento Desperta Déborah. A segunda, Janete, é a presidente da ONG Comunidades em Ação, que realiza ações de capacitação profissional de jovens e mulheres do bairro. É também no espaço da ONG que está situada a sede do PAC Social.

A partir da composição de sua formação como **pessoa**, pude, no capítulo seguinte, trabalhar os desdobramentos e mediações a partir das redes sociais descritas anteriormente. Mesmo estando no mesmo espaço físico, suas atuações nos espaços dentro do bairro são diferenciados, sendo específicas também as constituições de redes de mobilização comunitária. Apesar de estarem muito próximas por conta da constituição desta rede em comum, a partir da história da constituição da ONG e do apoio que Pr. Jean deu nesta empreitada, no contexto atual, ambas atuam e constituem outros tipos de relações para a ação comunitária, costurando redes diferenciadas e em amplitudes diferentes de espaços sociais.

A primeira aprofunda suas relações com outros setores religiosos, a partir de seu movimento feminino de oração e apoio (moral, material e espiritual) a mães ligadas, direta ou indiretamente, à própria Igreja, como também mantém uma ligação institucional – mesmo que temporária – com a Prefeitura; a segunda realiza ações de empreendedorismo, de criação de redes de capacitação comunitária e de economia solidária com outras ONGs, Universidades, entre outras instâncias do Terceiro Setor. Suas redes atravessam outras localidades, se ampliam de acordo com os pontos de atuação de suas ações diretas, e com isso, mostram a complexidade do que é atuar comunitariamente, desvendando diversas facetas e espaços sociais – inclusive campos, no sentido bourdiano do termo – que se entrelaçaram na situação em que se encontrava o bairro e a pesquisa do PAC.

Após isso, temos outras histórias de vida que intermedeiam outras redes, fazendo parte de vários outros contextos que se entrelaçam aqui. Posso enquadrar a trajetória de Lúcia, mulher de Jorge Canela e atual administradora do PAS. Em seu relato, vi que ela foi uma pessoa muito atuante na PIB do Salgueiro, até o momento da consolidação do Projeto e a ruptura com a Igreja Batista. Mesmo rompendo, ela ainda mantém relações estreitas com as lideranças da PIB, principalmente com Pr. Jean, no que se refere a algumas ações pontuais de ajuda comunitária. Após o falecimento de

Canela, houve um esboço de reaproximação entre tais redes, devido ao histórico de liderança e discipulado que o casal Canela/Lúcia teve em ambas as instâncias – ou pontos nodais. A descrição da genealogia de Lúcia leva, atualmente, a uma maior aproximação com os integrantes atuantes do projeto, pois tal ação acontece no quintal de sua casa, trazendo diversos contornos importantes para a situação e para a organização do PAS em geral.

Outro relato a descrever é o caso de Érika, que atuou diretamente no PAS, no PAC Social e intermedeia outras redes a partir de sua ação profissional e religiosa. Como é educadora, formada em pedagogia, pude observar algumas sínteses relacionais a partir de seu contexto. Mesmo não realizando uma entrevista formal com ela, pelo que foi relatado em diversas conversas, pude situá-la como intermediária das redes que já descrevi, consolidando a rede comum PIB – PAS – Comunidades em Ação.

Sineide e Cleonice, ambas agentes comunitárias, compõem também tal rede mais ampla. Alex, o único homem do PAC Social, faz parte de outra rede, a partir da ação da Igreja Católica dentro do bairro. Como a paróquia de Santana se encontra em Itaúna e ele é do sexo masculino, apenas farei uma breve descrição, mas que situa a ação de outras igrejas no bairro e o prestígio que elas ainda mantêm em algumas frentes. Ele entrou no PAC Social por influência de seu pai, trazendo uma série de conotações políticas que, devido à sua complexidade, não apresentam relevância para o viés seguido neste trabalho.

Uma liderança comunitária bastante atuante, importante referência para os moradores locais e também para as lideranças descritas acima, é Baixinha. Sua história de vida é referência para todos, pois, mesmo com todas as adversidades, ela mantém sua creche comunitária há mais de vinte anos. Tal atuação persistente é que trouxe, segundo Janete, reflexões para capacitação das mulheres-mães moradoras do bairro, que culminou na criação da ONG Comunidades em Ação. Desta forma, achei pertinente entrevistar Jean, que mesmo não sendo uma figura feminina, apresenta também as nuances e as interações relacionais que trouxeram o desenvolvimento da ONG, da intensa atuação da PIB no Salgueiro, da importância de Jorge Canela na formação de novos líderes e da consolidação atual que mapeei neste trabalho. Se hoje podemos contar com mulheres líderes, a atuação masculina não pode ser relegada, pois pelas alianças e costuras relacionais mais “institucionalizadas” ou mais “tradicionalistas” – não esquecendo a importância da religiosidade batista na formação destas atuais lideranças – é que se abriu espaço para a atuação feminina na região.

Houve diversos limitantes para que não pudesse prosseguir com o acompanhamento de outras lideranças femininas. O fator tempo foi fundamental para que conseguisse tirar maior proveito das histórias de vida de minhas interlocutoras-chave. Porém, ao aprofundarmos em certas questões trabalhadas com elas, pude criar um referencial local de construção moral de uma trajetória pessoal positivada. Todas me afirmaram que sabiam de sua importância local e que isso trazia diversas responsabilidades e *performances* que não podiam passar despercebidas, trazendo à tona uma versão oficial do bairro (GUEDES, 1997), que é referendada pela maioria dos moradores, a partir da posição em que elas se encontram. O aprofundamento maior nas quatro primeiras descrições traz à baila como o salgueirense *se vê*, numa perspectiva em que tais mulheres mostram a diversidade de trajetórias, mas que, seguindo uma moralidade comumente partilhada entre elas, podem modificar uma realidade social, moralmente negativa e também partilhada, que coexiste no bairro. Ou, nas palavras de Ana Paula, “não queria permanecer ‘sentada na calçada’ como os demais vizinhos”.

3.1 A formação de ser-mulher, ser-mãe e ser-agente/trabalhadora

A formação da *persona* mulher-atuante, engajada em ações sociais locais, já foi descrita por Patrícia Gouveia da Silva (2003), em sua tese de doutoramento. A construção cultural deste tipo de pessoa passa por rituais semelhantes tanto no que concerne às suas quanto às minhas interlocutoras. Os usos de histórias de vida, conforme Frederiken (1997 *apud* GOUVEIA DA SILVA, 2003:42) “são vistos como constructos culturais lançando luz sobre a forma como as pessoas interpretam suas vidas (...) e as escolhas para se representarem para outros.”²⁴

As experiências subjetivas estão interconectadas com os fatos pessoais como também pela memória social. A identificação nesta tríade composta (ser-mulher, ser-mãe, ser-agente/trabalhadora) *post facto* remete às lembranças importantes em que elas tiveram que escolher suas trajetórias pessoais. Um maior engajamento necessariamente passa por estas transformações rituais: a infância bucólica, mas difícil; a criação de uma família e a incorporação de papéis domésticos; a necessidade do trabalho e do cuidado com seus filhos; a importância de ajudar suas redes de parentesco e vizinhança no entorno de suas localidades; a mudança social empreendida na religiosidade e nos papéis já vivenciados por estas mulheres. Desta forma, é necessário

²⁴ Tradução minha.

destacar como estes eventos referenciam suas vidas e a formação de suas *personae* dentro da localidade.

3.2 Quais são as ideias-valores que referenciam suas respectivas moralidades?

Todas as minhas entrevistadas, sem nenhuma exceção, destacaram a importância do **trabalho, do apoio da atual formação de suas famílias, da motivação individual, e do embasamento religioso (fé em Deus e na atuação positiva dentro da Igreja ou em outros espaços religiosos)** como fatores importantes de mobilidade e ascensão social. A dupla característica de ser-mulher e ser-pobre já destaca as pressões socioculturais que sofrem, dando grande importância à constituição de suas *personae* (GOUVEIA DA SILVA, 2003), de suas *performances* e do contexto situacional atual para reafirmar seus valores e a importância de sua atuação comunitária. O tripé de ideias-valores FAMÍLIA-TRABALHO-RELIGIÃO²⁵ dá a sustentação moral para que, em sua construção valorativa de si, adquira **honra e prestígio** femininos. Tal tripé valorativo é importante nesta análise, a partir dos níveis de atuação de tais mulheres:

“As categorias centrais são nuançadas e negociadas nos diversos níveis sociais significativos. Compreender a relação entre estes níveis, em particular, o do trabalho, o da família e do local, (...) na forma como se estabelecem num grupo determinado, foi uma preocupação constante.” (GUEDES, 1997, p. 35)

Das autonomias criadas a partir do trabalho e das respectivas relações conjugais e familiares (SINGLY, 2000; 2010; FONSECA, 2000), as entrevistadas adquirem relativa liberdade de ação a partir de suas individualidades, podendo ter, no desenvolvimento de suas trajetórias, certas posições de liderança local. A localidade é o pano de fundo e o *locus* que condiciona tais referências de moralidades – constituídas, principalmente, no período de infância e adolescência – nas sociabilidades adquiridas a partir da família, parentesco e vizinhança.

Atuando diretamente nas Igrejas, nas ONGs, nas creches, nos projetos locais, entre outros espaços de mobilização comunitária, essas mulheres podem ser vistas como um *exemplo* a ser seguido e até serem vistas como um *antimodelo* da passividade, do conformismo e da ignorância em que são vistos a maioria dos

²⁵ Simoni Guedes (1997) já havia trazido o debate sobre a importância do valor-trabalho às classes trabalhadoras urbanas, principalmente para os homens. Este tipo de análise com mulheres também foi realizado por Gouveia da Silva (2003).

moradores de localidades pobres, geralmente taxados, de forma pejorativa, de *favelados* (FREIRE, 2008).

Ao saírem da inércia de ficarem *sentadas nas calçadas*, utilizando um termo nativo para tal prostração/passividade condicionante dos outros moradores, elas puderam se mobilizar e, a partir da organização das redes familiares e de consideração, das ações sociais, do trabalho intenso, e da autorreflexão, se deslocar para uma ascendência em seus níveis econômicos – e, conseqüentemente, por que não, uma mudança nos parâmetros morais e culturais – demonstrados pela melhoria da casa, dos utensílios domésticos e dos padrões de gosto, de outros estilos de vida e, principalmente, na mudança para os locais mais privilegiados do bairro.

Alguns exemplos são detalhados em suas próprias histórias, como é o caso bastante ilustrativo de *sair da calçada* de Ana Paula, que me relatou em uma conversa informal no início de seus relatos de vida:

“Ela afirma que depois que saiu de sua segunda casa, achou que se distanciou e se isolou em relação às suas antigas redes de amizade, contato e vizinhança. Hoje, parando para analisar, ela se sente em relação de confronto pessoal devido a tal distanciamento, e que, seja por acaso ou obra divina, trabalhar como assistente social dentro de sua localidade traz tal reflexão à tona. Ela remonta aos idos de 1990, quando se converteu, casou, e voltou aos estudos. Disse que se mudou para uma boca de lobo, ou seja, um local ermo e moralmente inferior. É perto do mangue e onde se localiza os jacarés utilizados pelo tráfico. Tal localidade é perto do ponto final do ônibus e é chamada de São Lourenço. O trabalho e a volta aos estudos, conjuntamente com sua conversão, foram aspectos que reconfiguraram sua moralidade, trazendo possibilidade de ascensão social. Em contrapartida, ela se afastou de sua antiga vizinhança porque as moralidades tornaram-se, assim, incompatíveis. A mudança para sua casa atual consagrou tal distanciamento, revisitado quando ela se encontra ‘em campo, trabalhando’ e reencontra os integrantes de suas antigas redes de relacionamento.” –
17/05/2012

Como é possível perceber, neste capítulo fiz uma análise das experiências intersubjetivas de minhas interlocutoras, em que suas vivências familiares e religiosas encamparam-nas para o engajamento comunitário, trazendo, desta forma um “reposicionamento destas mulheres dentro de uma esfera de circulação de classe” (GOUVEIA DA SILVA, 2003: 44). Tais distinções fazem com que elas assumam uma identidade, em posição de destaque nas redes sociais que atuam:

“tal experiência promoveria uma expressiva diferenciação interna ‘delas’, em suas redes de sociabilidade (...) [podendo] ser vistas como **expressão modelar de um ethos de classe**, por outro, perseguem projetos autorreferenciados, reflexivos e ‘mais individualizantes’” (GOUVEIA DA SILVA, 2003, p. 47)

Mesmo tendo atuado em ações de engajamento comunitário em algum momento de suas vidas, todas as interlocutoras, em menor ou maior grau, já tinham este tipo de vivência dentro do Salgueiro, seja a partir das redes familiares, seja nas redes de sociabilidade religiosa. A família, o trabalho e a religião são fatores comuns na formação desta *persona* comunitária, que abarca e confunde diversos papéis em diversas esferas sociais. A seguir, descreveremos a composição destas trajetórias na formação destes contextos interativos para a formação da pessoa feminina popular (GOUVEIA DA SILVA, op.cit) e de sua honra constitutiva das ações localmente engajadas.

3.3 A comparação de representações contraditórias sobre o Salgueiro a partir das trajetórias de vida

Para minhas interlocutoras entrevistadas, o Salgueiro se transformou em um marco referencial (seja positivo ou negativo) que hierarquiza as próprias fronteiras do bairro e as relações com os moradores de determinada microlocalidade. Somente ao longo de um trabalho de campo sistemático em que o etnógrafo possa se familiarizar com o ponto de vista nativo é possível compreender aquilo para o que Alvito de Souza (1996) já havia chamado a atenção em sua pesquisa: mais do que físicas, as fronteiras interna dos bairros são, sobretudo, simbólicas, relacionando o espaço físico com as moralidades ali pertencentes.

O procedimento metodológico aqui consistiu em perceber que existem alguns eventos – sendo conceituados por Sahlins (1990:15) como **acontecimentos significativos** em um dado esquema cultural²⁶ – importantes para a configuração atual de ideias-valores (DUARTE, 1986) das mulheres e, por conseguinte, de suas famílias. O processo de socialização destas mulheres é focado nas relações femininas, sendo retransmitidas aos demais, ao constituírem família na localidade, como o referencial familiar. A educação dos filhos, pelos relatos que coletamos, teve grande influência das esferas femininas do bairro. A forma como as interlocutoras relataram sua formação pessoal traduz, em parte, a formação familiar como um todo.

²⁶ Segundo nas palavras do próprio autor : “O evento é a *relação* entre acontecimento e estrutura (ou estruturas)”(idem.)

D. Suzete foi nossa primeira entrevistada e com ela conseguimos entender brevemente como acontecem as dinâmicas de mobilidade e de moralidade nos bairros abrangidos direta e indiretamente pela pesquisa. Ela é nascida e criada no Rodo de Itaúna, mais especificamente na Rua José Maciel. O chamado Rodo é o centro comercial da região, tendo uma praça que corta as Estradas da Sapucaia e das Palmeiras. Atualmente, ela é dona de casa aposentada, tem 50 anos, e moradora de Itaboraí.

Na época da pesquisa, ela tinha acabado de vender sua casa no Salgueiro para morar em um sítio no interior de Minas Gerais. Como não tinha dado certo por uma série de questões – a distância do sítio para o posto de saúde mais próximo, ela tinha contraído pneumonia; a distância da família; seu filho mais velho estava morando na casa do irmão; entre outros –, tinham retornado para uma casa alugada, nos limites do Salgueiro com Itaúna. A entrevista se deu, neste caso, num momento de transição de Suzete e família: estavam ainda aguardando a venda do sítio, morando todos neste período, no apartamento de Gilberto, localizado no bairro de Trindade, São Gonçalo.

A segunda interlocutora, Zilá, tem 42 anos, e casou com 14, se mudando para sua atual rua; hoje, tem dois filhos e uma neta. Sua mãe, Zilda, mora na região desde meados de 1960, quando ainda não tinha o projeto do BNH. A atual localidade chamada de Marinha era onde d. Zilda buscava taboa, planta típica de mangue, que ela pegava para fazer utensílios domésticos e até casas. Zilá foi nascida, criada, casada e criou toda sua família dentro do Salgueiro.

Com ambas as interlocutoras, conseguimos identificar dois polos da representação sobre a localidade: um negativo, outro positivo. Dentre estes pólos, situa-se um *continuum* de representações sobre o bairro. Nestas representações, há também diferentes visões das redes sociais locais. Para elas, o Salgueiro se transformou em um marco referencial (seja positivo ou negativo) que hierarquiza as próprias fronteiras (internas e externas) do bairro e as relações com os moradores de determinada microlocalidade.

As duas interlocutoras aqui analisadas exemplificam estas visões contrastivas. No polo negativo, que ratifica as construções citadas geralmente pela mídia, podemos situar D. Suzete; do outro lado, entretanto, vemos que a localidade é positivamente representada a partir da reflexão que Zilá faz de sua vivência no bairro, externando os laços de solidariedade que foram constituídos a partir de sua rede social. As especificidades da constituição desta rede também são significativas. Enquanto que D. Suzete não tem nenhum parente na localidade, a família de Zilá se encontra quase que

toda dentro do bairro, se situando em ruas muito próximas de onde mora²⁷.

A análise do discurso das duas, que remete às vivências e experiências relacionais de ambas dentro do bairro, fez com que pudesse desenvolver um quadro sinótico sobre as representações do bairro. Observa-se que algumas variáveis são encontradas em todas as histórias de vida e histórias sobre o Salgueiro. O papel da inserção na família, as redes relacionais de vizinhança, a visão diacrônica do bairro e os problemas atuais são temas recorrentes, mesmo que contraditórios.

Todas as demais interlocutoras podem, de certo modo, se enquadrar na matriz conceitual abaixo:

PESSOA (Representação sobre o bairro)	INSERÇÃO DA FAMÍLIA NO BAIRRO	AS REDES RELACIONAIS DE VIZINHANÇA	VISÃO DIACRÔNICA DO BAIRRO	PROBLEMAS ATUAIS DO SALGUEIRO
Zilá (representação positiva em relação ao bairro)	Quase toda a família mora e convive. Relacionamento intenso e cotidiano.	Seus vizinhos, em boa parte, são seus parentes. Intensa atividade de sociabilidade e ajudas mútuas no bairro e dentro da Igreja (PIB).	Bucólico, quase rural. Criação das redes de reciprocidade existentes até hoje	O intenso aumento da violência fez com que todos se afastassem do ideal de comunidade.
Suzete (representação negativa em relação ao bairro)	Apenas sua irmã que mora na antiga casa da mãe. Quase não há relacionamento com seus familiares	Apenas com seus vizinhos de Itaúna. Quase não se relacionava com os vizinhos do Salgueiro, apenas em ações pontuais com a Igreja.	Mesmo com todos os problemas existentes, apenas a vizinhança de onde ela foi criada era solidária	As pessoas se relacionam apenas “por interesse”, acionando o tráfico para mediação de conflitos

Tabela 1: Quadro sinótico sobre a representação do Salgueiro e a intensidade relacional dentro dele.

Se observarmos a construção das representações sobre o Salgueiro, ela tende a ser o inverso simétrico com a quantidade e a intensidade de relações sociais dentro do bairro. Quanto mais relações sociais encontramos dentro de uma determinada localidade, mais identificação pode-se ter com ela.

²⁷ O desenvolvimento sobre a importância da localização da casa e da uxirofocalidade segue no tópico a seguir.

Zilá observa o Salgueiro pelos seus aspectos mais positivos; isto se deve principalmente à sua rede de família e parentesco se encontrar basicamente em algumas ruas do bairro, próximas umas às outras. Já Suzete não tem quase nenhum vínculo relacional e conseqüentemente afetivo com a região. Apenas alguns amigos de seus filhos ainda moram pelas redondezas, e quase todos já saíram, sendo, inclusive, sua pretensão.

Ao depararmos com estas afirmações, não podemos simplesmente sustentar a ideia que apenas por causa dos vínculos afetivos e relacionais é que a pessoa possa ver alguma localidade de uma forma determinada. Alguns eventos (SAHLINS, 1990) são importantes na constituição das redes de sociabilidade e de solidariedade, criando vínculos afetivos e identitários com o local de moradia. A percepção negativa de Suzete se dá também em alguns acontecimentos que fizeram rupturas definitivas com seus vizinhos. Sigamos com alguns casos.

3.3.1 Suzete e Zilá: análise de acontecimentos significativos dentro do Salgueiro

A trajetória destacada por Suzete começa quando ela conheceu Roberto, seu atual marido – e considerado pelos filhos dela como *pai* – em uma fábrica de sardinhas localizada em Niterói. Ela, separada e com três filhos, tinha retornado à casa da mãe, em Itaúna. Após o breve namoro e o noivado – em um intervalo de aproximadamente oito meses –, eles se casaram e foram morar na casa de Suzete. Desta forma, toda a formação familiar e, conseqüentemente, a formação moral da família se deu em Itaúna. Entretanto, a casa, como era usufruto de sua mãe, foi dividida entre os seus irmãos. Na mesma casa e quintal, morava Suzete com sua família e sua irmã com seus quatro filhos. Neste ambiente, portanto, eles dividiam todos os equipamentos e todos os problemas de espaço que daí decorria:

“Suzete: Começou a virar, desculpe-me a expressão, uma cabeça de porco, entendeu? E a gente foi se sentindo sufocado. Aí nós chegamos a pensar em fazer a nossa casa, a Patricia dormia no corredor, porque não tinha espaço. Por eles serem dois, era assim: um quarto, de dia era sala, de noite era o nosso. O outro, ficava as caixas, pedaços de guarda roupa ficava e onde guardava a roupa de todo mundo; e o espaço que ficava era esse unzinho aqui [Suzete demonstra com a mão o tamanho do espaço]. Por eles serem dois rapazes, era mais fácil dormir junto. E ela dormia no corredor de 80cm. Então não tinha espaço.”

O lado positivo desta história, que é traçada a partir da superação dos problemas internos e externos – todos trabalhavam para o sustento da casa, devido à situação

instável no trabalho em que o pai, Roberto, teve neste período – é que, pela casa ser própria, a instabilidade financeira podia ser minimizada a partir da cooperação e ajuda mútua para manterem os provimentos básicos:

Suzete: Mas eu tinha muito medo, até porque eles eram pequenos ainda, eles eram dependentes da gente. Hoje, não. Hoje, graças a Deus, então sempre tem aquela coisa, paga o aluguel e às vezes você não come!

Você três filhos para sustentar, apesar de serem grandes e ‘ajudadores’, como eles sempre foram, mas o peso da responsabilidade era nosso. Principalmente na questão que, se alguma coisa viesse a acontecer, para nós, tinha uma cobrança maior. Eu te falei que, com o pai deles eu vivi seis anos, a gente se separou, eu casei de novo; então a cobrança é maior! Tem outras pessoas que vão querer te cobrar, mesmo não tendo direito.”

Roberto era *mata-mosquitos* na época de 1998, contratado pela prefeitura. Como o contrato era de prestação de serviços a uma autarquia federal – a Funasa –, o governo não queria reconhecer o concurso feito por ele e demitiu todos os funcionários, sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas. Tal época, conforme relatado na entrevista, é considerada a *fase negra* da família. A coesão familiar, no entanto, era inversamente proporcional aos problemas e conflitos que ocorriam neste momento.

Após a eleição do presidente Lula (2003-2010), Roberto se tornou servidor municipal efetivo, conseguindo, assim, reaver o trabalho e garantir parte de sua indenização. Foi precisamente nesta mesma época, após um período de chuvas que fez transbordar o esgoto da casa, que eles decidiram comprar uma nova casa. Para tal compra, eles acionaram a rede social da Primeira Igreja Batista de Itaúna, da qual eles já eram frequentadores desde 1995, mesmo com seus filhos permanecendo na Igreja Católica.

A viabilidade financeira na época permitiu que eles comprassem uma *boa casa*, mas que, segundo eles mesmos, se localizavam em um *mau lugar*. Porém, somente descobriram isto no decorrer dos eventos que ocorreram na rua e na vizinhança. Fernando, o ex-proprietário desta casa, localizada no início do Salgueiro, era também *irmão de igreja*²⁸ e aceitou a proposta de pagamento que o casal fez.

O segundo evento foi quando Roberto reouve seu concurso, restabelecendo a estabilidade de seu trabalho. Com a estabilidade decorrente de diversas lutas, conflitos e rearranjos das redes sociais do trabalho com o poder público – estreitada principalmente

²⁸ O primeiro acontecimento significativo foi a conversão ao batismo do casal Suzete-Roberto para serem batistas. Mesmo que seus filhos continuassem frequentando a igreja católica em que ambos foram socializados desde então, a partir da visita de algumas pessoas ligadas à Igreja Batista, ambos foram convidados a um culto nesta.

com a eleição de Lula para a Presidência da República, intermediando diretamente com os sindicalistas a questão do concurso e das indenizações –, sua ocupação tinha sido legitimada e, a partir de 2003, ele se tornou servidor público municipal. Com as indenizações, teriam um capital econômico acumulado para realizar a compra de uma casa, sem dividir com nenhum integrante da família extensa. Portanto, eles adquiriram maior autonomia para realizar melhorias e mudanças na própria residência, assim como não ter que dividir o mesmo espaço com seus parentes, evitando conflitos que existiam na primeira casa. A família, mesmo preservando as individualidades de seus componentes, sempre agiu de forma coesa nos aspectos de solidariedade e de manutenção do circuito da dádiva familiar (GODBOUT, 1992).

Por conseguinte, o próximo acontecimento significativo para a história de vida de Suzete, e, por extensão, de sua família, foi a mudança para a segunda casa, dentro do Salgueiro, casa esta maior, com um quarto para cada filho e com quintal disponível para fazer cultivo de pequenas hortaliças e de plantas domésticas. Roberto, por ser *criado na roça*, tem um apego muito grande à terra e, para ele, ter um espaço para o plantio resgatava esses hábitos de sua infância:

“Roberto: O meu pai, a minha mãe, dentro da minha casa se respirava café, meu pai mesmo ia no lixo, catava terra, peneirava, fazia horta, trabalhava. Simples. Era uma aventura.”

A ideia do bairro ser considerado negativo, inicialmente, trouxe benefícios para a aquisição da casa. Segundo eles, uma casa fora do bairro, com três quartos, piscina e tudo o mais, *uma casa de magnata*, pode custar em torno de R\$300 mil (preço estimado de 2011) e a mesma, dentro do Salgueiro, não sairá por mais de R\$50 mil. Desta forma, a casa que eles compraram, com um bom terreno, três quartos, cozinha, uma varanda extensa, entre outros aditivos, saiu por R\$18 mil. É inimaginável encontrarmos uma casa com os padrões da que eles compraram por um preço tão baixo. No entanto, no decorrer do discurso de Suzete e família, este pareceu o único benefício de morar ali.

Mantendo a linha proposta por Sahlins (1990), diversos acontecimentos iam mudando a percepção sobre o seu local de moradia e, principalmente, sobre a composição da vizinhança do entorno. A representação que eles tinham antes sobre Itaúna e proximidades, sobre a vizinhança e o bairro, hospitaleira, bem intencionada, e que integrava um circuito de reciprocidades, ali, dentro do Salgueiro, tinha certos contornos diferentes de quem e com quem eram estabelecidas as trocas e ajudas mútuas:

“Roberto: Esperei mais de 50 anos de vida para ouvir barulho de tiro de arma pesada.

Suzete: Às vezes estavam os dois [filhos] na rua e em casa começa a rajada de tiros e aí a gente ligava para eles não virem para casa, (...) a gente tava com medo da chegada deles e acontecer alguma coisa, aí ficamos desgostando das coisas, isso era todo dia, estava ficando cada vez mais próximo da nossa casa. (...)

Roberto: É da cultura dos nossos vizinhos aí, se tem algum problema...

Suzete: Quem resolve?

Roberto: Quem resolve não é a policia, nem a justiça. Mas ele [o vizinho] vai na boca de fumo, porque o cara da boca de fumo...

Entrevistador: Isso os seus vizinhos de portão?

Suzete: De portão (...) Porque lá quem resolve os problemas não é a polícia, porque eu digo que Deus não permitiu que ele não visse? Porque a nossa obrigação é que nós íamos chamar a polícia e eles não gostam. Some uma bomba do quintal ou alguma coisa..."

Gilberto, filho de Suzete, trouxe uma reflexão perspicaz sobre como se articula o movimento, ou seja, como se mobiliza a rede do tráfico local, necessitando do estabelecimento de vínculos relacionais com determinada rua, vizinhança ou localidade, para poder estabelecer, como ele chama, seus braços no bairro e ampliar a sua área de atuação:

“Gilberto: Agora se você só tem referência o tráfico de drogas e o tráfico de drogas é solícito em tudo que você precisa, você vai recorrer a ele. Isso vai fazendo com que o tráfico saia de um ponto e se desloque. Por exemplo, isso aqui é um bairro. Estamos num bairro. O tráfico está localizado na periferia desse bairro, se um vizinho da segunda rua chamar o tráfico, o tráfico chega, ele não chega só com a ajuda, ele vai fazer uma ramificação, ele vai jogar um braço lá.

Quando a outra rua souber que tem apoio lá atrás, vai se abrir outro braço e aí quando você vai ver, essas ramificações é uma teia de aranha e essa teia de aranha circula tudo em volta. Ela protege a aranha das coisas ruins, protege do que está em volta, mas ela vai ao mesmo tempo impedindo que outras coisas melhores que estão em volta, passem. É assim que funciona.”(grifos meus)

O que Gilberto chama de teia de aranha, nós podemos concluir como sendo uma rede social de amizade e compadrio (LOMINTZ, 2001) num contexto de relações políticas horizontais, dentro de um bairro popular. Como na primeira casa não existia uma aproximação tão grande com a representação de um local articulado pelas redes de sociabilidade violenta, este tipo de relação assimétrica foi rejeitado pela família. Na sua casa, tudo e todos que estavam em relação ao movimento eram sumariamente evitados.

Enquanto Suzete se atomiza, criando um “cordão moral” de evitamento de tais teias e redes de relações dentro do bairro, Zilá, devido a composição familiar ser mais extensa, tanto espacial como temporalmente, possui vínculos intervicinais mais estreitos. Como boa parte de seus parentes moram na localidade, a perspectiva do bairro como um todo é de **união e cooperatividade**:

“Zilá: O Salgueiro é um povo muito unido e hospitaleiro, você pode vê, a gente tira pela minha rua, pela rua da minha mãe, a hora que a gente chegar lá, a hora que você chega lá, você vai ser bem recebido, por mais que esteja [violento], tenha essas coisas que a gente sabe que têm. Mas é um povo assim, não é um povo, os moradores não ficam com medo de receber as pessoas.

É muito receptivo mesmo, temos a nossa Igreja que ajuda muito também, é, as Igrejas todas ajudam a comunidade, e a comunidade também chega junto mesmo. Problema a gente sabe que tem, mas é um povo muito hospitaleiro e receptivo. Se você conhecer minha mãe, então, é um amor de pessoa. Aí, quer dizer, aí o povo é todo assim, a maioria das pessoas é da idade da minha mãe, setenta e poucos, também têm bastante idosos e a gente passa isso para os nossos filhos. Meu filho também muito. . . Pro que precisar, ele te ajuda, bem hospitaleiro mesmo. É bem diferente mesmo do que eles falam lá fora, o Robson [pesquisador] tá vindo aqui, você tá vindo, tem o tráfico e os problemas lá fora, também todos os lugares têm, mas eu amo a minha comunidade.”

Ou seja, Zilá estende sua rede de parentesco, vizinhança e consideração para todos os salgueirenses. O tráfico existe, mas ele é evitado pelos *moradores de bem*. Moradores, que, como ela, são nascidos e criados dentro do bairro, frequentadores da igreja, trabalhadores e hospitaleiros. Apresentam, um termo recorrente entre elas, uma *família estruturada*. Neste aspecto, as duas interlocutoras se aproximam na conjunção de suas ideias-valores, fazendo de uma sociabilidade e uma moralidade em comunhão, outro ponto norteador para que houvesse uma interdição/possibilidade de vínculos da *família com os vizinhos*:

*“Zilá: Agora o ruim, eu bato muito na tecla do tráfico, né? Cresceu muito, a droga mesmo, o tráfico entrou parece que querendo mandar mesmo. Porque antigamente eu lembro que eram poucas [bocas de fumo], rapazes que entravam e se entrava garotos novos, os traficantes iam lá dava uns tapas e levava na casa da mãe ou da pessoa que cuidava e entregava:- ‘Toma, teu filho tava lá embaixo’, e agora não, agora eles aliciam jovens mesmo, garotos novos, a gente vê criança carregando até armas grandes, né? Que eu tenho até pavor de segurar. Então, eu acho que o ruim é isso, o tráfico cresceu muito na comunidade. É filho de família, antigamente eram só aqueles **filhos que não tinham a família estruturada** assim que entravam e agora a gente vê que não, é filho de famílias que a gente vê que dá bons conselhos que a gente vê que é pai juntos, né? Pais presentes e que entram, tão entrando, né? Nesse lado aí.”* (grifos meus)

Percebe-se aqui que a moralidade passa por uma questão de evitação das drogas e principalmente de quem a fornece. A *mistura* com tal rede de sociabilidade e de uso dos bens que elas oferecem suscita uma dádiva negativa, proibitiva para quem tem uma moralidade religiosa, mesmo que ela não fosse tão evidente quanto hoje, após a conversão ao protestantismo e o reposicionamento de certos valores.

Na entrevista, questionei o porquê de não estabelecer relações com a rede social do tráfico local, trazendo outros valores conflitantes com a sociabilidade vicinal:

Suzete: Por que não o tráfico? Porque [ele é] pior do que a polícia, porque a polícia, eu posso cobrar deles, porque eu pago o salário deles, eu pago o imposto. Eu

posso chegar e dizer: 'É aquele ali que entrou em minha casa' e processar ele. Eu não posso processar um traficante porque eu já sei que fui eu que fui me misturar com ele."(grifos meus)

Tal posicionamento se confronta, de acordo com o discurso de Suzete e família, com os de seus vizinhos. Alguns aspectos de autonomização e mobilidade social devem ser considerados aqui. Seu Roberto teve uma educação letrada, mesmo em casa – sua mãe era professora – e repassou o cultivo da leitura à sua família. Tanto Gilberto – técnico em Edificações - quanto Carlos – que também fez curso técnico, e hoje está cursando História na UFF – apresentam grande acúmulo de capital cultural e também escolar, principalmente para o padrão local.

A trajetória familiar, em conjunção com as ideias-valores compartilhadas, mostra que, na ascensão social, se deve evitar os perigos de morar em um bairro considerado *de risco*, inclusive sendo necessária uma relativa atomização frente aos vizinhos que, em maior ou menor grau, representam esta moralidade negativa.

A inserção na rede de amizade e de compadrio com integrantes do tráfico de drogas aciona uma sociabilidade em que o favor não deixa de ser um condicionante de manutenção deste vínculo:

“Gilberto: *O tráfico de uma forma geral, ele é seletivo, ele vai aonde é de interesse dele, então, ou seja, o tráfico não tem 0800 (...) Porra, eu vou lá pedir ao traficante para ele vir aqui para resolver uma briga que eu tenho com o meu vizinho por causa do som alto e de noite. Ele vai chegar aqui cheio de "peça" [armas] e falar que acabou a festa, vai mandar todo mundo para o 'cacete' e acabou. Mas, se a festa for de alguém que ele goste mais do que de mim, entendeu, ele ainda vai me dar um esporro.*

Quando a gente busca o apoio legal, a lei diz que depois das 22h da noite acabou a bagunça. Aí é obrigado a se fazer e a cumprir a lei e, se não cumprir, você tem o respaldo legal para anotar o número da Patamo²⁹ e dizer que essa Patamo não cumpriu a lei.

Entrevistador: *Mas chamar a polícia lá era complicado?*

Roberto: *Complicado, complicadíssimo. Já chamamos umas dez vezes e nunca foi.*”

A presença da polícia é vista como iminente conflito direto com o tráfico local. Quando ela aparece, é para uma atuação direta, geralmente ocorrendo mortes de ambos os lados. Invasões e incursões dentro do Salgueiro são referências da sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2003), a qual a família, num “cinturão moral”, evita, negando os vínculos com a localidade. As pessoas com quem Suzete têm tido contato, em sua grande maioria, são seus *irmãos de igreja*. Com a antiga vizinhança, ela tem apenas encontros esporádicos na rua, no ônibus, entre outros lugares.

²⁹ Sigla para Patrulhamento Tático Móvel da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

A observação da conjunção de constituintes de uma certa visão da localidade – como as invasões policiais, a *mistura* dos vizinhos com a rede do tráfico local – e a forma de sociabilidade intervicinal feminina na segunda casa, fez com que tais fatores entrassem em conflito com a moralidade familiar, focalizada na figura da mãe-mulher como agente representante desta:

S: Eu ali não era bem quista pelo seguinte, é aquilo que eu te falei, eu fui criada dentro de casa. Portão de vizinho pra mim só em caso de emergência. Se precisou, chamou, socorre. Eu nunca gostei, eu não fui criada. Houve aquele tempo, é aquele período, eu não fui criada na rua, minha mãe não deixava. Houve aquele período de adolescência, de mocinha onde eu só queria portão dos outros e me ferrei, porque é aquela “colegagem” que só te leva para o buraco. Né, de colégio, de farra, de vai pra baile, aquela coisa toda e você acaba. Então, quando eu amadureci, eu vi que realmente não valia a pena.

Tô dentro da minha casa, então, ali em cima, eu vivia da seguinte forma, da Igreja pra casa, de casa pra Igreja, saia, vinha pra médico e voltava pra dentro de casa e os meus vizinhos e as minhas vizinhas gostavam daquela reuniõzinha de final de tarde no portão umas das outras, entendeu?

Conclui-se que, a partir dos usos dos espaços de vizinhança, os sujeitos envolvidos se apropriando destes locais, os vizinhos (re) configuram um sistema de valores comunitário a partir do uso das calçadas, ruas, quintais, portões etc. (MELLO & VOGEL, 1985, p. 68). Além dos usos sociais dos equipamentos urbanos e das redes relacionais, compartilha-se também um circuito de informações autorreferenciadas, criando vinculações relacionais nestes pontos espaciais em uso. Ao evitar certos usos e negar valores compartilhados (como certa “conveniência” com a rede de tráfico local), Suzete se afastava da configuração comunitária local, mantendo certa autonomia em relação à rede por ora organizada. Fechava certos circuitos simbólicos, mas também abria espaço para manutenção de seus valores adquiridos historicamente a mais ou menos quatro ou cinco ruas “para fora” do bairro.

Zilá, por ter boa parte de seus familiares e parentes morando na localidade, sua rede relacional por ora se confunde com a do próprio bairro. Por ter uma trajetória mais intensa dentro do Salgueiro – foi moradora desde as primeiras construções, teve indústria e até alguns pequenos comércios – ela observava as relações intervicinais de forma bastante positiva, bastante familiar. Mesmo compartilhando dos valores-ideias já vistos em Suzete, ela percebe que o salgueirense comum, *de bem*, é receptivo e hospitaleiro; trabalhando com representações positivas dos moradores e do bairro como um todo.

Estar mais vinculada às redes locais, portanto, faz com que ela resgate um determinado sistema de crenças (ELIAS, 2000) inverso ao de Suzete. Sua presença

nesta rede e sua trajetória pessoal (que em diversos pontos coincide com as demais interlocutoras, como veremos a seguir) possibilitaram que ela tornasse uma referência importante para o bairro. Desde apenas moradora, passando por comerciante e até agente comunitária, de acordo com as próprias agentes, Zilá é o “GPS” do grupo. Mais antiga moradora entre todas, ela também tem um diferencial: ela teve duas locadoras na região, tendo clientes de todas as localidades do Salgueiro e sendo conhecida por todo mundo, inclusive pelos integrantes do tráfico de drogas local.

3.4 Ênfase na mulher e nos papéis femininos na formação das *personae* pesquisadas

Analisando as entrevistas, vemos que os polos analíticos escolhidos fazem parte do imaginário comum de todas as nossas entrevistadas. A importância da mãe e da educação aparece com frequência em suas narrativas de vida, sendo consideradas como fatores condicionantes para a formação de suas pessoas. Todas as interlocutoras ainda dão ênfase positiva aos ensinamentos recebidos por mulheres, geralmente familiares e / ou vizinhas. A mãe, a sogra, a avó - a sociabilidade feminina em geral - transformou nossas interlocutoras, que hoje afirmam serem mulheres atuantes, no Salgueiro, expandindo suas ações em outras localidades³⁰.

Neste tópico, iremos observar que, os condicionantes modelados pela sociabilidade feminina intergeracional refletem-se em seus papéis sociais atuais. Os ensinamentos domésticos, a constituição de uma moralidade feminina e os valores herdados de seus ascendentes femininos (mãe, sogra, avó) são faces constituintes da pessoa-mulher das entrevistadas. Partindo da infância, as mudanças do bairro coincidem com as mudanças e transformações delas. No entanto, ao rememorar suas lembranças, uma gama de representações sobre as suas relações de parentesco, de vizinhança e de solidariedade refletem as representações atuais sobre a situação do bairro.

Para entendermos a origem deste referencial, indagamos nossas entrevistadas

³⁰ Refleti sobre a importância da mãe / mulher e seus efeitos nas relações estabelecidas. Até suscitei que essas relações eram enfatizam bastante o papel que a mãe exerce na formação familiar, tendo, inclusive que afirmar que em minha pesquisa havia uma uxirofocalidade. No entanto, ao analisar com mais afinco que a mãe do marido (sogra) tinha grande peso no estabelecimento inicial (uma espécie de lateralidade feminina em um grau de virilocalidade) dos casais pesquisados, decidi que a ênfase na mulher e em sua sociabilidade seria a forma mais eficaz de identificar quais são as agentes que são maior referência numa composição relacional.

sobre suas infâncias e suas vivências, desde os vizinhos até espaços mais amplos do bairro. Sobre a infância de Suzete, ela retratou muito pouco, mas sua narrativa foi bastante significativa. Ela foi criada pela mãe, criação esta bastante restritiva, e isso refletiu na educação de seus filhos.

Suzete como mãe e representante de sua família, norteou, a partir de sua experiência de vida no bairro e de educação maternal, a formação da moralidade familiar:

Suzete: Eu aprendi desde criança que minha mãe: ‘Diga-me com quem tu andas que eu te direi quem és’; que ‘quem se mistura com porcos, farelo come’ e aprendi uma palavra chamada qüiproquó. Uma mão lava a outra. É o caso do toma lá, da cá: se você se misturar com meus filhos que se misturam com você [pesquisador] e, hoje, você tá dentro de nossa casa, digo nossa casa porque tô morando aqui. Agora, se tivessem se misturado com bandidos, talvez estivessem mortos ou na cadeia.

Então, independente da questão religiosa, você tem que buscar o melhor para a sua vida e o melhor, hoje, para você viver. Porque você vê que traficante morre cedo, vive fugindo, quando a polícia pega, mete a porrada. Se você tem condições de viver longe disso, você vai se misturar com isso para quê? Então, antes da questão religiosa, eu já tinha aprendido. Tanto eu sempre digo que fui uma pessoa muito levada, mas eu nunca conheci droga, eu só convivia com [pessoas] drogadas.

A partir deste ponto, percebe-se que a criação maternal e a forma de socialização escolhida por sua mãe engendram também nos graus de inserção em redes de trocas sociais. O entrelaçamento de redes sociais já foi observado anteriormente, pois as redes do tráfico e a rede aqui mapeada podem se confundir. O processo de evitação ou de não-aproximação é que desenvolvem os laços de distinção.

Classificar as pessoas de *drogadas*, *do movimento* ou *pessoas de bem* é um exercício classificatório dual. Tanto a pessoa quanto sua rede são hierarquizadas de acordo com o tipo de trocas – simbólicas e materiais – que é feito. Parafraseando Suzete, o processo de classificação de “com quem anda” também infere na sua autotransclassificação. Portanto, conviver com pessoas drogadas pode, de certa forma, inferir um sistema de crenças e valores que podem ser contraditórios àquelas que a pessoa acredita.

Conviver até é aceitável e normal, pois em qualquer bairro pode existir a tipificação social a partir dos usos e dos laços que se criam; mas sempre se estabelece um limite de sociabilidade, inserido dentro da sua própria configuração de ideias-valores. O quiproquó que Suzete relata é esse: ao adentrar as redes do *movimento*, a representação de quem está inserido nela se confunde com aquela pessoa que está ali. Estar com as pessoas erradas pode fazer o indivíduo ser julgado como tal. O

estabelecimento de uma relação social, desta forma, passa pelo processo de escolha e de recusa. Escolher as pessoas com quem mais se identifica, no sentido moral ora aqui relatado, faz com que você se identifique também com aquele grupo.

Evitar seus vizinhos, portanto, fez com que Suzete evitasse ser identificada como uma salgueirense, no sentido em que a representação do bairro, generalizado aqui, fosse afetar de forma negativa a formação da moralidade familiar, sua e de seus filhos.

Pela perspectiva feminina, as trocas que fundamentam as relações sociais mais amplas se baseiam no referencial familiar. A analogia de papéis sociais domésticos é realizada em qualquer tipo de relação posteriormente estabelecida.

Zilá, por exemplo, sempre se refere a sua sogra como sendo uma **segunda mãe**. Mesmo sua mãe ainda estando viva, ela me disse que, por ter ido muito nova para a casa de seu marido, aprendeu a **ser mulher e a ser mãe** com os ensinamentos cotidianos de sua sogra. As mulheres que iam morar na sogra atribuem grande importância a esta, por ser a mãe de seu marido e, com ela, estabelecer trocas simbólicas importantes. Por ter casado grávida e muito cedo, com 14 anos, Zilá foi morar na casa da sogra, na rua Estevo Rodrigues. No terreno desta sua primeira casa, seus familiares construíram uma *meia-água*, termo dito por ela para representar uma pequena moradia dentro do quintal de sua sogra, onde morou inicialmente. Posteriormente, essa parte foi cedida a um cunhado dela, irmão de seu marido.

Além disso, a mãe de seu marido, ao lado de sua própria mãe, é uma matriarca, compondo uma família “endógena”. Desta forma, Zilá apresenta a mãe de seu marido como sua **mãe social**³¹.

Portanto, as trocas entre pessoas da família de Zilá e de seu marido se iniciaram desde cedo. As filhas-mulheres eram os indivíduos que saíam da casa de sua família original e partiam para a casa da família de seu marido, ficando na companhia da sogra, tornando-se esta uma referência importante tanto para seus filhos como para os respectivos cônjuges.

Após angariar certos recursos, ela e seu marido compraram uma fabriqueta de sandálias e foram morar lá. Reformaram e mantiveram a fábrica junto com seu novo local de moradia, construído após a aquisição deste imóvel. Faz sete anos que eles moram lá, e já construíram um segundo andar, no qual mora um de seus dois filhos,

³¹ O trabalho de Cristina Lobo (2009:45-46) sobre a parentalidade social do padrasto me fez utilizar este conceito. Segue trecho retirado de seu artigo: “À parentalidade biológica vem somar-se a parentalidade social (SEGALLEN, 1999:209) (...) A mulher sempre desempenhou um papel maternal em seu nome e em nome do casal”.

José Carlos, junto com sua mulher, Carina e a filha dela, Stephany, enteada, portanto, de seu filho. A sua *neta de sangue*, Samara, mora no térreo, com Zilá e seu marido José. Esta casa se encontra do outro lado da rua, bem em frente à casa de sua sogra, falecida, e que hoje foi cedida a outro irmão de seu marido, seu Alcides e seu filho Valter.

No quintal de sua atual residência, há apenas uma estrutura de um alicerce, não foi continuada a obra. Antigamente, Zilá me dizia que atravessava os quintais e lotes vazios direto para chegar à rua de sua mãe, travessia hoje impossibilitada pela construção dos muros.

Em relação a alguns de seus parentes, Zilá tem primos que moram na esquina de sua rua. Esses parentes são da segunda geração dos primeiros moradores da localidade. Alice, irmã de d. Zilda, que a convenceu a se mudar para o Salgueiro, teve uma filha, Nilza, que se separou de Erci. Este último ainda mora na esquina com seus filhos, enquanto que sua ex-mulher e parenta direta de Zilá, se mudou com um filho para Itaúna, alegando que lá é *“melhor de se viver que aqui dentro do Salgueiro”*. Portanto, os filhos de sua prima são seus vizinhos, mantendo uma relação muito próxima com d. Zilda e Zilá. Nas festas de aniversário, Zilá me conta que não aparece ninguém de fora do circuito familiar, pois somente a parte de suas relações de parentesco e de consideração já *enche a casa toda*. Sua rede de sociabilidade, neste sentido, é configurada diretamente pelas relações de parentesco, consideração e vizinhança. A proximidade de sua família, tendo como “centros” da rede sua mãe, na Rua Leopoldo Roberto, (uma rua acima da sua) e sua sogra, faz com que o circuito familiar seja intenso e ao mesmo tempo bem localizado, temporal e espacialmente. Quase toda a sua família, desta forma, constituiu-se no Salgueiro desde o início. O Salgueiro, portanto, é familiar no sentido mais estreito e literal da palavra.

Como sua mãe biológica e sua sogra, sua mãe social – que de certa forma, pode ser responsável por uma boa parte de sua formação, conforme suas próprias palavras - criaram uma conexão de casamentos endógenos, tais mulheres e suas casas se tornaram pontos nodais de organização familiar. Zilá mantém essa estrutura de agregar seus filhos e respectivas mulheres da mesma forma que foi organizado com ela e suas famílias.

Em relação ao reforço desta centralidade feminina, a *bebida* tem relativo fator de importância no referenciamento moral de algumas entrevistadas. Para Zilá, o fato de seu pai beber trouxe problemas para sua família. *“Então quer dizer, aí foi aquela firmeza mesmo, mamãe foi a estrutura mesmo, o pilar da casa mesmo”*, e após um episódio pitoresco (seu pai, já fora de casa e dono de um bar, falou para Zilá que era para sua

mãe cozinhar capim e não pedir as coisas para ele), “Desde esse dia, mamãe não quis mais saber de papai. Aí mamãe começou a trabalhar, lavava roupa pra fora e cuidava da gente”. Desta forma, o duplo referente de Zilá e toda sua família (irmãos e cunhados) eram as respectivas mães e sogras.

Janete me disse, de forma bastante elucidativa, a importância de sua mãe para sua formação pessoal:

“Janete: Eu acho que família na verdade, independente de quantidade de pessoas são os valores que você consegue transferir, né, muita coisa disso que eu vivo hoje foi essa relação que eu tive com a minha mãe, de ver e ela me falava uma coisa que eu gravei isso, na ignorância dela de semi-analfabeta, de mal conseguir assinar o nome e ler alguma coisa, ela falava assim: ‘eu não vou te deixar herança nenhuma, mas eu vou te deixar educação’”.

Janete me relatou que sua mãe trabalhava muito para sustentá-la e a sua irmã. Além disso, achava um fator primordial ter que dar educação formal e de qualidade para elas, coisa que, conforme o relato acima, ela não pode desfrutar. No entanto, o **duplo papel-referência de mãe e de trabalhadora** perpassa pelas narrativas de quase todas as interlocutoras, conforme os casos supracitados. Esta configuração se enquadra concomitantemente com boa parte de suas trajetórias pessoais.

Exceto Érika, as demais interlocutoras são também mães. Ao contrário da primazia que Simoni Guedes (1997) deu ao trabalho da construção da identidade masculina em trabalhadores urbanos de São Gonçalo, a mulher, além de ter que trabalhar para o sustento material, dá ênfase ao papel de ser mãe como formação valorativa de si. Ter um filho, conforme tal configuração, não traz apenas a responsabilidade dos cuidados maternos. Significa, por serem mulheres *pobres e trabalhadoras*, que necessitam de autonomia financeira para além da situação de serem esposas. O reforço econômico geralmente visa a formação e o sustento de seus filhos, conforme os valores transmitidos intergeracionalmente. Se suas mães as criaram desta forma, as interlocutoras reproduzem tais trajetórias de forma valorativa. Ser mãe e trabalhadora reforça o ideário positivo de não estarem dependendo de alguém, seja o Estado ou o marido, situação que muitas vezes trazem a indesejada *vulnerabilidade* encontrada em seus vizinhos.

3.4.1 A importância do trabalho na formação pessoal e o duplo papel de ser mãe-trabalhadora

A valoração do trabalho é um ingrediente importante. Além dos cuidados morais, o trabalho e as estratégias de suporte material são delegações femininas. Observando o discurso de Janete, as escolhas de sua mãe, seus trabalhos domésticos como um complemento de renda e a formação de novas necessidades fizeram do valor-trabalho um fator importante para o desenvolvimento de sua pessoa e de sua autonomia individual:

Janete: Como a minha mãe passava e essa questão financeira era complicada e aí assim ela preferia pagar uma escola particular do que comprar, assim, alguma coisa pra dentro de casa, de ter uma casa bonita e essas coisas assim, eu me sentia na verdade muito carente de outro lado, né? Então, com 12 anos, eu já ‘inventava’ coisas pra vender, era Avon naquela época, aí ficava tudo no nome dela porque eu não podia, né? Naquela época também tinha umas reuniões de louça que tava muito na moda, uns cavalos, assim, umas coisas, sabe (risos), tudo isso eu vendia, mas tudo no nome dela, então, assim, com 12 anos, eu já fazia essas coisas.”

Ana Paula, outra importante interlocutora, disse-me que, em substituição de sua mãe, alcoólatra, sua avó materna tornou-se seu referente moral. Ela lembrou com certa emoção da primeira casa em que morou, visitada por nós. Atualmente ali mora sua tia-avó Giselda, com marido e alguns parentes. Após seu nascimento, sua mãe foi expulsa da casa por ter tido filho fora do casamento e, com isso, foi sua avó juntamente com sua tia quem a criou. Ela disse que felizmente saiu deste “ciclo destrutivo” de pobreza – material e espiritual - que se perpetua na família, e que, graças ao seu esforço, ao trabalho e, após casar e se mudar dali, pode dar continuidade aos estudos, sendo hoje formada em Serviço Social.

Ana me disse que, em sua adolescência, os vizinhos cuidavam dela enquanto sua avó trabalhava na fábrica de sardinhas Metal Fortier. Ana lembrou de quando era mais nova, e sua mãe, alcoólatra, chamava-a para saquear o mercadinho da região. Ela ia e pegava bebidas para sua mãe. Com isso, ela rememorou eventos marcantes em sua vida. A luta para a mudança de sua condição social, segundo ela, vinha da consideração de que o trabalho era importante para dar responsabilidade e condições para continuar seus estudos. Outrora, ela se via como uma típica *favelada*: mal-educada, debochada e muito individualista.

Ou seja, dentro da própria matriz classificatória, Ana sabe que passou, em sua trajetória de vida, por todos os estágios classificatórios existentes em sua tipificação sobre os moradores do Salgueiro. De favelada, Ana, como ela mesma disse, “levantou-se da calçada”, e agora tem uma imagem de si bastante positiva. Ela sugere que o trabalho, o esforço individual de dar continuidade aos estudos após o seu casamento, a conversão ao protestantismo e ter se tornado mãe fez com que ela estranhasse a sua própria história de vida e “transcendesse” as condições de possibilidades existentes dentro de sua trajetória social. Isto é muito importante para a formação das *personae* locais: ao “sair da calçada”, a partir da mobilidade ascendente e da prosperidade advinda do trabalho e a aceitação de uma valorização de si e de seus valores como mulher, trabalhadora e mãe, elas puderam desenvolver a configuração de ideias-valores aqui exposta.

Sua mãe, de certa forma, tornou-se, no decorrer do tempo, um antimodelo de educação e cuidados. No entanto, a importância desta figura/*persona* como referência – ainda que negativa – à vida de Ana Paula, e indiretamente, dos demais interlocutores, deve ser observada. Sua mãe é o que Freire (op.cit) e eu vimos trabalhando a respeito da conotação negativa do termo *favelado*. O indivíduo taxado por este termo é o mesmo que se encontra no *círculo vicioso da vulnerabilidade*, desenvolvido anteriormente. Ana lembrou de uma história, bastante peculiar, mas significativa para sua perspectiva moral:

“Quando começou a trabalhar na adolescência, Ana era ajudante de buffet. Em um dia, ela bebeu com seus colegas após o serviço; ao ir para casa, parou a Kombi em que eles estavam para ir urinar atrás do carro. Neste momento, passou um pastor com sua esposa e, num reflexo brusco, mostrou sua ‘bunda’ para o casal. Rimos muito.(...) Mesmo sendo, como me disse, muito levada, favelada, falando muitas gírias, tal qual sua mãe, o trabalho a transformou.” Diário de Campo, 09/08/2012

Interessante que, ao me contar essa história, ela “incorporou” o antigo “espírito” favelado, e até disse a palavra *bunda*, já que, como evangélica e assistente social do PAC, tinha muito trato com as palavras, pensando muito no termo e geralmente trocando um termo chulo por outro menos “imoral”. Após o conto de seu “causo”, ela observou que hoje, após sua ascensão social e, conseqüentemente, sua conversão à Igreja Batista, ela não consegue se imaginar fazendo isto. A educação de sua filha se baseia na reflexão de casos de sua vida pregressa para servirem de parâmetros morais. **Yves é educada com base na negação deste *ethos* favelado**, estimulada por Ana à

reflexão crítica, segundo ela própria e bem observado por Érika, sobre a realidade do bairro como um todo, principalmente sobre as (más) condições morais e materiais das famílias. Este tema norteou nossa conversa.

Simoni Guedes (1997:30-31) aborda que a estruturação de uma sociedade de classes é relacional, tendo em vista que as práticas cotidianas (LOPES, 1987 *apud* op.cit.) é que configuram as diferenciações internas dentro de uma categoria que, à primeira vista, parece homogênea. A configuração de significados de autoidentificação como *trabalhador* pressupõe, como a autora mesmo afirma, “diferentes aspectos da construção de uma ‘ética de trabalho’ que pode ser tomada como ponto de partida para a construção da identidade de trabalhador” (op.cit, p. 33), tendo a categoria **trabalho** “como um valor organizador que (...) [assume] significados específicos, numa relação intrínseca com outros significados que se definem, afinal, pela posição de uns em relação a outros” (idem).

Como Ana e Érika (esta última inclusive formada pela UFF) detêm capital escolar consideravelmente alto, devido aos estudos em Universidade, tal rememoração dos problemas que elas já enfrentaram e das situações por que passaram em suas infâncias e adolescências fazem do **trabalho** e das respectivas formações profissionais, juntamente com os valores familiares, padrões valorativos de destacamento e distinção do que elas mesmas afirmaram ser o *ethos de favelado*. Tal abordagem reflete a perspectiva de Letícia Freire (2008: 99): “Buscando um reconhecimento enquanto uma certa elite de Acari, esses moradores acabam assim criando formas de se diferenciar daqueles que consideram ser verdadeiramente ‘os favelados’”. E mais:

“Entre os moradores, a categoria “favelado” possui diferentes significados, mas sua enunciação evoca sempre comportamentos percebidos como moralmente inferiores, associados ou não, como ser mal-educado, falar palavrões, andar malvestido ou sujo, consumir drogas, prostituir-se, mendigar, ser desonesto, brigar na rua, roubar, enfim, “praticar tudo de errado”. Nessas diferentes definições, fica claro que a qualidade de ser pobre não se equipara à qualidade de ser favelado, visto que a segunda forma de classificação não está ligada à sua condição social, mas a certos valores morais.” (FREIRE, op.cit., p. 107)

A formação valorativa provém da observação de que a responsabilidade materna também perpassa a importância do trabalho. Ao dizer suas referências retiradas da educação de suas mães sociais, uma das mais importantes é o fato de elas também, necessariamente, terem que trabalhar para sustentar a casa. A mãe de Zilá, por exemplo, após a saída de seu pai, tornou-se lavadeira; a avó de Ana Paula trabalhava em fábrica; Suzete e sua mãe trabalhavam em fábricas na cidade, entre outros casos.

Um ponto nodal da rede pesquisada se constituiu a partir da creche comunitária de Sônia da Luz e de dona Baixinha, que tinha, no seu início, seu público-alvo consistido de filhos pequenos de mães trabalhadoras da região. Como não tinham condições de mantê-los em um espaço educativo de período integral, Baixinha desenvolveu sua creche a partir desta demanda local. Segue trecho do diário:

“Janete me disse que o engajamento inicial de todos, firmando lideranças dentro do bairro a partir do primeiro projeto social, foi a Creche comunitária que atendia às mães que trabalhavam no lixão de Itaoca, próximo dali. Ambos, Jean e Janete, prestam muito respeito à figura de Jorge Canela e de Baixinha, e que posteriormente todos se “autonomizaram”, criando, cada um, seus respectivos projetos sociais. A sede, a ONG Comunidades em Ação, e o PAS são produtos deste esforço inicial de todos estes sujeitos envolvidos.” Diário de campo, 02/08/2012.

Em sua entrevista, Janete disse que, se não fosse as necessidades crescentes ao ser mãe e trabalhadora, não teria se engajado na creche e nos desdobramentos que isso acarretou:

“Janete: Na verdade, era uma creche comunitária e ela [Baixinha] era a coordenadora, e aí esse projeto nosso aqui começou lá na creche. (...) eu comecei nesse movimento [engajado, de participação comunitária] e por conta de ser mãe da creche e de estar sempre muito participativa, né, com elas, eu acabei me envolvendo desde o comecinho da história, entendeu?”

Jean, atual pastor da PIB do Salgueiro e o único homem entrevistado por ser uma parte importante na composição das lideranças salgueirenses, cita a importância da creche para consolidar um determinado movimento de institucionalização dos projetos sociais locais:

“Jean: A Sonia também é envolvida com essa área, tanto é que a maioria das coisas aconteceram justamente por causa das creches, a visibilidade do bairro sempre foi por causa das creches, justamente por aquilo que eu falei lá no início, o bairro é um bairro-dormitório, é um bairro com poucos recursos, então as pessoas dormem aqui e vão captar recursos fora, então o bairro tem essa característica.”

Até Jean se insere na importância da sociabilidade feminina. Sua mãe, segundo ele cita em entrevista, veio para o Salgueiro³². Ou seja, ser mãe e trabalhadora é uma

³² Jean: “Minha mãe entendeu que já não dava mais pra acompanhar porque o meu pai era alguém difícil de convivência pela questão de não querer trabalhar, não querer caminhar e a minha mãe fazia a **função**

constituente de quase todo o bairro. A importância da mulher e de seus múltiplos papéis é um ponto em comum entre meus interlocutores, como também no desenvolvimento de uma autonomia feminina atual. Mesmo casadas, Suzete, Zilá, Janete, Erika e tantas outras não são apenas “a mulher de alguém”. São, antes de mais nada, mulheres, mães, trabalhadoras que mantêm esses centros de influência nos papéis que elas representam dentro e fora de suas casas.

Como as mulheres que relataram as histórias de vida até então descritas e analisadas, vimos que outro aspecto significativo para diferenciação de minhas interlocutoras se dá pelo reforço e/ou retificação de alguns valores morais. Pela centralidade das respectivas mães, algumas mulheres mantiveram alguns elementos transmitidos, inclusive a religião. Outras, no entanto, se utilizaram da conversão religiosa para consolidar sua ascensão social, pois os valores transmitidos pela fé se coadunavam com alguns novos desafios encontrados por elas.

3.4.2 A ascensão e o engajamento a partir da crença e atuação religiosa: “subir na vida” e o reforço dos valores adquiridos

A afirmação religiosa de minhas interlocutoras pode ter duas justificativas, ligadas à trajetória pessoal e ao trabalho de engajamento que elas têm. Até o presente momento, a autoafirmação positiva e valorativa de si se deve pela educação e formação adquirida pela influência feminina e a importância do trabalho como desenvolvimento material e moral delas. Todos os envolvidos em minha pesquisa, sem exceção, têm alguma doutrina religiosa ativa. A maioria é de vertente batista, mas temos Alex, que é católico praticante (e engajado em ações sociais na paróquia de Santana, em Itaúna), Lucia e Janete, que também participaram ativamente da Igreja Batista.

A importância da religião seria na crença, pela fé e principalmente pelos papéis de engajamento que a prática denota, de que a ascensão social foi resultado do esforço pessoal em conjunção com as dádivas divinas. Por causa disso, a contrapartida de prosperar em um local visto como inapropriado para o desenvolvimento material e espiritual de qualquer indivíduo é crer na prosperidade por intercessão divina e agir localmente conforme a crença adquirida. Esta visão hierárquica da localidade faz com que, a partir dos valores adquiridos na educação familiar, sendo ora filha ora mãe, sejam mutuamente entremeadas pelas práticas e valores religiosos. Mesmo que historicamente

total [todos os papéis sociais: mãe, provedora, educadora dos filhos] da casa e aí ela entendeu e falou: ‘nesse time eu tô jogando sozinha, e pra jogar sozinha eu vou jogar só mesmo’”

não haja nenhuma referência explícita, a conversão ou a reafirmação de uma convicção religiosa consolida tal configuração de ideias-valores diacronicamente organizadas.

Além disso, cria uma motivação de ação engajada na localidade. A ascensão social adquirida não é resultante apenas do esforço pessoal. A prosperidade também advém desta identificação com a religiosidade e do papel ativo que se deve ter *na comunidade*. Ao se situarem como “abençoadas”, elas não deixam de levar em conta que todo o aprendizado é resultante também da interação com sua família e vizinhança; e mais, a vivência com os que não ascenderam, mantendo-se ainda no *círculo local, sentados na calçada*, demonstra a pretensão de que sua atuação pública possa vir a ser um modelo almejado pelos demais.

É importante salientar uma dupla identificação nesse ponto. Com seus “iguais”, elas identificam os valores religiosos compartilhados nos cultos, nas pregações e nas ações de liderança local. Zilá e Ana Paula, além de atuarem no PAC Social, são militantes do Desperta Débora³³. O núcleo interno da PIB enfatiza o **papel de mãe** como engajamento religioso e social entre os membros que congregam nas igrejas batistas e outras agremiações evangélicas da região. Elas, além da oração, realizam eventos e seminários que articulam este duplo papel: o de ser-mãe e o de ser-religiosa.

Eu fui a um evento e percebi que, mesmo fazendo uma análise bem superficial, desde a preparação do almoço – era dobradinha, prato tipicamente popular – à organização das arrecadações com o evento, a limpeza do quintal da igreja e as orações, tudo foi realizado por elas. O engajamento religioso em ações sociais dentro do Salgueiro é muito forte.

Miguel Braga (2009)³⁴, em uma historiografia bem sucinta do desenvolvimento de lideranças religiosas de gênero, explicita a importância do desenvolvimento do papel político das mulheres dentro das congregações após a Reforma Protestante. As mulheres mais pobres e trabalhadoras, a partir dos vínculos domésticos e locais, exerciam sua

³³ O movimento Desperta Débora é uma congregação religiosa estritamente feminina, que conforme o próprio *site* relata: “São mães intercessoras, biológicas, adotivas ou espirituais, de qualquer denominação, comprometidas a orar diariamente por seus filhos e pela juventude, por no mínimo 15 minutos diários. Hoje já são mais de 100.000 mães cadastradas em todo o território brasileiro e até no exterior. A Liderança do Desperta Débora é composta por mais de 1.500 coordenadoras locais de Cidades, de Estados, Regionais e Nacional.” (retirado do site institucional <http://despertadebora.com.br>) São mais de 50 Alvos de Orações (público ou temas para oração). No PIB Salgueiro, Ana Paula é a coordenadora e realiza eventos para arrecadação de bens e materiais para algumas famílias *mais necessitadas* do bairro.

³⁴ Mesmo não sendo um artigo acadêmico em seu sentido estrito, sem passar pelos rituais de editoração e publicação, este trabalho me esclareceu alguns pontos do protestantismo e a ascensão de gênero existente dentro dele.

influência nas cooperativas e sindicatos, geralmente ligados à defesa dos direitos e da vida, por isso a liderança sempre existiu na vida das mulheres.

Este papel ativo dentro das localidades foi importante para selecionar minhas interlocutoras dentro do PAC Social. Dentro da seleção das agentes, Ana Paula, tendo requisitos técnicos por ser formada em Serviço Social, também atendia perfeitamente a requisitos morais e espirituais para agir como mediadora dentro do Salgueiro. Ir a campo, dentro do bairro e principalmente, nas microáreas de maior *vulnerabilidade*, necessitava deste aparato técnico e moral.

Podemos afirmar que, como Birman (2012) relata, a temática da violência como *questão social* fez com que os atores sociais classificassem a justificativa de engajamento e envolvimento dos religiosos no “problema da violência”. Como mediadores, atuam na linha de frente dentro desta temática.

Os religiosos seriam, desta forma, os personagens que trariam a oposição à violência, cimentando os laços sociais esgarçados por ela, congregando a população “refém” da pobreza, da vulnerabilidade e, conseqüentemente, da criminalidade. O papel de mediação, portanto, virou função da religiosidade.

A orientação política favorável a políticas de confronto armado teve como principais opositores os que consideravam, apesar de tudo, os supostos responsáveis pela violência menos como *inimigos internos* e mais como parte da população que o estado deveria *civilizar/educar/redimir/moralizar* com o auxílio das agências nacionais e internacionais, as ongs e também as igrejas e grupos religiosos. Dito de outra maneira, seria preciso transformar os que hoje seriam considerados *inimigos internos* em *peças a civilizar*. Estas categorias no entanto guardam a possibilidade de se intercambiarem. (BIRMAN, 2012, p. 217)

A tendência de exercer papéis de liderança na religião reforça a necessidade, pela crença em suas ações diretas dentro das localidades, de mediação, a partir do reforço positivo de suas subjetividades advindas da **conversão religiosa**. Como Ana me relatou, a equipe atual já era a terceira composição, e deu certo somente porque ela é bem articulada na divisão do trabalho e nas propostas de intervenção.

3.5 As interlocutoras como agentes de mediação

Conforme já falado no primeiro capítulo, percebi que, ao analisar o sistema de crenças de minhas interlocutoras, estava observando, no cotidiano prático, a incorporação do papel-função muito importante para este tipo de liderança: **a mediação**.

Mantendo a linha de Delma Neves (2008), a consolidação desta minha rede mapeada viabilizou os espaços sociais de mediação e de produção de reconhecimento.

De certa forma, quase todos fazem parte destas arenas de intermediação e de intervenção social. Exceto Suzete, que fazia trabalhos comunitários sem, entretanto, haver alguma contrapartida para a comunidade, todos podem ser considerados mediadores técnicos:

“O trabalho dos assim chamados mediadores técnicos ou profissionais não se limita a aplicar leis, regulamentos e normas. Elas articulam fragmentos de significados produzidos em contextos diversos e diferenciados, escutam demandas, apoiam-nas, legitimam-nas ou as condenam. Operam na construção dos novos tipos de usuários ou beneficiários, alçados na condição de mediados” (NEVES, 2008, pp. 29-30)

Eles mesmos, ao estarem neste processo, fazem parte de uma delegação política, uma posição onde trabalham com as representações locais. A partir delas, eles produzem, transformam e reconfiguram, dentro da ação direta de mediação, o sistema valorativo que eles mesmo defendem e que pode ser encontrado em diversos pontos da “cosmologia” salgueirense:

“Em quaisquer das situações, o termo mediador abarca ações de indivíduos dotados de posição ou função, segundo atribuições definidas em específicos campos de significação; investimentos na construção de interdependências entre o pontual e o universal. Ele realça as condições de interconexão tanto entre segmentos como universos sociais; contribui intencionalmente na reordenação e transformação da vida social; torna viável as condições de representação política” – (NEVES, 2008, p. 31)

Neide já foi agente comunitária; Zilá participou do projeto Mulheres da Paz, como mediadora de conflitos. Esse projeto estava vinculado ao PRONASCI local, sendo encerrado depois de um tempo. Érika trabalhava no Projeto Amo Salgueiro como educadora e também no PETI - Plano de Erradicação do Trabalho Infantil – da região, tendo conhecido, inclusive, seu atual marido, Rafael. Ana tem diversos *conhecimentos* dentro da localidade. Mais que ela, somente Zilá, que já teve até comércio na região.

Todos aqui citados são evangélicos e, conforme já citado no primeiro capítulo, atravessavam a rede social da PIB do Salgueiro. Lúcia, do PAS, antes de Jorge e ela romperem com a PIB, era uma grande e influente liderança dentro da Igreja, tendo inclusive influenciado a formação das atuais lideranças. Jean, em sua entrevista, agradece muito aos ensinamentos de Jorge Canela no início de seu relacionamento com Ana, em círculos de oração de casais que aconteciam na casa daquele. A própria Suzete fez trabalhos comunitários; porém, entre as minhas interlocutoras, era a única que não trabalhava no PAC Social. Desenvolverei os motivos de não-engajamento ou de

mudanças nas redes relacionais no capítulo a seguir.

O próprio Estado tem utilizado as lideranças religiosas como mediadores das lacunas geradas pelas políticas públicas. Os novos projetos sociais levam em conta o protagonismo religioso como *salvador e civilizador* das populações mais pobres. Educar a população vulnerável, oferecendo-lhes cidadania (BIRMAN, 2012) é um imperativo designado àqueles que, mesmo morando na mesma região, conseguiram desvencilhar-se dos grilhões que engendram o círculo vicioso – no sentido moral da palavra – que mantém a localidade *refém*.

Tal demanda faz com que elas desenvolvam um aspecto valorativo de si e da importância de seu papel como difusora de uma moralidade ascendente, levando-as ao aperfeiçoamento em outras modalidades. Exemplo disso era a necessidade delas aprofundarem seus estudos. Geralmente, como são destaques na vida religiosa, tornam-se modelos de mulheres prósperas na localidade: trabalhadoras e ativas, que desenvolvem seus estudos para demonstrar na prática a representação comum de ascensão social:

*“Ana Paula – Foi, sempre tive a perspectiva mesmo de dar importância mesmo ao estudo porque a minha família nunca priorizou isso e eu, assim, eu sempre tive **no meu coração** essa coisa do estudo, de um período em diante, eu acho que a igreja acabou despertando muito porque o grupo que eu me inseri era um grupo que buscava crescer, né, a questão profissional mesmo, a questão acadêmica, isso me incentivou muito, eu sempre gostei, mas acho que a **igreja acabou aguçando isso na minha vida.**”*-grifos meus.

Principalmente nas vertentes batistas, as mulheres ganharam espaço para o desenvolvimento pessoal, baseado na fé cristã.

“As mulheres tecem a sua história, conquistam com significativo sucesso os seus direitos com uma temporalidade variável de acordo com os países de origem. Após a Reforma Protestante, elas (as mulheres) alcançam o direito ao saber, não somente a educação, mas a instrução. Essa conquista se acompanha de um imenso esforço de apropriação: leitura, escrita, acesso à instrução. Elas conquistam também o direito ao trabalho, ao salário, aos ofícios e as profissões, desempenhando bem, o seu papel.” (BRAGA, 2009, p. 10)

O imaginário de liderança religiosa traz uma reafirmação valorativa de si:

“[A mulher] Ao pertencer a uma igreja protestante, revaloriza a si mesma através dos cargos ou posições adquiridas na congregação religiosa, ou dos dons espirituais carismáticos. A aquisição de uma identidade mais positiva de sua pessoa permite-lhe confrontar-se e relacionar-se com os homens de sua família a partir de

uma posição mais equitativa. (BIDEGAIN, 1996, p. 104 apud BRAGA, 2009, p. 9)
Tal aglutinação de papéis e, conseqüentemente, de representações por ora

confundem os moradores. Ana Paula sempre é lembrada como a “mulher do pastor” em nossas incursões de campo, e ela não vê isso como um *status*, mas sim, como resultado de seu trabalho social e religioso, trazendo-lhe, como benesse divina, o carisma e a prosperidade que desenvolve uma imagem positiva de si pelo viés religioso:

“Ana – [A Igreja batista] É muito respeitada e conhecida, a gente percebe isso na comunidade, eu não consigo me intitular [uma liderança]. Enquanto eu tô no bairro, eu me sinto uma pessoa comum, moradora do bairro, hoje temerosa, né, pelos confrontos que tem acontecido e que antes não havia. Mas eu me sinto uma pessoa super comum, essa coisa do título de ser esposa dele [do pastor], eu não gosto, eu me intitulo como uma serva de Deus mesmo, não consigo absorver essa coisa do título, dentro da igreja eu não consigo ser e me colocar como, não consigo. Como responsável técnica, também eu procuro caminhar, você vê a nossa relação com a equipe, né, das agentes, a gente caminha de forma bem linear, bem igual, eu assino, tem que assinar, eu assino, mas de uma forma mais natural possível mesmo.”

A memória narrada e produzida reflete a construção da *persona* de liderança local. Ou seja, mesmo que ela não aceite tal ideia, Ana Paula e as demais agentes comunitárias, antes e após o PAC Social, detêm experiências que criam uma autoimagem distinta das outras moradoras do Salgueiro, pois “tal marca de distinção incidia diretamente sobre questões ligadas à assunção de identidades” (GOUVEIA DA SILVA, 2003, p. 45). Tal resultado é efeito projetivo da consolidação deste tripé de **honra e respeito** local, criando marcas de distinção dentro da própria localidade.

A partir das diferenciações internas, o grupo de origem – neste caso, a própria família – e a condição de ser-mulher acentuam o caráter valorativo da pessoa, conforme Gouveia (op.cit):

“(…) Esses indicadores objetivos são reprocessados e ressignificados a partir da prática e do itinerário particular dessas mulheres, produzindo uma distinção delas mesmas, em relação ao contexto de origem. (...) Por exemplo, neste conjunto de mulheres sobressaem aspectos como: a particularidade da linguagem, a solidariedade de suas ações, a perspectiva holista e inclusiva de interpretação e atuação no trabalho social que desenvolvem e o sentido de obrigatoriedade moral para com um amplo conjunto de pessoas e de relações sociais” (GOUVEIA DA SILVA, op. cit., p. 49)

Ou seja, mesmo que situacionalmente estejam em posição de destaque, elas expressavam uma “autoclassificação fortemente diferenciada (...) parece encarnar de forma exemplar a riqueza e a pluraridade da configuração identitária de uma ‘pessoa feminina popular’” (GOUVEIA DA SILVA, 2003: 50). Mantinham, em momentos informais, as práticas e linguagens comuns da localidade, ressaltavam eventos que reforçam sua origem e a sabedoria de sair da condição de *favelada* através do investimento pessoal.

Trabalhar arduamente, propiciando a educação dos filhos, estudar para um aperfeiçoamento de educação formal, **participar** dos eventos religiosos, entre outros aspectos supracitados, fez delas hoje pessoas importantes para representar, inclusive, a localidade frente ao pesquisador. As representações por ora suscitadas servem também de instrumento de sentido para elas e também, como Neves (2008) muito bem coloca, “eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar.(...) Múltiplos significados vão então se ordenando para tornar viável o exercício da mediação” (idem., pág. 38)

A valorização passa por estes signos positivos que são instrumentos e recursos sociais que viabilizaram as estratégias de ascensão social. A escolaridade, o aprendizado técnico e o saber prático (GUEDES, 1997) ensinaram a *sair da calçada*. Expressão máxima desta significação de ascensão e até de destaque na localidade é a **casa própria, a melhoria nelas** e a mobilidade interna dentro do bairro³⁵. Isto influi positivamente na imagem da pessoa-mãe-família e também na reconfiguração das redes sociais locais. Uma vizinhança que se identifica com elas tendem a agregar esta imagem a si mesma (ELIAS, 2000).

E não deixavam de mediar “Salgueiros” para mim. Ao abarcar o sentido do bairro para elas, acabei entendendo como elas se autodefiniam. A definição de si, dar um sentido àquilo que faziam é requisito necessário para serem mediadoras, no sentido de intermediar múltiplos espaços sociais e saber negociar com todos estes “mundos”, “assegurando a possibilidade de falar de si, do outro e do mundo. A representação política por delegação está ligada ao dizível, mas não só, também ao reconhecimento dos limites do dizível, do indizível” (NEVES, 2008, p. 34).

Mas como podemos conceber nossas interlocutoras como parte de uma “elite” local? O que as diferencia de diversas outras moradoras que podem se enquadrar nestes

³⁵ À guisa de exemplo, ver relato sobre a moradia na página 26 do Capítulo 1.

referentes citados? Como elas adquiriram **respeito** dentro da localidade? Alguns pontos já observados remetem à importância de se ter uma representação positiva de si em relação ao bairro, e o bairro necessita destas referências até para valorizar a sua autoimagem, já desgastada pelas representações negativas descritas.

No entanto, sabe-se que diversas pessoas se enquadrariam na configuração valorativa até agora descrita. Suzete, por exemplo, sempre suscitou a importância da educação maternal, de seu histórico de trabalho e da importância da conversão como componentes diferenciadores dos seus vizinhos, *favelados*, ou que articulam em redes de “dentro da favela”. No entanto, ela não é conhecida como uma liderança local, apesar de certo engajamento de mobilização comunitária, a partir da Igreja. Por que, no entanto, ela não é tão reconhecida como uma liderança feminina? Por que, então, os vizinhos não se identificaram positivamente com sua *persona* e as representações que ela suscita? O envolvimento dela dentro das redes não é estreito o suficiente para desdobrar em **respeito** público? Tais temas serão desenvolvidos no capítulo a seguir.

4 AS DIMENSÕES RELACIONAIS PARA ANÁLISE DA REDE SOCIAL PESQUISADA

Até o presente momento, os capítulos anteriores desenvolveram duas dimensões da pesquisa: o recorte do objeto, em sua perspectiva espacial e situacional, tentando abarcar o máximo possível todas as especificidades e condições epistemológicas da pesquisa; e posteriormente, a construção da *persona* feminina, resultado analítico do estar em campo e com quem estar em campo.

Ou seja, ao contextualizar o bairro do Salgueiro, as obras do PAC e os diversos tipos de desdobramentos existentes, conseguimos mapear uma rede de certas lideranças femininas. Tais mulheres são um tipo de liderança política importante na localidade. Elas são mediadoras, são atuantes em diversas esferas sociais do bairro (e fora dele) e, conforme descrito no primeiro capítulo, o *locus* de atuação passa por algumas redes nodais importantes dentro da localidade.

Conforme literatura já desenvolvida, as igrejas são importantes espaços de desenvolvimento de um tipo de liderança comunitária. Todos os meus interlocutores, inclusive os homens, são engajados em algum tipo de atividade comunitária, a partir de sua religião. Jorge Canela, por exemplo, desenvolveu seu projeto social (PAS) a partir da experiência em liderança adquirida dentro da Igreja Batista. Ana Paula, Zilá e Janete também fizeram parte das lideranças dentro da PIB e trabalharam como agentes comunitárias. Suzete também se engajou em ações diretas de ajuda aos *irmãos*, a partir da Igreja Batista de Itaúna, bairro que faz limite com o Salgueiro.

No entanto, as estratégias pessoais, a construção de uma identidade engajada e o desenvolvimento de ações comunitárias não querem dizer que, necessariamente, a pessoa se tornará um tipo de liderança local. É o tipo de caso em que podemos incluir d. Suzete. Ela participava ativamente das atividades comunitárias dentro do Salgueiro, mas não se tornou uma pessoa de destaque local. Baixinha, no entanto, não faz parte da rede religiosa, mas todas as minhas interlocutoras citam-na como uma importante liderança local.

A importância da análise relacional, portanto, faz parte do desdobramento para mapear efetivamente as lideranças comunitárias femininas. A partir das redes interpessoais de liderança no Salgueiro, observa-se que a sua composição passa por alguns momentos narrados historicamente e também por alguns espaços de

sociabilidade. Na perspectiva diacrônica, por exemplo, podemos citar a construção da creche comunitária, a reunião de formação de líderes, a organização de coleta de doações para os afetados da chuva e, até o momento, a formação da equipe do PAC Social. Os espaços são onde esses acontecimentos citados anteriormente se passam: nas Igrejas – e notoriamente, após o recorte da rede atual de mulheres líderes, a unidade Batista do Salgueiro – no Projeto Amo Salgueiro, e na Creche Comunitária. No entanto, desde o começo deste trabalho, vi que as redes de parentesco, vizinhança e de ajuda mútua são os *loci* por excelência do desenvolvimento dos laços de amizade, compadrio e solidariedade.

Na vida cotidiana, tais laços são de extrema importância para a organização das redes sociais locais. Zilé e Ana, por exemplo, antes de serem colegas de trabalho, são amigas de longa data, por causa das atividades da Igreja, e consequentemente, dos trabalhos locais realizados conjuntamente. Erika, antes de ser do PAC Social, foi educadora do PAS, e seu atual marido é amigo de Jean e Ana, desde o tempo de formação de lideranças organizada por Jorge Canela. Jean, não por acaso, uma grande liderança local, é colega de trabalho de Roberto, marido de Suzete; além de ser marido de Ana Paula e compadre de Rafael.

Mesmo que a rede não mantenha a mesma configuração quando da pesquisa – sobre o mapeamento de redes, deve-se levar em conta que este é um exercício “fotográfico”, devido ao seu extremo dinamismo – e mesmo com diversos afastamentos e aproximações que ocorrem devido a inúmeras variáveis, ela se mantém em uma constante, percebida sincrônica e diacronicamente. Este capítulo trará uma breve análise da configuração da rede social recortada anteriormente.

As observações descritas tentarão dar conta de algumas variáveis importantes para o estabelecimento do enquadramento de uma pessoa em um determinado tipo de liderança local. Também objetiva observar que a dimensão relacional, neste caso, também passa pela dimensão política da localidade. Não convém esquecer que os meus interlocutores fazem parte de um tipo de liderança, baseada nas relações locais de amizade, compadrio, vizinhança e de outras variáveis já descritas: escolaridade, posição dentro dos espaços nodais locais, níveis de enraizamento dentro do Salgueiro, tipos de laços desenvolvidos e mantidos, entre outros aspectos.

Outro ponto importante é a configuração situacional destas lideranças. Mesmo trabalhando diretamente dentro do bairro, as minhas interlocutoras estavam como agentes estatais, via PAC Social; cabe salientar aqui o caráter temporário deste trabalho. Elas tiveram prazo para entrar e sabiam quando iam sair. Até a pesquisa, elas ainda estavam no programa. No entanto, sabe-se que, apesar da saída iminente e do desaparecimento deste tipo de agente comunitária, elas permaneceriam engajadas em outros sistemas de ação direta, mantendo seus laços sociais bastante enraizados.

Além do mais, este capítulo parte das relações mais “concretas” das minhas interlocutoras dentro do Salgueiro. Partindo do nível nuclear (a casa), o estabelecimento dentro do bairro se dá a partir da aquisição, localidade e melhoria de suas casas, podendo enquadrar seus moradores, *a posteriori*, num panorama cartográfico de suas posições dentro do bairro. A partir das casas, pude estabelecer uma gradação de localização, nível de moradia e *status* social, baseando-me nos escritos de Cláudia Fonseca (2000:50): “Existe, no bairro, uma estranha justaposição de luxo e de miséria, do sofisticado e do rude. Os contrastes vêm à tona nos mínimos gestos da rotina cotidiana” (ibid.) Equipamentos como muros, calçadas, gradis e até portões detêm um significado para além da delimitação, como também na distinção de determinados grupos ascendentes justapostos aos demais dentro do próprio bairro.

Voltando à temática das representações, tais equipamentos retratam um tipo de desenvolvimento material em proporção inversa à intensidade das relações entre os vizinhos. Cercar e murar a casa traz semânticas diferenciadas na construção relacional dentro do Salgueiro.

Posteriormente, ainda utilizando as narrativas de vida, pretendo demonstrar que grau de enraizamento cada interlocutora analisada tem dentro do bairro. Isto demonstrará empiricamente os motivos de, por exemplo, Suzete não estar enquadrada nesta rede de liderança, já que ela detinha todos os atributos valorativos de uma mulher-líder dentro da localidade.

Outro aspecto “concreto” é a relação conjugal e a influência que esta tem dentro da localidade. O marido ou o ex-marido, ou seja, a composição de uma família nuclear e seu possível esgarçamento também condicionam a localidade e a posição que as minhas interlocutoras detêm nesta rede mapeada. Dentre todas pesquisadas, apenas duas (Janete e Neide) eram divorciadas e não casaram novamente; Suzete estava em seu

segundo casamento, e Érika era recém casada. Lúcia era viúva, mas a identidade com Jorge Canela ainda era bastante forte. Todas as demais eram casadas e detinham uma relação estabilizada temporalmente.

Partindo para um nível macro, as relações dentro das instituições locais servirão como parâmetro do entrelaçamento de papéis e, conseqüentemente, como justaposição dentro de redes mais amplas. Como exemplo, podemos citar novamente o caso de Zilá e Ana. Ambas estabelecem laços em diversas esferas sociais, e percebe-se com isso um maior estreitamento entre elas. São muito amigas, afinal. E convivem diariamente, seja a partir do PAC Social, da PIB, ou então pela proximidade de suas casas. São agentes do Estado, moradoras do bairro, militantes religiosas e também militantes políticas. Estão enquadradas em diversos **sistemas** – do Estado, da solidariedade (dom) local, religioso etc. Por conseqüência, o mapeamento da rede também incide no posicionamento político desta em outras instâncias.

4.1 A cartografia da rede mapeada – alguns aspectos metodológicos e de análise

Conforme já descrito no primeiro capítulo, a minha rede pode ser mapeada segundo algumas interlocutoras-chave. Utilizarei aqui, o conceito de rede desenvolvido por Elizabeth Bott (1976:76), no qual afirma que na estruturação deste tipo relacional “somente alguns, e não todos, indivíduos componentes têm relações sociais uns com outros” (idem). Segundo a autora, a configuração das redes é estabelecida a partir da extensão de interconhecimento entre as pessoas, ou como ela mesma desenvolve, o grau de “conexidade” existente:

“Emprego o termo ‘malha estreita’ para descrever uma rede na qual existem muitas relações entre as unidades componentes e emprego o termo ‘malha frouxa’ para descrever uma rede na qual existem poucos relacionamentos deste tipo. Estritamente falando, malha estreita pode ser lido como ‘malha estreita em relação às redes das outras **famílias** pesquisadas” (ibidem) – grifos meus.

Se fizermos, à primeira vista, o mapeamento da rede da pesquisa, diretamente e indiretamente, perceberemos que todos têm algum grau de conhecimento.

Mantendo-se na linha analítica proposta pela autora, o grau de conexidade da rede familiar no meio social também pode condicionar a divisão sexual do trabalho entre os cônjuges. É importante salientar este ponto de vista, pois é perceptível a hipótese defendida pela autora de que:

“Quanto mais conexa a rede, maior o grau de segregação entre os papéis do marido e da esposa. Quanto menos conexa a rede, menor o grau de segregação entre os papéis do marido e da esposa.

(...) Quando muitas das pessoas que alguém conhece interagem entre si, ou seja, quando a rede desta pessoa é de malha estreita, os membros desta rede tendem a alcançar um consenso sobre normas e exercem uma pressão informal consistente uns sobre outros para que se conformem às normas, para que mantenham contato uns com os outros e, caso necessário, para que se ajudem uns aos outros.” (BOTT, 1976, p. 77)

A fim de mapear de forma mais precisa, utilizarei o método de classificar cada família nuclear (conjugal ou monoparental, excetuando, neste momento, os filhos), a partir de uma letra, para a mulher, e sua correspondente minúscula para o respectivo marido (caso haja). Portanto, a classificação ficará assim:

A e a: Ana Paula e Jean

B e b: Zilá e Antonio

C e c: Suzete e Roberto

D: Janete

E e e: Érika e Rafael

F e f: Lúcia e Jorge Canela³⁶

G: Baixinha

H: Neide

I: Nice

A fim de que o desenho (ANEXO 2) se torne inteligível, organizarei a rede de acordo com o grau de densidade de cada componente. Como temos mapeado pelo menos onze pessoas, colocarei os casais que estreitam a rede, ou seja, as famílias Aa, Bb e Ff no centro, onde quase todos detêm relação direta com os componentes.

A família com maior estabelecimento dentro da rede é a família A. Ana Paula (A), dentro deste universo mapeado, tem laços bastante estreitos com B, b; E,e; H e I; e laços mais ou menos frouxos com D; G; F, f. Jean (a), por outro lado, tem laços estreitos com B,b; c; D; E,e; F,f e menos estreitos com G; H; e I. Quantitativamente, são 21 laços

³⁶ Mesmo que Jorge tenha falecido no desenvolvimento deste trabalho, ele sempre teve forte influência na composição desta rede.

existentes estabelecidos pela família A. Como são importantes lideranças dentro do Salgueiro, é notório concluir que são pontos nodais dentro da Igreja, no PAC e em alguns pontos dentro do bairro.

A família de Zilá (B) apresenta também bastantes conexões. Zilá, pelo que observei, tem laços estreitos com A,a; E,e; H e I; e laços menos estreitos com D; F e G. Não pude mapear a do seu respectivo marido, pois o mesmo não fez parte de minha observação. No entanto, sabe-se que, por terem tido diversos tipos de empreendimentos dentro do bairro, são bastante conhecidos. Além disso, sua rede de parentesco é bastante enraizada dentro do bairro. Quase todos os irmãos de B e b são moradores do Salgueiro, e por ora, são seus vizinhos. O caso de Zilá e família será mais bem analisado a seguir.

A família de Lúcia (F) e Canela (f) também detém fortíssima influência local. Infelizmente, com a morte de seu marido, Lúcia concentra alguns laços que foram constituídos principalmente por seu falecido esposo. Como ela ainda mantém e administra o Projeto Amo Salgueiro, ainda exerce forte influência dentro do bairro. No entanto, a rede que F e f compõem, devido à quebra de laços com a PIB decorrente das divergências programáticas entre o projeto e a igreja, deslocou essa família da rede principal mapeada. Lúcia citou isso em nossa entrevista:

“Lucia: a Igreja nunca aceitou muito o trabalho que Jorge, que estava à frente, desenvolvia. Por que? Capoeira, quadrilha, entendeu? Uma música de São João. Essas coisas, a igreja não aceita. E com o tempo ele foi vendo, ele foi batendo de frente com muitos líderes...”

E – Ele era muito engajado, né?

L – Muito engajado. Muito mesmo. Teve uma época com um pastor aí que ele entrava dentro do mangue, o pastor Gustavo, para tirar corpo lá de dentro, cara. Então, para ele, era dia e noite. Se precisasse dele... Olha, quem batesse aqui, estou passando mal, ele nunca fez cara feia. Sabe aquela pessoa que quando você vai pedir socorro ela já está emburrada? Ela já vai mal humorada? Jorge nunca teve isso (...) Tinha uma sexta-feira que era chamada ‘bate papo com Cristo’. Gente, olha, juntava muito jovem.”

Num ponto anterior da entrevista, Lúcia me afirmara que Jorge tinha evangelizado muitos jovens do Salgueiro, incluindo aí o próprio Pastor Jean. A

conhecida reunião de líderes, descrita anteriormente, culminou nas lideranças mapeadas em minha pesquisa. No entanto, algumas de suas ações não agradavam as lideranças religiosas e com isso houve o desligamento de Canela da PIB. O que mais chateou Lúcia foi a forma brusca com que ela soube da exclusão do marido.

O peso das normas sociais correntes é parte da literatura utilizada neste capítulo. Tanto Bott (1976) quanto Elias (2000) demonstram que os integrantes da rede social da PIB do Salgueiro, transmissora de um tipo de norma social compartilhada – formando, assim uma espécie de moralidade local³⁷ - questionaram muito as posições e ações de Canela.

Com o esgarçamento das relações, houve um distanciamento da rede formadora de liderança local e, a partir da abertura de uma nova frente, formaram-se outras representações sobre o Salgueiro, divergindo diretamente da moralidade “oficial” localizada. Portanto, ao agir com pessoas externas à rede local, produzindo um novo tipo de opinião pública local (e conseqüentemente, representações que divergiam com a da PIB), a ruptura de laços com a rede da igreja (e, indiretamente, com a rede mapeada por mim) trouxe conseqüências relacionais importantes para uma reconfiguração das lideranças locais. Mesmo mantendo boas relações com os membros, Lúcia não se sente mais à vontade de estar dentro da PIB. Das diferenças de atuação direta e de formação de pontos de vista sobre o bairro, criaram-se conflitos diretos com os laços estabelecidos dentro da rede.

Conforme disse Lúcia, na entrevista, as relações com alguns membros da PIB são muito boas, inclusive com o próprio pastor Jean. Segundo ela, o pastor, como “amigo do casal”, ajudou muito Lúcia na fase terminal do câncer que acometeu Canela. Agora, ambos estabeleceram novos laços de ações, auxiliando alguns moradores com problemas de saúde, incluindo uma moradora que estava em tratamento de câncer.

Foi este caso o acontecimento que causou fissuras na rede central, organizada a partir da religião, e que deu origem a outros desdobramentos relacionais estabelecidos em outras esferas supralocais. Como Canela era profissional da UFF, seus

³⁷ Tanto Elizabeth Bott (1976:103), Nobert Elias (2000) quanto Simoni Guedes (1997) remetem essa moralidade, ou o compartilhamento desta, a normas sociais ou então o peso da opinião pública em cima das famílias. Como uma opinião, ou um ponto de vista, detém um valor socialmente construído, denota-se, portanto, que cada opinião e norma pública é constituinte e constituidora de uma moralidade local.

conhecimentos lhe deram suporte para a abertura do PAS como ONG e, atualmente, como Ponto de Cultura. Outro desdobramento, o projeto Mulheres do Salgueiro, também proveio das interações resultantes, em boa parte, dos integrantes da PIB, contando com Canela, Jean e, na época, Janete.

Janete (D), mesmo divorciada, mantém boas relações com a; f e G; e mantém relações menos estreitas com A; B; E; F; H e I³⁸. As relações mais estreitas se devem ao histórico de engajamento comunitário em que os quatro componentes, a partir da Creche comunitária criada por Sonia da Luz, se organizaram mutuamente e, a partir dos esforços coletivos, desenvolveram o projeto que culminou na ONG Comunidades em Ação.

Baixinha (G) é uma grande referência (e amiga) para Janete. A filha de Janete trabalha com Baixinha. No entanto, devido à sua personalidade e ao seu extremo engajamento somente na creche comunitária, os demais componentes da rede apenas se referem ao seu trabalho realizado na localidade. Jean (a) e Lúcia (F) detêm laços mais próximos, mas sugere-se que é devido aos respectivos papéis e lideranças dentro do bairro. Todos os meus interlocutores citam Baixinha como liderança, mas apenas Janete me levou para conhecê-la e para apresentar a creche.

Portanto, ao mapear cada família nuclear, a partir de seus integrantes, pudemos chegar à totalidade da rede pesquisada. É claro que existem pessoas entrevistadas e conhecidas que trabalham como intermediadoras das malhas. Erika (E) é uma delas. Trabalhou tanto no PAS como no PAC Social, e seu atual marido, Rafael (e), foi da *geração de líderes* criada por Canela e pela PIB. Existem diversas dimensões e esferas na análise de uma rede social local. Meu mapeamento restringiu-se a este âmbito.

Para o mapeamento “fotográfico”, fez-se necessário uma construção totalizante de tal rede. É o que fizemos até aqui, a fim de obter um objeto de análise inteligível. Contudo, para abarcarmos de forma satisfatória todos os outros planos de estreitamento da malha, devemos observar as dimensões relacionais a partir do parentesco e da vizinhança. As lideranças femininas são baseadas no tripé de honra feminino, e mais que isso, o desenvolvimento de um tipo de relação de parentesco e de vizinhança na

³⁸ Como o PAC Social está situado dentro da ONG que fica por sua coordenação, a relação de convívio no mesmo espaço parece ser bastante formal. Janete se relaciona normalmente com todas as agentes, mas sabia dividir o espaço da sede de acordo com seus usos e instituições “estabelecidas”.

localidade influencia as condições de possibilidade de uma determinada pessoa se tornar ou não uma pessoa influente.

4.2 Da casa para a rua: os graus de conexidade da rede a partir das relações de parentesco e vizinhanças localizadas

No tópico anterior, busquei fazer uma breve análise da rede em sua totalidade, em um aspecto geral. Dei ênfase a algumas famílias, pois elas se apresentam como pontos nodais de interação. Aqui, contudo, apontarei o grau de inserção local que cada família detém, a fim de observar que a composição das redes sociais perpassa as relações de parentesco e família. A partir dos usos e da circulação dentro do ambiente doméstico – a saber, a casa de cada interlocutor que visitei e o desenvolvimento de equipamentos urbanos de delimitação, como a construção de muros e calçadas –, pude observar os sinais de distinção no processo de ascensão social.

Das minhas interlocutoras, visitei as casas de Ana Paula (A), Zilá (B) Suzete (C) e Lúcia (F). É notável que as mulheres que são lideranças femininas utilizam suas casas para outros fins além de ser residencial. Participei de, pelo menos, três reuniões do PAC Social na casa de Zilá, o Projeto Amo Salgueiro é dentro do quintal de Lúcia e Ana Paula utiliza sua casa para reuniões de lideranças religiosas da PIB do Salgueiro. O uso e a melhoria das casas são caracteres importantes para demonstrar o *status* de todos dentro do bairro. Todas as casas que visitei receberam melhorias e beneficiamentos estéticos e arquitetônicos, fugindo do padrão original do BNH. Aliás, todas as casas que visitei, de moradores, sofreram algum tipo de modificação. De acordo com a quantidade de moradores ou então pela mobilidade sócio-econômica da família, as casas vão sofrendo mudanças substanciais. Os mais pobres, por exemplo, apenas iam “recortando” a casa para adequar aos novos integrantes.

Um exemplo: na rua José Mauro de Vasconcelos, uma família modificou a casa (ANEXO 3) de acordo com os casamentos dos respectivos filhos. Ao abrir seu portão, vi as transformações que a casa sofreu durante esses anos. A casa original foi dividida em cinco partes, sendo construído também, um *puxadinho* de dois andares ao fundo do quintal. Desde a cozinha e até a varanda, tudo foi reorganizado para acomodar os filhos, netos e bisnetos. No corredor das casas, separadas do vizinho por um muro, era antes um valão, no qual Ana Paula contou que brincou muito com os filhos de D.

Maria, e que antes era apenas separado por uma cerca. Segundo Ana Paula, a casa ainda mantinha certos equipamentos originais. Era o caso do tanque de lavar roupa feito de pedra-sabão, que se mantinha ali, no corredor da casa.

Claudia Fonseca (2000:62) observou que a casa (e as melhorias nela empreendidas) é um sinônimo de atomização frente à vizinhança e também sinônimo de *status*. A casa, para meus interlocutores, é um sinal diacrítico de diferenciação social:

“As famílias em via de ascensão socioeconômica oriundas do bairro ficam, portanto, no lugar. Em vez de se afastarem geograficamente, acionam uma série de táticas para se afastar simbolicamente dos vizinhos. Na construção das casas, achamos um exemplo, por excelência, dessas táticas.” (op. cit.)

A casa de Zilá (ANEXO 4) tornou-se, com o casamento dos filhos, um sobrado em permanente construção. Na parte de cima agora mora seu filho com a mulher e uma neta, Samara, que é cuidada pela avó. Internamente, a sala e a cozinha estão pintadas, com azulejos brancos e novos. Os móveis e os eletrodomésticos também são novos.

O quintal tem estruturas de fundação abandonada. Ele não está tão bem cuidado como a casa, mas mostra que as melhorias nas casas e em seu espaço são circunstanciais e gradativas.

Um caso interessante é o de Ana Paula. Visitei a sua primeira moradia e sua casa atual. A localização do imóvel dentro do Salgueiro e o andamento das melhorias na casa demonstram seu processo de ascensão social. A primeira casa localiza-se na Estrada das Palmeiras, logo após o DPO. Esta casa foi modificada com o tempo, sendo construída uma nova casa no quintal, e a original se manteve nos moldes da planta do projeto do BNH. A primeira casa era ocupada por sua avó, até o falecimento desta. Hoje, mora a irmã de sua avó, sua tia Giselda, que vive de uma venda que foi construída em frente à casa original; seu marido, que é mecânico, mantém a oficina atrás da casa. Eles moram na localidade desde 1973. Ana Paula me disse que um melhoramento visível é a troca das telhas e a remodelação do telhado original. Agora o telhado é mais novo, de cerâmica, ao invés de ser dos famosos telhados de zinco, constituintes da maioria dos conjuntos habitacionais da época.

Sua atual casa (ANEXO 5) e sua localização são consideradas, por ela mesma, um ótimo sobrado em uma área privilegiada. Ela mora nos famosos *conjuntos*, locais próximos ao centro do bairro e na saída dele, com grades e portões, controlando a entrada dos transeuntes. A composição das casas se assemelha a do subúrbio carioca,

saindo dos padrões de conjunto habitacional. São, em boa parte, sobrados, com espaços para lazer – churrasqueiras, piscinas, quintais, entre outros. Além disso, com a pavimentação das ruas do bairro, as casas sofreram supervalorização, adquirindo preços semelhantes a bairros tradicionais de São Gonçalo.

É um sobrado, com garagem e, na época em que fui, tinha uma geladeira nova na frente dela. O primeiro andar é composto pela sala, quartos e cozinha. Tudo está reformado e novo. O quarto do casal apresentava novidades, detalhadas pelo esposo: um armário novo, um ar condicionado split com uma nova iluminação, de tonalidade avermelhada. No segundo andar, tinha a churrasqueira e um amplo espaço de lazer. Lá era, segundo o casal, o espaço onde se efetuava as reuniões com lideranças evangélicas das igrejas da localidade, como também com os amigos mais chegados. O que dava mais orgulho para o casal era a prosperidade existente, representada por melhorias e *luxos* na casa.

Ambas as casas ficavam muito próximas fisicamente. O conjunto em que Ana atualmente mora segue para a Estrada das Palmeiras, rua onde fica a primeira casa dela. No entanto, as diferenças entre as residências sugerem uma distância social – e de *status* – bastante significativa. No Salgueiro, voltando ao exemplo inicial da casa dividida, o seu vizinho de muro tinha um sobrado que se destacava na rua José Mauro. Apenas ao observar sua casa, poderíamos supor que as diferenças sociais, culturais e econômicas com d. Maria, a dona da casa em que visitei, eram gritantes. Tão próximo, mas ao mesmo tempo com uma distância social muito grande.

Todos os meus interlocutores que mudaram de casa, e se aproximaram para o centro ou para fora do Salgueiro, justificam que, ao ascender social e profissionalmente, existe a necessidade de morar em um lugar mais próximo das linhas de ônibus, ou então, em um local mais afastado da violência local. Quando se mora *mais para dentro*, a casa sofre desvalorização, devido à sua localidade ser moralmente negativa.

A mudança para dentro do Salgueiro, segundo Suzete e família, foi basicamente por causa do mesmo argumento. A casa, dividida por parentes, em Itaúna, não dava mais privacidade e nem estrutura para se manterem lá. Quando viram a casa, grande, com três quartos, um amplo quintal e na “entrada” do Salgueiro, perceberam que ali poderia ser um local satisfatório para a privacidade dos integrantes da família e também para o exercício de tarefas domésticas. Suzete e Roberto gostam muito de trabalhar com

plantas e cultivavam uma horta diversificada no quintal. Mais adiante, poderemos ver os motivos de eles não se adaptarem plenamente ao local.

Outra mudança importante que pude observar nas minhas imersões de campo foi a representação que o **muro** desempenha, física e simbolicamente.

Quando conversei com Jorge Canela no PAS, a história da construção do *muro* simbolizava a substituição da harmonia inicial *comunitária* pela sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2008) que assolou o conjunto habitacional em meados dos anos de 1980 e 1990³⁹: “*Antes, aqui não existia muro. Com isso, os moradores podiam muito bem ajudar um ao outro, colocando uma galinha ali no churrasco, ou botando um feijão, ou chamando o vizinho pra vir em casa sem problemas*”.

Outro ponto de vista é que o muro pode defender a intimidade da família. Uma casa murada é aquela que sofreu bastantes melhorias, mudando todos os ambientes originalmente construídos. Ao ascender e atomizar frente às redes sociais locais, provavelmente as famílias constroem muros.

Com o desenvolvimento do bairro, os vizinhos, segundo Canela, foram construindo cercas, delimitando o espaço de socialização, mas mesmo assim, ainda havia bastante interação. A escalada da violência e os problemas decorrentes dela fizeram com que se construíssem muros que dividissem e delimitassem todos os vizinhos, fazendo com que um se diferenciasse do outro: “*Hoje em dia, os vizinhos somente conversam na calçada, único lugar que não teve nivelamento. A calçada do meu vizinho ainda é a mesma que a minha.*”

E é na calçada que ocorrem todos os tipos de interação intervicinal, incluindo as focas cotidianas. As mudanças dos formatos nas calçadas pelo PAC era um dos principais motivos de reclamações frente às agentes do Programa. Ana me mostrou, em uma dessas caminhadas, que a calçada reformada tinha alterado a entrada de um estabelecimento comercial, e que o pé-direito foi feito, literalmente, pela metade. O projeto era para ser de 1m, mas foi feito apenas 0,50 cm. As calçadas tornaram, de certa

³⁹ Vale salientar aqui que todos os discursos reproduzidos pelos meus interlocutores, ao serem utilizados, são considerados como **representações** locais próprias de cada um, que serão tratadas como ferramentas analíticas passíveis de serem generalizadas. O contexto em que Canela fala sobre o muro é, como ele mesmo disse em entrevista que poder ser encontrada em anexo, uma versão muito interessante em que se pode observar os equipamentos urbanos como equipamentos morais. Ele mesmo disse que, coincidentemente, o aumento de muros ocorreu sincronicamente ao aumento da violência no bairro.

forma, inviáveis para locomoção. Tanto Ana Paula como Zilá lembraram que anteriormente os lotes eram divididos por cercas. Ana Paula dizia que invadia o quintal de seu vizinho para roubar goiabas e brincar.

Zilá vai mais além. Ela me disse que antes das cercas, eram pau-de-mangue e quase não havia divisão dos quintais, pois era “tudo mato”. Ela disse que fugia do pai, quando este atirava com sua espingarda, se arranhando toda, pulando as cercas para o vizinho, fugindo com medo dos tiros. Ela me relatou que sua mãe, ainda viva, já era moradora da região antes do projeto do BNH de 1973. Ana Paula me disse que a Estrada da Sapucaia será renomeada para homenagear Jorge Canela.

4.3 As conexidades e as relações dentro das redes das interlocutoras

A conexidade de tipo de malha estreita fica evidente na família de Zilá. Como descrito anteriormente, no primeiro e segundo capítulos, suas irmãs, seus cunhados e alguns primos são moradores do bairro e, com isso, são também seus vizinhos. Como ela é um caso extremo, é necessário observarmos se todos os meus interlocutores se enquadram neste caso.

Começarei pelo outro extremo, o caso de Suzete. Se observarmos o mapeamento acima, ela é a única pessoa que não foi citada em nenhum aspecto como sendo conhecida por algum componente da rede social mapeada. Inclusive Roberto (c), seu marido, foi relacionado aos contatos de Jean. Seus parentes, todos, moram fora do Salgueiro e ela não cultivava nenhuma amizade estreita com nenhum morador. No momento da pesquisa, apenas sua irmã morava em Itaúna e sua relação com ela não era próxima.

Pode-se afirmar, portanto que, mesmo tendo todas as características identitárias para ser uma liderança feminina – inclusive tendo engajamento na esfera religiosa – d. Suzete não tinha laços estabelecidos dentro do Salgueiro. Pelo que observei, as suas relações de amizade, parentesco e vizinhança passavam tangencialmente pelo bairro. Seu ponto nodal de laços sociais se encontrava principalmente em Itaúna, bairro próximo, e os *irmãos de igreja* dentro do Salgueiro não passavam pela Igreja Batista local. Muitos frequentavam igrejas fora do bairro, não resultando, desta forma, em vínculos mais estreitos com os representantes da PIB do Salgueiro. Poderiam até ter

algum tipo de relação devida à religiosidade comum, mas não houve registro de um laço mais estreito entre a rede mapeada e os demais círculos religiosos interlocais.

Para Dona Suzete (C), a família nuclear, vivendo com seus três filhos e seu marido, era suficiente. A relação com seu marido era de papéis conjugais conjuntos. Ambos dividiam as tarefas domésticas e suas amizades eram estabelecidas a partir de um consenso do casal. No decorrer da entrevista, ela destaca que evitava ao máximo socializar com seus vizinhos, salvo alguma necessidade sua ou dos vizinhos em que ela pudesse ser ajudada ou ajudar. A vida dela e de sua família normalmente acontecia de casa para o colégio, de casa para o trabalho, de casa para a Igreja e desses voltando direto para a casa. Até seus filhos crescerem, ela disse ter conseguido controlar esse ritmo. Um isolamento que nos parece ser escolhido não só por Dona Suzete, mas por toda sua família, principalmente no período em que viveram no bairro do Salgueiro. Suzete e família, portanto, passavam por um processo de **individuação social** (BOTT, 1976: 112, FONSECA, 2000: 58), pelo qual a família se torna autônoma em relação às relações suprafamiliares. Neste tipo de família individualizada, se defende a intimidade; o afastamento da vizinhança, sendo, assim, pouco controlados pela opinião pública local; e apresentam maiores critérios mutuamente compartilhados pelo casal na escolha das amizades. Seguem desdobramentos adiante.

Segundo Françoise de Singly (2010: 22), a família, no contexto da segunda modernidade, é cada vez mais individual. Os indivíduos têm voz ativa na instituição familiar, trazendo cada vez mais uma maior autonomia destes frente à autoridade parental. Isto não quer dizer, no entanto, que tal instituição tenha passando por uma crise de identidade. Pelo contrário, o que podemos perceber é uma maior ampliação das escolhas individuais dentro dos limites da rede já estabelecida (LEVI-STRAUSS *apud* SINGLY, 2010, pg. 25).

O sistema de relações dentro da família adquire novas configurações, dando ênfase ao sujeito individual e na expectativa de papéis em que ele se enquadra. Na significação destes eventos importantes, cada sujeito terá certa liberdade de interpretação, mesmo que, **relacionalmente**, os papéis conjugais e de parentesco permaneçam o mesmo. No entanto, para a moralidade local, esta família é segregada dos demais.

Segue trecho:

“S: É aquele negócio, a gente que é evangélico, a nossa doutrina é outra. Aí ele falou para mim assim: Olha só, [seu vizinho, chamado Xavier convidou] ‘tem uma peça na igreja, [chamada] “Mãos Vazias”, vá assistir’. Aí eu fui assistir, num domingo. Estou até hoje, em Itaúna.

Essa peça fala sobre o decorrer da vida dessa pessoa, ela morre e Deus começa a cobrar dela o que ela fez. Então, suponhamos, Ele chama você e você apresenta para ele o que você fez aqui na terra. Aí chamou o Roberto. Quando ele me chama, a minha mão está vazia, eu não tenho nada para oferecer a Ele.

Eu não amei o suficiente, eu não preguei a palavra, eu não ajudei quem passava fome, eu não fiz nada. Eu entro no céu, mas de mãos vazias. É uma peça muito forte, ali eu vi que Deus queria algo diferente na minha vida, ali eu fiquei. Aí o que aconteceu. A Patrícia, por ser menor, por ser pequena ainda, eu panhei de volta, eles já tinham idade de escolha, aí eu sentei com os dois e perguntei [da conversão]. Os dois optaram por ficar na igreja católica e, assim foi feito. É por isso que existe essa divisão.

Muitas pessoas acham engraçado essa divisão, os pais são evangélicos, os filhos católicos, não há briga, graças a Deus, mas as pessoas acham estranho. Simplesmente eles já tinham idade para optar, a Bíblia diz: Não é por força e nem por violência. Eu não podia agarrar eles pelas orelhas e levar eles e assim sentar. Eles iam [somente] assistir do culto e não iam receber a Palavra.

Entrevistador: O Roberto foi por quê?

Suzete: *Ele foi comigo, eu convidei para ir. Assistiu o primeiro culto, assistiu o segundo, e Deus tocou no coração dele”*

Já para Dona Zilá, família não se limita à sua “casa”, a seu marido e a seus filhos. Começamos a entrevista com ela indagando quem era a sua família dentro da localidade, os familiares que moravam no Salgueiro. Ela é um típico caso de conexidade de malha estreita. E ela assim respondeu:

“Zilá: *Minha família mesmo? Eu considero meu marido, meus filhos, minha neta e minha mãe. Minhas irmãs também que eu não deixo de tê-las como minha família e devido eu ter casado, né, como meu marido é irmão das minhas irmãs, é irmão dos maridos das minhas irmãs se formou uma família só. Tanto da minha parte, né? Com eu e meu marido, quanto a parte da minha sogra que ela já é falecida. Aí a gente ficou uma família só, quando a gente se reúne, todo mundo junto, os maridos das minhas irmãs que são irmãos do meu marido. Aí eu sinto que também, né, eles são minha família.”*

Diferentemente de Dona Suzete, que ao longo de toda entrevista não destaca

seus primos, cunhados ou irmãos, Dona Zilá prontamente destaca a importância de irmãos, sobrinhos, cunhados, dizendo que todos esses são sua família. E mais, a maioria destes, incluindo sua mãe, a casa de sua sogra e alguns primos são todos seus vizinhos. Algo que não poderia passar despercebido é a peculiaridade dessa família: três irmãs casadas com três cunhados que moram em ruas vizinhas. Os laços criados são muito fortes, como percebemos:

“Entrevistador: Parece que fechou um vínculo, onde as duas famílias meio que se fundiram, né?”

Dona Zilá: *Sim, é. Os nossos filhos têm o mesmo sobrenome das meninas, né? O mesmo sobrenome das meninas, os filhos das meninas, todos os primos são o mesmo nome, sobrenome; só o meu irmão que mudou que a minha cunhada levou o nome primeiro da minha cunhada, né, o sobrenome pra depois levar do meu irmão.”*

Não só pelos sobrenomes iguais ou pelo parentesco, as famílias se tornaram uma só, comemorando festas, ajudando umas às outras sempre que preciso e estando sempre juntas dentro do possível. Dona Zilá utilizou a expressão *primo-irmão* para falar sobre a relação que seus filhos tinham com os seus sobrinhos. Tal expressão dá ideia da magnitude que a junção dessas famílias teve na vida de Dona Zilá.

Zilá atualmente mora na Rua Estevo Rodrigues; sua mãe e sua irmã-cunhada moram na r. Leopoldo Roberto, rua paralela à sua. O curioso é que, no mapeamento de sua rede doméstica, ela ressaltou que suas três irmãs casaram todas com os irmãos de seu marido. Portanto, suas irmãs são também suas cunhadas, tendo essa parte da família o mesmo sobrenome: Dias Veloso. Aauto, outro irmão de Zilá, mora na Rua Sobral do Campo, e Aauto mora na Fazenda dos Mineiros.

Zilá tem sua rede social bastante localizada, acarretando em sobreposição de papéis entre seus componentes. Suzete, no entanto, tem contatos em espaços mais amplos, mas a intensividade de sua rede social no Salgueiro é bem esparsa e pouco intensiva.

Comparando as minhas interlocutoras, consigo concluir que as representações sobre a localidade de moradia, já desenvolvidas no capítulo anterior, também é influenciado pelo grau de conexão destas mulheres nas redes sociais locais. A intensividade dentro da rede social, acarretando na própria visão do local, está

inversamente proporcional à extensividade desta. Quando menor a abrangência das redes dentro do bairro, mais intensiva são as relações sociais.

4.3.1 Uma análise retrospectiva da configuração familiar – o caso de Suzete

Se observarmos o tom das entrevistas, Suzete sempre passou uma visão pessimista sobre o bairro em que morou por oito anos. Mas por que esta grande aversão ao Salgueiro, bairro muito próximo da antiga casa, de onde, nostalgicamente, eles têm um apreço aos vizinhos e aos acontecimentos significativos que ocorriam ali?

É importante observar neste momento que os eventos significantes na vida da família de Suzete são interpretados de forma diacrônica. As afirmações postas por ela nas entrevistas feitas até então já são analisadas, numa espécie de “mapeamento” da “estrutura de conjuntura” das *práxis* (SAHLINS, 1990:15) de Suzete no Salgueiro, fazendo com que os acontecimentos significativos reforcem um tipo de visão negativa do bairro.

Suzete, como vimos, recusou os vínculos femininos intervicinais ao abdicar de uma importante ferramenta comunicativa e associativa entre os vizinhos de bairros populares: **a fofoca**. Segundo Cláudia Fonseca (2000: 14), os bairros populares detêm três características internas, a saber: o interconhecimento, uma intensa vida social nas ruas e a interdependência entre os vizinhos. Participar ativamente destes rituais cotidianos significa, desta forma, participar da “vida social” da localidade e “do intenso mercado de trocas simbólicas” (FONSECA, 2000:13). A fofoca⁴⁰, como brilhantemente Nibert Elias (2000, p. 13) analisou, traz, desta forma, um importante instrumento de controle social, de reforços destes vínculos e também de construção de uma autoimagem e de uma referenciação moral coletiva.

“A análise subsequente da estrutura das fofocas em tal comunidade talvez ajude a

⁴⁰ Segundo o próprio Elias (1990:121), a designação de fofoca se “inclina a tomar por ‘fofocas’, em especial, as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras. Estruturalmente, porém, a fofoca depreciativa *\blame gossip* é inseparável da elogiosa *\pride gossip*, que costuma restringir-se ao próprio indivíduo ou aos grupos com que ele se identifica.”

dar uma ideia mais clara da dinâmica da hierarquização; ela mostra até que ponto as minorias poderosas, funcionando como uma espécie de líderes das fofocas, são capazes de controlar as crenças de uma rede mais ampla de vizinhos” (ELIAS, 1990, p. 83)

Minha interlocutora não participava da circulação de fofocas da localidade. Como Suzete mesmo disse, “*parar nos portões para bater um papo*” era comum entre as mulheres da rua, reforçando significados e valores relacionais entre as pessoas que compartilhavam o mesmo uso; ela nega tal prática, evitando tomar parte do sistema axiomático comunitário de crenças (ELIAS, op. cit), evitando ou tensionando outros vínculos comunicativos que reforçavam os laços entre a rede social local e a consonância dos interesses coletivos (idem):

Gilberto: *E o que acontece você vê que são, é um grupo de famílias que não se envolvem com os acontecimentos da região, a que fulano, o marido bateu na mulher não era um problema nosso, é fulano tava usando droga não era problema nosso porque a gente saía de manhã pra trabalhar só voltava tarde quando ia para um curso, para um colégio, as namoradas, a vida, a nossa vida social é fora, tanto que eu conheci você fora.(...)*

Ent: *Mas eles, eles não são da primeira casa ?*

G: *Sim, sim, mas é tipo assim foram, as pessoas que na segunda casa a gente têm, a amizade se manteve, não foi a mudança que separou a amizade, entendeu?*

Ent: *Entendi, é isso, é isso que é legal, que é isso que eu entendi, é essa rede entendeu? Seus vizinhos de verdade são os da primeira casa?*

Suzete: *Da primeira casa.*

Gilberto: *É, são os amigos de verdade.”*

Segue, continuando parte da entrevista, outros valores norteadores do estabelecimento do vínculo relacional de vizinhança, compondo parte da honra familiar, a saber, o **respeito e a educação**:

Gilberto: *Esses [primeiros] vizinhos, por saber da nossa criação, por saber da nossa origem, a origem dos nossos pais, como nossos pais se **respeitavam, nos respeitavam**, a casa **pra gente era aberta**, a gente às vezes ia pegar 10 baldes de água na casa do vizinho, pra cada vez que a gente entrava, a gente batia no portão. . .*

Gilberto e Suzete juntos: *Pedia licença.*

Suzete: *Pedia licença e dizia muito obrigado.*

Gilberto: *Cumprimentava, pedia licença, pegava água e ainda saía e agradecia, tinha gente que dizia:- “Pô, já tá chato” mas não é, era o hábito. Então, ou seja, a gente foi **acostumado com educação**.*

Mesmo compartilhando de outros valores comuns, como a ida à igreja com seus irmãos, sendo vista como uma boa mãe e uma eficiente dona-de-casa, cuidando plenamente de sua família - ou seja, sua imagem detinha atributos positivos que são aspectos importantes para a formação da “honra” feminina, adquirindo “respeito” entre

a rede local (FONSECA, 2000: 18) -, ela não compartilhava das outras dimensões que fortalecem as trocas simbólicas, implicando, inclusive, em não ser reconhecida como uma representante da localidade. Suzete tinha tudo para se tornar uma liderança local, tal qual as outras interlocutoras, mas preferiu permanecer atomizada, preservando a privacidade familiar em troca de ter um papel social em potencial.

Na antiga vizinhança, ela evitava qualquer tipo de vínculo mais íntimo sobre sua família, geralmente relacionado à fofoca no portão. No entanto, a família como um todo se sentia vinculada à primeira rede social criada na localidade, devido ao respeito à formação e trajetória familiar, como também à educação deles, formadora de respeito e ajuda mútua, componentes situados no sistema de dom. (GODBOUT, 1992).

O último evento por ela relatado comprometeu toda a vinculação familiar com a rua e, por conseguinte, com o bairro como um todo. O comportamento das vizinhas, na visão de Suzete, geralmente já trazia certa relação assimétrica neste circuito de trocas (materiais e simbólicas). Devido à prosperidade familiar, eles almejavam uma nova ascensão social, marcada pela procura de novas casas em outros lugares, distantes dali. A casa no bairro, porém, já era significada como uma consequência desta mobilidade. Houve, portanto, outro acontecimento que fez com que eles reivindicassem uma mudança imediata a partir do afastamento definitivo com seus vizinhos.

O primeiro conflito, com a localidade, foi o aspecto da *utopia de morar na roça*, tão bem elucidado por Roberto e gradualmente interiorizado por Suzete:

“Entrevistador: O senhor gosta da terra, né, o senhor já trabalhou, o quintal, o senhor tinha o quintalzinho, o seu pai....

Roberto: *Eu sou do interior... O meu pai, a minha mãe, dentro da minha casa se respirava café. Meu pai, mesmo, ia no lixo, catava terra, peneirava, fazia horta, trabalhava. Simples. Era uma aventura.*

Suzete: *Já eu, eu não gostava muito, não. Porque é assim, realmente a gente morava, minha mãe comia uma galinhazinha, um porquinho. Quando meu pai foi embora, quatro anos depois, a minha mãe se casou novamente com pessoal de roça, eu ia lá, passeava, eu não tinha a ligação com a terra que ele tinha.*

Ele [Roberto] sempre dizia que o sonho dele é de ir para o interior, eu sempre dizia: ‘vá sozinho, se Deus permitir que você vá, vá sozinho, o casamento acaba, porque eu não quero ir de jeito de nenhum’

E conhecendo a Palavra [Bíblia], diz: O que Deus uniu não separará o homem. Eu comecei a pedir a Deus de forma diferente. Se Deus fosse um dia permitir que ele fosse para o interior, que Deus mudasse o meu pensamento, o meu jeito. E onde foi que fomos parar naquela casa e onde foi que eu comecei a gostar de plantar, de cuidar, eu

passei a ter plantas que algumas pessoas nem conhecem, aquele estado. Até orquídea importada eu cheguei a ter...eu comecei a gostar e aí o que que aconteceu? Nós começamos a fazer projetos, mas nós tínhamos a Patrícia solteira. Aí a gente planejou, quando a Patrícia casar (...)

Suzete: Só que na época logo assim que surgiu essa ideia, eu sugeri essa ideia do rio, mas ele queria um local mais fresco, aí também o calor do ano passado me fez enlouquecer, eu estava operada, vamos procurar um lugar mais fresco, um lugar mais fresco, vamos pra Minas.”

Ou seja, a ideia de sair para um lugar mais aprazível, com amplo espaço para horta e cultura de plantas e flores já estava nos planos do casal. No entanto, eles precisavam aguardar os filhos “*saiem de casa*” para poderem realizar a *utopia* de poder morar em uma zona estritamente rural. A ideia de um futuro isolado, apenas cuidando de afazeres domésticos, sem nenhuma interferência de vizinhança, de parentesco ou familiar, já era pensado por eles. No entanto, mesmo vivendo em relativa atomização e em processo de individuação social⁴¹ (FONSECA, 2000: 58), ainda esperavam completar todo o ciclo familiar, marcado pelo *casamento dos filhos*, para eles poderem realizar suas aspirações compartilhadas enquanto cônjuges.

Outro acontecimento significativo, causado por um fator externo e totalmente relacionado à vizinhança no Salgueiro, tornou-se a principal força para se mudarem: o comportamento completamente reprovável de uma vizinha, que utilizou das trocas intervicinais para proveito próprio, quebrando o circuito da dádiva de dar-receber-retribuir, conotando em significações completamente negativas dela, amplificada para as redes locais de todo o bairro. Diversos episódios culminaram em uma situação grave de conflito, e, como Suzete e família não detinham quaisquer vínculos relacionais com as redes locais de vizinhança, tal pessoa se aproveitou da situação e começou, nas palavras deles mesmo, a *explorar* a solidariedade da família, não respeitando os espaços físicos e morais da casa e dos integrantes dela:

“S: Uma das vizinhas, quando nós mudamos pra lá, ela é ela, era ela e duas filhas uma das filhas já tinha um menino, ela é viúva ou separada, não sei. O rapaz que nos vendeu a casa, segundo ela, era quem fazia tudo o que ela precisava. “Né”? Aí quando eu me mudei, ela virou pra mim e falou assim, e a expressão não foi das melhores:

41Se observarmos a trajetória de d. Suzete e família, podemos perceber que, no fluxo relacional, eles passaram pelas alternâncias entre “coesão, cisão — solidariedade, individualismo.”(FONSECA, op. cit.) E prossegue: “Respostas lógicas às condições de precariedade econômica e política, essas duas tendências aparentemente contraditórias são estratégias empregadas em alternância pelas pessoas não somente para sobreviver, mas também para vencer na vida. E longe de se anularem mutuamente, é, de certa forma, a interação das duas que contribui para o caráter particular da cultura popular” (idem)

‘Tudo que tem aqui, para um homem fazer, quem fazia pra mim era o Fernando’. Eu digo ‘opa!’

R: Não pode eu sou casado. Meus filhos “vai” casar, entendeu?

*S: Sabe o que acontece? Sabe o que, que acontece? O meu marido, tá, eu confio, agora, olha só, as meninas usavam um shortinho que a bunda ficava de fora, eu digo mesmo que ele não com, **mas a vizinhança fala.**” – grifos meus*

Mesmo a vizinha não correspondendo às expectativas da família, o problema que ela poderia causar se dá menos por sua crítica ao seu passado sexual. Conforme segue Cláudia Fonseca (2000, p. 18), “a sua virtude [negativa] só vem ao caso no momento em que ela ameaça diretamente a paz doméstica de uma vizinha.”, podendo provocar ciúmes em Suzete ou estimulando relações sexuais com seus filhos.

Este caso é emblemático, pois, mesmo não compactuando com o circuito de informações estabelecido pela fofoca, Suzete sabia muito bem que a imagem pública dela – e, conseqüentemente, de sua família como um todo, pois ela pode ser considerada como o *ethos* familiar encarnado - estava em constante avaliação pela rede de vizinhança local. E mais, ao não se informar e “blindar” sua casa da vizinha-ameaça, esta última poderia manipular sua reputação se utilizando da sociabilidade já padronizada anteriormente. Como Elias afirma:

O descrédito coletivo que é atribuído a esses grupos por outros mais poderosos, e que se encarna em insultos típicos e fofocas depreciativas estereotipadas, tem em geral alicerces profundos na estrutura de personalidade de seus membros, que, por ser parte de sua identidade individual, não é fácil de descartar. (ELIAS, 2000:132)

Suzete era *convertida e mãe-de-família*, ou seja, detinha diversas autoimagens que servem de parâmetro de conduta moral para sua rede de sociabilidade. Se ela ficasse mal falada (*blamees gossips*), sua reputação poderia ser rebaixada, a sua “honra” e de sua família cairiam por terra e as redes de apoio mútuo da Igreja se afastariam dela:

Atacar, pela fofoca, os atributos de um e de outro é atentar contra o que há de mais íntimo no indivíduo, a imagem que ele faz de si. É como se as palavras que atingem a imagem pública de uma pessoa tivessem a força mágica de feri-la fisicamente. Essa perspectiva faz sobressair o poder das mulheres porque, ainda que os homens tenham uma capacidade superior de violência física, as mulheres são as principais manipuladoras da reputação. (...) A reputação é importante, pois ela define os “bons cidadãos” da vila, os que são dignos de serem incluídos na rede de ajuda e proteção mútua (FONSECA, 2000: 24)

A reputação é norteadora das ações e comportamentos públicos, como também é norteadora pela configuração de ideias-valores, já destacadas no capítulo anterior. As

investidas desta vizinha⁴² de estabelecer vínculos mais estreitos com a família, tentando repetir o ciclo anterior com o antigo dono da casa, não estavam sendo eficazes frente à “blindagem” existente:

S: Era assim: quando você fizesse a vontade dela, você era muito bom, o dia que você disse ‘não’ pra ela. . .

R: Acabou, você não mais presta.

S: E então eu dei três cortes nela, um foi dessa questão, do garoto e a terceira é o porque ela mesma falava muito mal das filhas, que as filhas eram prostitutas, que as filhas só sabiam dar, roubar uma, aí um dia eu falei pra ela ‘se você fala assim das tuas filhas...’

Ent: ‘Imagina das minhas’.

S: ‘O que, que você não vai falar da minha ou de mim? Então, faz o seguinte, da vida das suas filhas eu não quero saber, não quero saber, não me conta, se você quiser parar pra falar comigo de ‘planta’, a gente conversa, da vida das suas filhas eu não quero saber.’. Aí ela não falou mais comigo.

A partir daí, Suzete se negou a estreitar os laços intervicinais, negando o circuito da dádiva local. Bott (1976:83) afirma que, ao se incluir nos círculos de informações e mexericos (leia-se fofocas), abre-se a perspectiva de se inserir nos círculos de solidariedade e ajuda mútua local:

“Se quisermos colher as recompensas do companheirismo e dos pequenos atos de ajuda mútua, devemos nos enquadrar nos padrões locais e esperar, desde já, sermos incluídos nos mexericos. Ser vítima de um mexerico é um sinal de que pertencemos à rede de vizinhança, tanto quanto fazer mexerico com outros, pois se nos recusarmos a estabelecer contatos com vizinhos, passamos a ser vistos como ‘diferentes’, ‘superiores’ ou mesmo ‘excêntricos’ e possivelmente seremos deixado de lado pelos outros: sem mexerico, nada de companheirismo!” (op.cit)

A relação com os demais vizinhos eram apenas pontuais, ligadas às plantas, como Suzete disse, ou relacionada aos eventos da Igreja Batista, de Itaúna e do Salgueiro. No entanto, quando Patrícia, a filha mais nova, casou, abriu-se uma nova possibilidade de inserção doméstica. Como a família se reconfigurou, Suzete e Roberto sentiram falta das relações filiais. A vizinha F., já descrita acima, se aproveitou da solidão e dos trabalhos comunitários de Suzete e começou a *explorá-la*, afetiva e financeiramente:

S: Só que ali eu me envolvi demais e botei ela pra dentro de casa. Botei ela dentro da minha casa. Que aí eu comecei, ‘minha filha’, chamava de filha, as crianças

42 Chamá-la-ei de F., com a finalidade de ser possível identificá-la no desenrolar do texto.

dela me chamava de vó, aí disse assim 'ó, como ela tem uma dificuldade financeira muito grande, então você me ajuda aqui e eu te ajudo né?'.E aí eu comecei, realmente foi um envolvimento muito grande.

Gilberto: *Eu a comecei questionar porque ela tanto dentro de casa e ela ia lá pra casa, como minha mãe falou que tratava ela como filha, ela ia pra casa bem à vontade e ela não tinha modos, ela não tinha modos. (...)*

Gilberto: *E trouxe e, no final das contas, a gente acabou descobrindo que também tem o lado **do interesse**. Como a gente vinha conversando, que é até o alvo da sua pesquisa, nós fomos considerados novos ricos numa terra de miseráveis.*

O desenvolvimento material da família era motivo de comentários locais. Uma família atomizada, autossuficiente para os padrões econômicos locais, e mais, não necessitava de nenhum apoio intervicinal, era vista de forma pejorativa.

S: *E as compras do mercado eram 8,10 caixas.*

G: *Eram 8, 10 caixas. A Patrícia só tinha o André [marido dela] e era aquele convívio de Igreja. E então, ou seja, isso vai chamando a atenção. (...) Chegou uma época lá em casa que eram três laptops, o meu, o do meu serviço e o de Beto, aí minha mãe me cai na besteira de comprar uma TV de 47 (polegadas), uma máquina de lavar de 1000 reais.*

(...)

Roberto: *O marido também não gostava de trabalho.*

Suzete: *O marido não gostava de trabalho, eu me apaixonei pelo neném dela, a neném dela, então, pra mim. Sabe, eu adoro criança, sempre gostei muito de criança, os meus criados, Patrícia casada. Aquele bebê, uma coisa linda, então, a menina gemia do lado de lá, eu tava do lado de cá falando: "Quê que é isso?", chorando com a garota: "Que que ela tem?" (responde F.) "Ah, porque não comprou o leite dela." Aí eu virava pra ela assim: "Por que você não me avisou que a garota tá sem leite?" Aí eu ia no Rio, eu comprava o leite, eu comprava o açúcar. .*

*Foi como é, é por exemplo: Mas toda vez na Igreja: 'Não tem fralda'. Ela sabia que eu ia comprar a fralda. **Então, tornou-se um ciclo vicioso, até o dia que eu despertei e comecei a cortar, aí eu comecei a 'não prestar'**. Aí que eu fui cair mesmo na real, aí eu cortei de vez e aí começou a provocação, percebe, eu não gosto de barulho, ainda mais funk, aí ela começava a botar os funks."*

Este foi o estopim para as vias de fato. Após reflexão de que a ascensão social despertara, principalmente em F., diversos tipos de interesses – financeiros, materiais, entre outros –, houve uma interrupção abrupta nos vínculos com toda a vizinhança. A partir daí, as relações foram se tornando animosidade. A falta de respeito chegou ao ponto de Suzete e Roberto, cristãos, *de igreja*, engajados nas causas locais, quererem agredi-la fisicamente, abrindo mão da reputação e prestígio já conquistados:

“Suzete: *E eu deitada, passando mal, sem poder me alimentar direito porque eu tinha feito cirurgia do estômago, então “fraca”, né? Entre aspas, porque sem me alimentar direito, eu só queria ficar deitada e o melhor lugar pra ficar deitada era o chão da varanda, aí eu deitada e aquele “bufo, bufo, bufo” no meu ouvido, “Fulana, abaixa essa porcaria !” Quando foi um dia, eu bati no portão dela, digo:- “Dá pra você abaixar?” (Marcela responde), “Ah, eu posso ouvir o que eu quiser,” Eu digo:- “Você pode, mas eu não sou obrigada a ouvir. E vou te dizer uma coisa, hein, depois que eu te encher a cara de porrada, você pode chamar traficante, você pode chamar a “Putaquepariu”, mas, depois que o que eu botar na tua cara, ninguém tira. Então, eu tô te avisando.” Chamei a polícia 3 vezes e a polícia não foi.*

Ent: *Não ia ali, “né”?*

S: *Não ia, justamente. Aí foi aonde é, o desgosto maior, porque aí passou a vir um outro lado.*

R: *Por que se a gente faz alguma coisa...*

S: *Passou a vir um outro lado do receio, porque se eu pego ela e dou uma “coça” boa nela, eu ia desmoralizar até a palavra de Deus, que nego dizia:- “ Não, não é crente!”*

R: *Só que crente também é gente, né?*

S: *É crente. Como é que um crente faz um negócio desse?*

O receio estava em duas frentes: na quebra da reputação, e conseqüentemente, no respeito (honra) adquirido nas redes de sociabilidade já estabelecidas. Ao considerar uma pessoa como *filha*, perpassa-se as expectativas familiares de que este papel social estabelece uma rede de aliança, de trocas, e inclusive, de obrigações recíprocas entre F., Suzete e Roberto. Algo que não ocorreu e, após o corte dos vínculos, tal pessoa agiu com enorme ***falta de respeito com a família.***

Em outro ponto, poderia haver o acionamento, por parte de F., das redes ligadas à mediação política de conflitos na localidade. Esta rede era considerada uma moralidade negativa, pois era acionada a partir de mecanismos de uma “sociabilidade violenta”. Isto era tudo que a família sempre quis evitar, mas que estava cada vez mais sendo pressionada a agir contra a *imagem de crente* e esperar o momento de F. *ir na boca de fumo:*

“S: *Entendeu? Aí ela ia na boca de fumo e eles não tinham hora pra chegar, como até hoje. Que horas que o Beto chega aqui? Quando chega, né?*

R: *Também quase que eu agredi ela uma vez também, não é bom.*

Ent: *Você chegar a ponto de agredir um vizinho.*

S: Ah, levaram a gente à loucura, levaram à loucura, me levaram à loucura e olha que pra me tirar. . .

S: Era provocação mesmo, eu via ali, de ter momento de eu ver mesmo o diabo agindo mesmo pra poder, sabe, fazer uma desgraça mesmo!

(...)

S: A minha vontade é, eu olhava pra ela assim, às vezes, ela tava na rua com as crianças, eu passava por ela, assim, eu tinha gana de “garrar” o pescoço dela, eu tinha, por Deus. Eu tinha vontade de “garrar” no pescoço dela e espremer até ela me respeitar porque eu tratei ela como filha.

Ent: Como filha e depois te destratou, “né”?

R: E muita coisa, e olha, muitas coisas que eu deixei de fazer pros meus filhos, eu fiz por ela.

R: Inclusive, falaram uma vez comigo que a gente era pessoa, minha família era muito metida.

Ent: Metida?

S: Olha só, me chega um branco casado com uma “criola”, me leva uns neguinhos metidos a besta pra lá e é aquilo que ele falou, não é de se misturar e eu nunca bati na porta (...) Então, desde que nós chegamos ali, nós desagradamos, não adianta. Nossos móveis, quando chegaram, chegaram direto da loja.”

Suzete percebeu que a ruptura em sua relação com sua vizinha foi a quebra de confiança desenvolvida nas expectativas que tanto ela quanto F. tinham em relação aos papéis que cada uma tinha que desempenhar. Como ambas não agiram conforme as configurações que cada uma teria (deve-ser) dentro da rede localizada. F. agiu com *desrespeito*, pois Suzete a considerou, em um momento, como filha.

Entretanto, a família de Suzete, por estarem “atomizados” e não entrando na configuração da rede de ajuda mútua que o antigo morador desempenhava efetivamente, conforme Suzete e Roberto relataram em entrevista, se isolaram perante às trocas materiais e simbólicas, fazendo com que a imagem da família se desenvolvesse de forma negativa. Por serem *metidos* (e com isso a reputação entrava em detrimento com a sociabilidade local) eram alvos de *blame-gossips* e de evitação mútua. Não deixa de ser, neste sentido, um desdobramento dos laços intervicinais que, sob a lógica da dádiva, seleciona os integrantes desta rede de informação e transmissão.

Erika disse o mesmo quando morava no Conjunto da Palmeira. Ela relatou que sua família também tinha essa visão negativa frente aos vizinhos devido ao fato que seu pai não autorizava nenhuma de suas filhas ficarem andando sozinhas na rua. Devido a

isso, o estabelecimento de laços com o local da casa foi muito fraco, e, como ela desenvolvia atividades no PAS, na PIB –ambas ficam situadas umas próximas às outras, na microárea Pedra Lisa - coincidentemente sua nova moradia, já estabelecida com seu marido, é bem próximo desta região. Ali ela me disse que a escolha de sua moradia incide diretamente em sua rede social estabelecida: é próxima dos amigos, do PAS, e da casa de sua sogra.

4.4 O sistema de ajuda mútua (entreadjudas) baseada nas relações de vizinhança: o circuito da dádiva como reforço do tripé de honra feminina

O tópico a seguir é um desdobramento da constituição das redes e das *personae* das minhas interlocutoras. Baseado na análise da rede de ajuda mútua do Salgueiro, podem ser consideradas como um exemplo dos sistemas de dom moderno (GODBOUT, 1992), ao afirmar que as associações comunitárias, baseadas na esfera doméstica, não deixam de ser, por excelência, uma competência feminina.

Como afirma o autor supracitado, todas as etiquetas relacionadas ao dom não deixa de ser minuciosamente observadas pelas mulheres:

“O fato é que, com toda evidência, o universo do dom, em nossas sociedades talvez mais do que nunca, é da especialidade, da competência das mulheres. É frequentemente a secretária quem escolhe o presente de Natal da mulher do seu patrão! Em todo setor de beneficência, mesmo se a proporção de homens aumenta, as mulheres mantêm-se largamente maioritárias. E as mulheres estão no **centro do dom** na esfera doméstica. (...) As mulheres encarregam-se dos presentes e estão à vontade nesse universo.” (GODBOUT, 1992, p. 53) – grifos meus

O dom, desta forma, ao estar inserido nas esferas da sociabilidade primária, trabalha o estreitamento de laços domésticos e de vizinhança. Ao se basear nas relações filiais – uma agente comunitária não deixa de ser vista como uma “mãe da comunidade”, sendo muitas vezes designadas como **tias-**, tais ajudas acionam um sistema de dom encadeado no passado. Tal visão diacrônica de eterna dívida com o local em que as agentes se constituíram plenamente como mulheres, a agência comunitária visa a reforçar esse laço com o local e com as redes que o constitui.

Como nossa análise levou em conta a atuação estatal, via PAC, dentro do bairro, não pode ser deixada de levar em conta a atuação dos dois sistemas – o do Estado, formal e institucionalizado, e o das “redes informais”, de ajuda mútua, já constituída dentro do bairro – em conjunção:

“É por isso que a noção de serviço público – [limitada em um saber técnico e protocolos burocráticos] – (...) é ‘despertada’, ‘ativada’ pelo contato com os organismos comunitários. A coabitação dos dois modelos não é fácil, entrando o espírito do dom em contradição com o princípio de igualdade, que desempenha o mesmo papel, no sistema estatal, que o da equivalência mercantil ”(GODBOUT, 1992, p.83)

A intervenção do Estado, de acordo com Godbout (op.cit., p. 85), pode romper as redes de dom, baseadas nos laços comunitários. No entanto, não podemos esquecer que as agentes do PAC Social, além de estarem institucionalmente ligadas ao Estado, também agiam diretamente nas chamadas “redes informais”. A partir de ações comunitárias em ONGs, em creches, no PAS, também agiam em redes consolidadas nas Igrejas, e em outras ações pontuais.

As práticas comunitárias, olhando por estas perspectivas, não deixam de ter um duplo movimento: ao estar em estado de eterna dívida com o local onde a pessoa criou seu caráter, sua moralidade, a partir das próprias redes de sociabilidade primária e de vizinhança – mantendo-se, assim, as ações dentro da esfera doméstica –, ou seja, sua **pessoa**; o princípio e motor de ação “comunitária” está em reforçar os laços sociais dos membros constituintes destas redes (GODBOUT, 1992: 104), também tem como transmitir as dádivas acumuladas na localidade para outros. Estar em atividade também não deixa de ser um exemplo persuasivo de sair de um círculo vicioso do bairro – marcado pela violência local (esfera masculina) – e entrar no círculo virtuoso, marcado pela ascensão social, pela posição ativa – agência nas igrejas, nas ONGs, em ações comunitárias, etc. (esfera feminina) – como também pela constituição da rede de ajuda mútua e pela melhoria do espaço de moradia – a casa, o local onde ela se encontra, as reformas, as mudanças, entre outros aspectos. Este tipo de ação deve ser consentido e o gesto deve ser voluntário e baseado em um sistema de valores, conforme segue Neves (2008):

(...) os vínculos de interdependência, isto é, relações sociais que se instituem e se constroem no tempo, fundamentadas no intercâmbio de bens materiais e simbólicos que geram expectativas e obrigações. Nas diferentes situações por ele contrapostas, demonstra como os agentes engajados para investimento em ações de objetivos comuns, ocupando posições diferenciadas, constituem, ao mesmo tempo, espaços de alianças e de disputas, configurando-se a partir da diversidade de lógicas e de interesses dos agentes intervenientes. (NEVES, 2008, pág. 16)

A igualdade protocolar trazida pelo Estado é vista de outra forma: ao utilizar pessoas que têm certa atuação no bairro e que, por conseguinte, são conhecidas por tais ações, o PAC Social poderia entrar de forma mais efetiva dentro do Salgueiro. No

entanto, quando as agentes estavam atuando pelo PAC, as pessoas não sabiam para quem estavam respondendo. Desta forma, a ação de Ana Paula, Zilá, Neide e Érika, por exemplo, entravam em *personae* contraditórias, que, por muitas vezes, trazia limites ao mesmo tempo em que trazia muitas facilidades em suas ações diretas no Salgueiro.

Ana Paula, quando fomos visitar a casa de d. Maria, descrita acima, no começo deste capítulo, sempre tinha seus papéis sociais sobrepostos e confundidos pelos seus entrevistados. A todo momento, D. Maria, ao responder o questionário padrão do PAC Social, chamava seus dependentes para responder o “chamado da mulher do pastor”. Nesta hora, Ana Paula disse que não estava ali pela Igreja, e que deveria separar quem ela é da função dela naquele momento. Ela sempre ressaltou, toda vez que a d. Maria chamava-a de “mulher do pastor”, que ali ela era a assistente social do PAC Social. Dentro da rede, portanto, as minhas interlocutoras, por serem pontos nodais dentro dela, detinham diversos interconhecimentos e sobreposição de papéis. Ana era a mulher do pastor, assistente social do PAC, mãe da Ísis, vizinha, atuante no Desperta Débora, entre outros. Podia confundir os entrevistados, mas, com certeza, abriu muitas portas para ela. Se fosse alguma outra assistente social, de fora do Salgueiro, ela não teria conhecimento das pessoas mais pobres, de onde poderia andar, com quem poderia negociar a entrada em certas localidades e principalmente, evitar certos pontos passíveis de conflito, lugares onde, caso eu estivesse junto, poderiam acarretar um potencial problema para todos nós.

Zilá é bastante conhecida por ter sido comerciante no bairro. Além disso, seu engajamento na PIB e sua atuação comunitária faziam dela uma grande referência local. Isto é expressivo a ponto de diversas reuniões do PAC Social ocorrerem em sua casa. Com isso, percebi que os laços de amizade com Ana e Neide se estreitaram muito mais. Ao trabalharem juntas, irem a mesma igreja, conviverem diariamente, elas se tornaram cada vez mais próximas. Ambas visitam as respectivas casas, trocam bens, serviços, informações. A circulação do dom se intensificou com a aproximação de interesses e sobreposição de papéis.

Janete também é um exemplo de uma mulher com diversas *personae*. Sua trajetória dentro do Salgueiro é permeada, conforme vimos no capítulo anterior e neste agora, de diversas interconexões. Amiga de Baixinha; vice-coordenadora da ONG Comunidades em Ação, em parceria com Sônia da Luz e Pr. Jean; mãe de família;

colega de trabalho de Ana Paula; estudante de Pedagogia da UFF, e assim sendo, “caloura” de Érika; Coordenadora do Mulheres do Salgueiro, tendo recebido, inclusive, o Secretário da Pesca do Ministério da Pesca e diversos prefeitos interessados no trabalho; entre outros.

Ou seja, tanto ela quanto as demais sempre acionam uma multiplicidade de redes sociais dentro do próprio bairro, em ações ordinárias ou então interessadas. Em parte, podemos ver que a Igreja Batista, seja de Itaúna ou do Salgueiro, é ponto comum de todas as nossas interlocutoras. Em algum ponto de suas histórias de vida, todas passaram algum momento dentro do batismo. Algumas saíram, como é o caso de Janete e de Lúcia, por diversos conflitos morais e também pessoais. Alguns pontos de vista não eram compartilhados com algumas lideranças da PIB. No entanto, como indivíduos, mantêm vínculos com alguns integrantes, seja por ações comunitárias, por amizade, ou então por ter convivido muito tempo no ambiente religioso, alguns valores ainda permanecem em comunhão. Zilá e Ana Paula permanecem como membros engajados e ativos na PIB.

4.5 Outros eventos significativos – arranjos e rearranjos das redes sociais locais

Como venho observando, alguns acontecimentos dentro do bairro possibilitam o mapeamento das redes locais. Outros dois casos devem ser descritos, pois também contribuem para evidenciar certos arranjos das redes dentro do Salgueiro.

Baseado no trabalho de Victor Turner (1974) sobre estrutura e antiestrutura, pude observar, olhando pelo prisma da mobilização, solidariedade e interdependência dos meus interlocutores, refletindo em suas articulações sociais e políticas no bairro, as movimentações internas, a partir da rede mapeada. O primeiro caso é quando o bairro se encontra em período eleitoral. Nesta época, encontra-se o reforço das redes de aliança política e de antagonismos presentes no bairro. Utilizando o aparato teórico, é o momento das rupturas da rede, e também do reforço da estrutura prescritiva, mantendo o *status* das relações políticas vigentes. (TURNER, 1974; SAHLINS, 1990)

O segundo são as enchentes, marcantes na memória coletiva do Salgueiro, a última tendo ocorrido em 2010, já com o bairro em obras. Neste caso, portanto, podemos enquadrar o inverso do primeiro. Aqui se suspende todas as hierarquias (e

morais) existentes, evidenciando uma antiestrutura, baseando todas as relações sociais no sistema do dom e da solidariedade (GODBOUT, 1992; MAUSS, 2003). Todos os antagonismos são relegados e a ajuda mútua é o que rege todas as relações, horizontalizadas neste momento.

Dentro do primeiro caso, nossa rede mapeada se insere em uma complexa teia de mediações e relações políticas. Parte dela está comprometida com as redes de relações supralocais, como é o caso das agentes do PAC Social. Por causa disso, o uso do aparato estatal dentro do bairro, neste momento, também é influenciado pela rede de alianças políticas locais.

Mesmo a contragosto e bastante constrangidas ao me relatar os fatos, as agentes tiveram que trabalhar a favor da campanha de um vereador e para o candidato da situação. Uma justificativa era que existia a ameaça de que, se ele não fosse vencedor, o projeto social vinculado às obras findaria no final do ano de 2012.

Além disso, como representantes do bairro, elas me relataram que era importante a participação ativa em campanhas políticas locais. Existiam, neste momento, certas “lideranças políticas” que vinham à tona, reivindicar junto aos seus vizinhos e potenciais eleitores, os benefícios trazidos por sua pessoa. Eles já eram conhecidos por todo o Salgueiro e inclusive vários políticos utilizam a “mobilização comunitária” como carro-chefe de suas campanhas.

Exemplo disso é um “centro social” que funciona apenas na época de eleição, utilizando sempre o argumento de que, se o candidato não vencer, infelizmente não haverá mais recursos para mantê-lo. Outro caso é de um candidato que usou o nome de sua esposa pela sua atribuição local ser de muito destaque, podendo angariar muitos votos. Porém, não é meu intuito trabalhar com os desdobramentos estritamente de correlações de força, pois demandaria um esforço que não seria comportado dentro deste trabalho⁴³. Apenas suscito que o acionamento da rede mapeada é constante.

Inclusive as agentes do PAC Social foram, de certa forma, coagidas a participar deste processo, como também Janete me relatou que sempre nestes períodos a

⁴³ Inclusive o Salgueiro, nas eleições de 2008, 2010 e 2012, recebeu operações policiais integradas com o TRE para coibir propaganda irregular e o uso indevido de centros sociais para benefício eleitoral. Para informação desta última operação, ver: < <http://rodrigodamatta.blogspot.com.br/2012/11/policiais-apoiam-operacao-do-tre-em-sao.html>>.

convidam para ser cabo eleitoral, sempre negado. Ela alega que, se aceitar, estará vinculando seu nome e tudo o que ela representa (*persona* local) a uma pessoa que geralmente utilizará seu apoio em benefício próprio.

Outro ponto de nossa conversa é que, no período eleitoral, alguns candidatos acionam a rede do *movimento* em troca de favores. Um deles, por ter influência em algumas instâncias estatais, utiliza de seu *status* para facilitar certos benefícios para sua irmã, esta sendo integrante ativa da rede de tráfico de drogas e armas local. O assistencialismo e a troca de favores é um componente corriqueiro na política fluminense (KUSHNIR, 2003) e aqui não poderia ser diferente.

Portanto, é interessante ver como toda a rede mapeada – do PAC Social, passando pelo PAS, a Comunidades em Ação e até a PIB – é articulada e organizada neste período. No que pude perceber, a rede em si é configurada dentro de uma correlação de forças supra e interlocais, estando, neste caso, em um ponto dominado dentro deste contexto analisado.

Por outro lado, quando eventos de catástrofe, como as enchentes, ocorrem, a configuração da rede destas lideranças é posta em evidência. As performances de meus interlocutores são muito importantes. Como fazem parte de sistemas de ajuda mútua e de solidariedade, todo o antagonismo presente na vida cotidiana e acirrados nos períodos de eleições é suspenso. A estrutura social, prescritiva e hierárquica, é relegada, e o que se pode observar é a suspensão desta e o acionamento da estrutura performativa, horizontal. As posições são invertidas e as lideranças morais – ou seja, grande parte de nossos interlocutores – se tornam lideranças expressivas⁴⁴, coordenando e administrando as demandas a partir da lógica comunitária, portanto, inseridas na rede do dom (GODBOUT, 1992). Um trecho retirado de meu diário de campo sintetiza bem este caso:

“Os comentários das devastações da enchente são diversos. Desde a última enchente que ‘levou’ a casa de Erika, relembramos um episódio ‘cômico’ dela, pois ela foi pedir a Rafael, seu futuro marido, que salvasse sua sandália da marca Melissa que se encontrava em cima de seu guarda roupa. Dissemos também das mobilizações

⁴⁴ Eu utilizo este termo em consonância com o que Gouvêia da Silva (2003) dá ao termo: aspectos expressivos são aqueles subjacentes às ações práticas, subjetivas, atualizando as ideias-valores consagradas no “exercício comunitário” (ibid., pag. 180)

comunitárias entre as igrejas. Ana Paula disse que foi muito gratificante observar a solidariedade entre os membros de diversas igrejas nestes momentos de adversidade” – Diário de campo, 31/05/2012.

Como todos são afetados pela chuva, o ideal comunitário, humanista e igualitário (BIRMAN, 2008) é evidenciado. A rede das igrejas locais é constantemente acionada, trabalhando o sistema de crenças analisado neste trabalho. Como os integrantes da rede de lideranças morais detêm familiaridade com este ideal de *comunidade*, as ações nestes períodos acionam estas pessoas e suas respectivas representações sobre ação e intervenção direta. Desta forma, ao contrário das eleições, a rede mapeada se torna um ponto dominante, quando há suspensão da estrutura política local.

5. Alguns pontos de conclusão

Chegando ao final deste trabalho, rememorarei alguns pontos importantes que devem ser refletidos. Desde as pesquisas iniciadas na graduação, a questão da obrigação moral de ajudar ou construir projetos sociais, culturais, entre outros de cunho assistencial e inseridos na lógica do dom estão presentes. Iniciei meu trabalho acadêmico pesquisando projetos sociais de personalidades do futebol, e a justificativa, parecendo um mantra, geralmente é a mesma: o resgate da cidadania de moradores pobres, dar oportunidade a eles de “mostrarem seus talentos” e terem, enfim, a mesma chance de crescimento profissional.

Olhando pela perspectiva antropológica, vê-se que o circuito de troca de bens, de transmissão de conhecimentos e de possibilidades de transmissão foi mais que necessário para que obtivesse sucesso em minha empreitada. Portanto, o contradom de minhas interlocutoras em trabalhar pelo bem comunitário, estar sempre auxiliando os seus vizinhos, entre outros aspectos, além de reforçar um *ethos familiar e cristão*, sempre valorado por elas em suas falas, também traz à tona a necessidade da circulação de bens materiais e simbólicos para que a interação local funcione, ou permaneça funcionando.

Segundo Godbout (1992), o estado de eterna dívida com seus próximos faz do dom uma cadeia diacrônica e sincrônica, que estabelece e reforça os laços sociais. Mesmo havendo uma série de contextualizações sociais, pessoais e históricas para a ascensão destas mulheres, elas observam que não deixam de ser uma herança local. Elas tornaram-se referências locais devido a estas transmissões. A formação delas como *personae* engajadas passa necessariamente pela referência que o bairro também tem em suas narrativas de vida. É uma troca mútua, então. O Salgueiro é o espaço valorado, é o lugar que, a partir dos usos e do estabelecimento de relações sociais com a família, parentes, vizinhos e outras pessoas, trouxe as condições necessárias para o estabelecimento da rede social mapeada.

Quando se olha de uma posição retrospectiva, as mudanças que o bairro sofreu também são resultados da mudança pessoal que ele pode oferecer. A visão nostálgica do bairro, seja de forma positiva ou negativa, é a expressão pessoal de um tipo, diga-se assim, hegemônico de uma moralidade local, dentre várias. A moralidade explicitada

aqui não deixa de ser as representações sociais evidenciadas pela interação com esta rede. A rede de lideranças femininas é o ponto que identifica e é identificável a partir das suas componentes. E existem espaços que são pontos nodais que “concentram” a produção, a reprodução e a transmissão de valores locais, obtendo, assim, uma integração identitária.

Ou seja, quando existem divergências com tal visão, ocorrem esgarçamentos nesta rede. É o que ocorreu entre Canela e Lúcia. Mesmo ainda sendo batistas, engajados com a localidade, um ponto de conflito fez com que ele reconfigurasse esta representação hegemônica, adquirindo uma autonomia de ação e também de representação sobre o próprio bairro.

Suzete, por isso mesmo, vê o bairro com uma potencialidade negativa, pois, para ela, as interações necessárias para manter os laços sociais coesos e estreitos, naquele *locus*, eram incompatíveis com o que ela entende como uma relação de confiança e afinidade com os seus vizinhos. Não posso supor, no entanto, que se ela tivesse relações mais estreitas com os meus outros interlocutores, poderia observar o bairro de outra forma. Provavelmente, poderia estar mais engajada dentro da localidade, ter estabelecido uma rede mais estreita e até identificar o bairro de uma forma mais positiva. No entanto, a construção de sua moralidade passou pelo tipo de transmissão herdada de sua vizinhança em Itaúna, sempre visto como sua referência inicial.

Portanto, o recorte da rede também passa pela identificação que esta tem dentro do bairro. Não perguntei a um morador comum se ele realmente achava que elas seriam pessoas-referência dentro do bairro. Mas, pelo trabalho que elas realizavam e também pela interação que cotidianamente elas tinham com seus vizinhos, amigos, parentes e entre outros que circulam no bairro, a evidência era latente. Elas eram mediadoras, no sentido que Delma Neves (2008:22) deu para o termo. Mediavam diversos e novos contextos de significação. Os espaços de sua ação comunicativa, desta forma, abrangiam contextualmente uma série de ordens sociais locais coexistentes, as quais, segundo a autora, “são contextuais, datados e situados, impregnados por representações sociais que os agentes (mediados e mediadores) são construtores e portadores.” (NEVES, 2008, p. 23).

Apenas com minha presença, elas foram impelidas a mediar o espaço da pesquisa com as possíveis relações de conflitos que poderiam existir dentro do bairro. O

primeiro capítulo sugeriu que, por representar uma ameaça potencial dentro do bairro, por diversos fatores já explicitados, elas tiveram que adaptar diversos tipos de rituais e performances para que conseguissem mediar o contexto da pesquisa com a significação conflitiva e violenta que *os meninos do movimento* poderiam ter sobre minha pessoa.

Conforme Rafael Gonçalves (2010, 2012) afirma, o risco é uma construção político-social. Entender que as precarizações dentro do Salgueiro podem ser a conjunção típica de famílias, localidade, sociedade e ambiente em risco reforça a hierarquização espacial e moral dentro do bairro. “Neste sentido, as políticas públicas buscaram conter, delimitar e controlar esses espaços e, se possível, eliminá-los” (2010, p. 3). A noção de risco acaba, por fim, segregando os considerados inferiores:

“A generalização da noção de risco para as favelas mascara o fato de que estas são plenamente integradas à cidade e que a supressão cega dessas localidades aumentará as desigualdades sociais por meio da expulsão da população em direção às áreas mais afastadas e, certamente, ainda mais vulneráveis” (GONÇALVES, 2012, p. 4)

Ao incorporar a representação do Salgueiro como um bairro necessitando de intervenção e controle deste risco, as agentes sociais acabam reforçando os estereótipos e as representações negativas encontradas dentro do bairro. No entanto, como são moradoras da localidade, elas desenvolvem uma hierarquia socioespacial. Nos lugares onde elas menos podem entrar, por questões de insegurança local, é onde elas deviam estar intervindo mais. No entanto, as agentes comunitárias evitavam ao máximo estar próximas de onde poderia haver uma abordagem mais direta e enfática, criando espaços interditos para as suas próprias incursões “ao campo”, que eram potencializadas pela minha presença.

As localidades mais *vulneráveis*, já mapeadas pelo CRAS e em parte atendidas pelo PAC, eram os principais locais de intervenção sócio-assistencial, mas que, por causa da crescente sensação de insegurança decorrente do aumento do fluxo no bairro e consequentemente, do aumento de circulação de pessoas ligadas ao *movimento*, houve também um crescimento dos potenciais riscos - uma “ficção política e social e [que] se alimenta do debate permanente entre os diversos atores sociais” (LE BRETON, 2012 *apud* GONÇALVES, 2012, p. 6.) - de conflitos violentos. Com isso, elas evitavam cada vez mais suas imersões nestas localidades, tornando-se cada vez menos assistidas pelo Estado e reiterando as representações anteriormente relatadas.

Com isso, soube que, com uma maior evitação por parte do poder público (tanto pelo PAC Social quanto por outras ações, como o CRAS), ampliou-se o contingente de *meninos do tráfico*, aumentando também os conflitos violentos, principalmente em confrontos com a polícia.

O pesquisador, por sua vez, potencializa estas construções sociais. Por ser homem, minha presença é um fator decisivo para evidenciar diversas representações de gênero, de local e de violência no Salgueiro. “Estar lá”, como observador, não é apenas observar, mas principalmente, como o “estar sendo observado” pode influenciar fortemente os aspectos relacionais dentro da pesquisa. Sendo homem, eu poderia, sim, ser uma representação do próprio aumento da violência. Por parecer policial, isto fazia com que eu tivesse que, seja pela sensação de insegurança que minha presença trazia ou pela potencial abordagem violenta dos *meninos* sobre mim, evitar certas localidades consideradas mais *vulneráveis e de risco*.

A ordem dominante local, representada pela sociabilidade violenta, poderia sofrer um risco de conflito direto apenas com a presença de um homem. Portanto, o recorte de mediação passa necessariamente por uma questão de gênero. Devem ser principal e necessariamente mulheres, conhecidas no bairro, para que se tornem um elemento “neutro” entre tal ordem política local com outras instâncias supralocais, até entre o Estado, inclusive. Apenas elas têm uma autorização latente para entrar em certas localidades, pois, dependendo do contexto ou da situação local, um homem presente pode acarretar em um perigo e risco evidente para todos os atores sociais envolvidos.

De certa forma, quanto mais tentava desconstruir esta representação externa, mais eu me afastava dos locais onde tal representação poderia se tornar um risco real para minha integridade física. Acabei incorporando algumas interpretações e representações correntes ali no bairro. Meu controle de impressões também passava pela interdição construída pelas agentes comunitárias, dando um contorno de evitação com algum representante da ordem da sociabilidade violenta ou qualquer um que expressasse um possível conflito. Mesmo sendo um pesquisador interessado no bairro, os vieses de representação de risco no Salgueiro também determinaram o percurso de minha pesquisa.

Como toda mediação, de alguma forma, é uma relação política, pretendo afirmar que o trabalho também manteve o objetivo inicial de analisar as práticas efetivas de uma política pública. Algumas das minhas interlocutoras estavam inseridas dentro do PAC Social, fazendo o mapeamento do bairro e dos impactos das obras na localidade.

Por estarem dentro de um contexto situacional de mediação, as minhas interlocutoras se viram imbricadas em diversas outras instâncias de poder e de comunicação, que abrangiam a elas diretamente. Como eram a terceira equipe, a importância de terem afinidades identitárias fez com que elas conseguissem agir em bloco e com isso também não criarem outras cisões e outros conflitos que já haviam ocorrido. No entanto, não deixaram de observar diversos constrangimentos advindos destas mediações.

O primeiro deles foi a negociação do espaço da sede. A escolha foi de acordo com os laços estreitos entre Janete, Jean e Ana Paula. Quando houve denúncias de superfaturamento da empresa responsável pela obra, os recursos do PAC Social foram suspensos. A relação de amizade e de consideração fizeram com que Janete e a ONG Comunidades em Ação “segurassem a barra” até a regularização do pagamento.

Outro ponto foram os constrangimentos de estarem representando outras instâncias de poder. Exemplo deste foi desenvolvido no capítulo 3, no qual relatei as situações em que as agentes do PAC Social tiveram que participar de campanhas políticas. Mesmo que apoiassem este político, algumas obrigações políticas fizeram com que elas extrapolassem seus pontos de vista. Outro caso era das demandas retiradas com os representantes do Salgueiro nas Comissões de Acompanhamento de Obras (CAO). Até que eu soube, nenhum equipamento urbano reivindicado, como lixeiras e placas de trânsito por exemplo, tinha sido colocado. Além disso, as reclamações dos moradores frente aos traficantes e seus *abusos* em relação às obras – como o caso do vizinho que teve um quebra-molas colocado em frente à sua garagem para que as motos passassem diretamente, sem ter que desacelerar, e foi reclamar este caso frente à CAO – esvaziou o capital político existente na intermediação agentes - *comunidade*. Nas últimas reuniões, apenas um morador, noivo da mãe de uma das agentes, participava ativamente.

Ou seja, ao mapear minha rede, mapeei também uma rede política local. Esta rede está situada em diversas correlações de força, e seu principal capital investido é a força de liderança moral que elas detinham. A rede entrava em detrimento frente ao *movimento* e frente aos candidatos políticos locais. As minhas interlocutoras compunham uma rede de múltiplas mediações. A mediação política – no sentido estrito do termo – também era uma dimensão mediada. Ao saírem do PAC Social,

provavelmente alguns integrantes não deterão mais esta mediação, mas alguns membros, da PIB, do PAS e da ONG ainda estarão situados nesta rede política, mais ampla e com desdobramentos supralocais.

As próprias instituições ora citadas fazem parte de outras redes mediadoras. O PAS está dentro das redes de Ponto de Cultura, organizando e produzindo relações dentro do espaço social cultural; a ONG Comunidades em Ação está com projetos de empreendedorismo solidário em que até Secretários e Prefeitos foram visitá-los, além de estar estreitando laços com projetos semelhantes; e a PIB mantém as ações comunitárias que já foram bastantes descritas nesta dissertação.

Além do mais, a PIB está inserida nas relações dentro do espaço religioso e cada vez mais mediando ações de Estado. Conforme descrito aqui, os atuais espaços institucionais de formação de liderança e de mediação política provêm das igrejas, principalmente as de confissão protestante, pautadas na **conversão da pessoa**. Isto remete a um tipo de mediação, pautada por uma representação de desenvolvimento material atrelado ao desenvolvimento espiritual por ora analisada:

“A prática dos mediadores (...) se objetiva por um trabalho educativo (...), razão pela qual eles se vêem como portadores da função (ou missão) pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo. Decorrem desses recursos de mobilização, os resultados favoráveis àqueles segmentos dispostos a transitar e a incorporar referências de outros múltiplos domínios de vida social, a se comunicar com outros diferenciados discursos” (NEVES, 2008, p. 36)

Os espaços assim constituídos reproduzem a justaposição de práticas, a divergência de aspirações e de concepções referenciadoras de tais práticas, **criando lógicas e formas ideológicas de dominação, a partir da expansão de projetos voluntaristas**, “visando produzir a submissão a autoridades centralizadas; (...) a adesão de valores que consagrem a idealizada universalidade, inclusive pela desejada sociedade movida pela sustentabilidade e pela solidariedade” (NEVES, op. cit., pg. 25). Tal perspectiva de ação mediadora, objetivada em um trabalho pedagógico, consagra o que Birman (2012), utilizando a conceituação do projeto civilizador desenvolvido por Nibert Elias, já havia desenvolvido acerca da mediação religiosa em ações estatais:

“É preciso analisar com que poderes *civilizados* e *incivilizados* se conectam, de que circuitos todos, *civilizados* e *incivilizados*, pertencentes a redes do estado e da sociedade, participam e com quais diferenciais de poder agem no plano das interrelações políticas e religiosas. Desse ponto de vista, acompanhar as práticas do estado nas suas margens é também seguir redes, grupos e fluxos cujas atividades embaralham as fronteiras e apagam as distinções entre elas, dando lugar a atores que encarnam lealdades religiosas” (BIRMAN, 2012, p. 217)

Tal *cruzada*, seja moral, seja civilizadora, é resultado desta política de gestão de população à margem. O intermédio, no Brasil, de políticas assistenciais em localidades pobres sempre teve o cruzamento de práticas seculares e religiosas, e aqui não foi diferente. Como a autora mesmo observa, os lugares de inserção laica e religiosa são difíceis de distinguir. Tais pessoas, como observamos nesta pesquisa:

“Estão dentro e fora do Estado, as suas atividades podem ser consideradas seculares mas também religiosas, os estatutos que possuem são às vezes de funcionários e/ ou de religiosos seculares (escolas, prisões, centros de recuperação de drogados, de recuperação de homossexuais, conselhos tutelares, instituições de caridade, de formação) onde trabalham no sentido de modelar esses serviços aos propósitos de salvação que defendem. (BIRMAN, 2012b, 222)

A rede mapeada e mediada se insere nesta complexa teia de ações e representações. Existe, sim, uma representação dominante sobre a atuação comunitária dentro do Salgueiro, desenvolvida na rede destas lideranças mediadas. Entretanto, como observamos, elas compõem múltiplas redes justapostas. Além das redes de mediação, elas se situam em redes familiares, de vizinhança, de amizade, profissionais, etc. Portanto, reifico a tese de que:

“(…) os agentes de desenvolvimento assim também atuam para gerir as contradições por eles vividas; (…) a relativizar os constrangimentos derivados da condição de fazer aparecer um outro; (…) a assumir mais claramente que eles valorizam a transmissão de saber para tornar viável a instituição que representam; o sistema de crenças ao qual se afiliam; ou até a defesa da posição que ocupam nesse campo” (NEVES, op.cit, pp.36-37)

Portanto, as agentes mediadas sabem da amplitude de sua ação, estando embebidas de diversas representações. Sabem o que pensam e mediam suas ações baseadas nos valores que adquiriram em suas vidas, apesar de todas as adversidades e contradições. Estão em detrimento de outras instâncias e dimensões políticas. Mas, conforme elas relataram, é uma luta em suas próprias vidas e que, para *sair da calçada* e ascenderem socialmente, é apenas mais uma constante, um desafio, uma cruzada, uma encruzilhada pela qual deverão passar, mediar e superar.

REFERÊNCIAS

BERREMAN, Gerald. *Etnografia e controle de impressões em uma aldeia no Himalaia* in ZALUAR, Alba: Desvendando máscaras sociais, RJ; Francisco Alves Ed.,1980 [1969].

BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. Natal, RN, EDUFRN São Paulo: Paulus, 2010.

BIRMAN, Patrícia. “Favela é comunidade?” Em: SILVA, Luiz Antônio Machado da(org).*Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

_____, *Cruzadas pela paz: práticas religiosas e projetos seculares relacionados à questão da violência no Rio de Janeiro*. *Religião & Sociedade* (Impresso), v. 32, p. 209-226, 2012.

BOTT, Elizabeth. *Família e Redes Social*. Rio de Janeiro: Fco. Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação*. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: _____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1989 [1980],p. 107-132.

_____ *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp.183-191.

BRAGA, Miguel. *Gênero e Religião, poder e identidade: a liderança da mulher na igreja evangélica*. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1832444>> Acesso em <15 set.2013>

BRASIL – PAC. *Balanco 04 anos / 2007 – 2010*. Governo Federal, 2010.

BRITO, Celso. *PM fecha “quartel” do tráfico no Complexo do Salgueiro*. O São Gonçalo, São Gonçalo, pg. 5, 04/04/2011

DA MATTA, Rodrigo. *Policiais apoiam operação do TRE em São Gonçalo*. 3 nov.2012. Disponível em: <<http://rodrigodamatta.blogspot.com.br/2012/11/policiais-apoiam-operacao-do-tre-em-sao.html>>. Acesso em <15 set.2013>

DE SOUZA, MARCOS ALVITO Pereira. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Classificação e valor na reflexão sobre identidade social*. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica – Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

ELIAS, Norbert. *Estabelecidos e Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*. Ed.UFRGS, 2000.

FREIRE, Letícia de Luna. *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil, 2005. Dissertação (mestrado em Psicologia Social).

_____. *Da 'favela' ao 'bairro': diferentes usos e concepções dos espaços de uma localidade em transformação*. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro (BA). Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008.

_____. *Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados*. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 1, p. 95-114, 2009.

GODBOUT, Jacques. *O espírito da dádiva*. Lisboa: Epistemologia e Sociedade, 1992.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1965.

GOUVEIA DA SILVA, Patrícia F. *Mulheres - comunitárias, personae - viajantes. Classe, gênero, identidade e participação popular*. Tese de Doutorado; IFCS/PPGSA, Rio de Janeiro, RJ, 2003.

GUEDES, Simoni Lahud –*Jogo de Corpo*. Um estudo de construção social detrabalhadore. Niterói: Eduff, 1997.

_____. *Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais*. Caderno CRH, Salvador, n. 29, 1998.

GUEDES, Simoni Lahud e LIMA, Michelle. *Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores*. In BARROS, Myriam Lins (org.), *Família e gerações*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, São Paulo: Vértice, 1990.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico: resultados preliminares*. Rio de Janeiro; 2010.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *Sociologia do Brasil Urbano*. Zahar, 1978.

LOBO, Cristina. *Parentalidade social, fratrias e relações intergeracionais nas recomposições familiares*. In: SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º 59, 2009, pp. 45-74.

LOMNITZ, Larissa Adler. *Redes sociales, cultura y poder: ensayos de antropologia Latinoamericana*. FLACSO, México, 2001

MACHADO DA SILVA, Luiz. A. *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004. pp. 53-84.

_____. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

MAUSS, Marcel “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*, vol.I. São Paulo, CosacNaify, 2008.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. Sistemas Construídos e Memória Social: Uma Arqueologia Urbana? Revista de Arqueologia. Museu Paraense Emílio Goeldi, v.2, n.2. Belém: jul/dez 1984.

MELLO, Marco Antonio da Silva; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno et alii. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto, 1985.

NEVES, Delma Pessanha (Org). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008

_____. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NUFEP, Prefeitura Municipal de São Gonçalo – *Plano Municipal de Segurança Pública*, mimeo; 2008.

O FLUMINENSE. *Suspeito oferece R\$ 100 mil a PMs para não identificá-lo*. Disponível em: <<http://ofluminense.com.br/editorias/policia/suspeito-oferece-r-100-mil-pms-para-nao-identifica-lo>> Acesso em <15 set.2013>

O SÃO GONÇALO. *Comissão cobrará a conclusão de 60% do PAC até o fim do ano*. 1 set.2009. Disponível em: <<http://www.osaogoncalo.com.br/site/pol%C3%ADtica/2013/7/21/1464/comiss%C3%A3o+costrar%C3%A1+a+conclus%C3%A3o+de+60+++do+pac+at%C3%A9+o+fim+do+ano>> Acesso em 15 set. 2013.

OBSERVATÓRIO DO PRÉ-SAL. *Relato de Audiência Pública: impactos do Comperj sobre a mobilidade urbana em São Gonçalo*. Disponível em: <<http://www.observatoriodopresal.com.br/?p=1426>> Acesso em <15 set.2013>

Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). *Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro-Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007. Disponível em <<http://www.comperj.com.br/Util/pdf/rima.pdf>> Acesso em <14/04/2012>

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. *Jorge Canela entrevistado no RJTV (02/06/2007)* – Disponível em <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM683958-7823-PROJETO+SOCIAL+NA+COMUNIDADE+DO+SALGUEIRO+DE+SAO+GONCALO,00.html>> Acesso em <29 dez.2011>

SADER, Eder & PAOLI, Maria Célia. *Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes)* In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica – Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de Histórias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SARTI, Cynthia Andersen. *A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SANTOS, Pedro da Silva. *Do encanto ao desencanto: mudanças na percepção do projeto do COMPERJ pela vizinhança do empreendimento*. Dissertação (mestrado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Relatório técnico de impacto social*. São Gonçalo , 2011.

SINGLY, François de. *Sociologia da família contemporânea*. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, 208 p. (Família, geração & cultura).

SOARES GONÇALVES, Rafael. *A construção social do risco e as remoções das favelas cariocas*. Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs, de 24 a 28 de outubro de 2011, em Caxambu/MG.. In: 36º Encontro Anual da Anpocs, 2012, Águas de Lindoia, em Águas de Lindoia/SP: ANPOCS, 2012. v. 36. p. 1-19.

_____ e FRANÇA, B. *Entre o Muro e a remoção: meio-ambiente e favelas no Rio de Janeiro* In: GOMES, M.F.C.M. e BARBOSA, M. J. S. (orgs.) *Cidade e Sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência*. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010

TURNER, Victor. *O processo ritual*, Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. *Floresta de Símbolos- Aspectos do Ritual Ndembu*. Niterói:EdUFF, 2005.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989, 5ª ed. [1969].

_____ e KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Pesquisas Urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

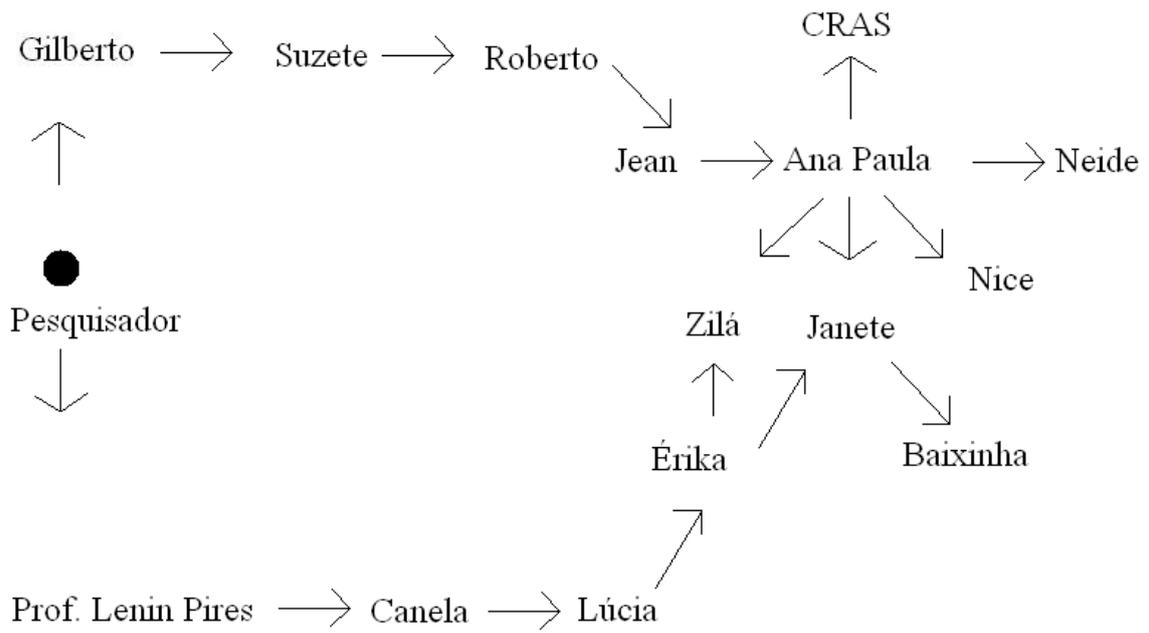
YACCOUB, Hilaine. *A chamada nova classe média : cultura material, inclusão e distinção social*. Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso), v. 36, p. 120-150, 2011.

WEBER, Florence, *Trabalho fora do Trabalho: Uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

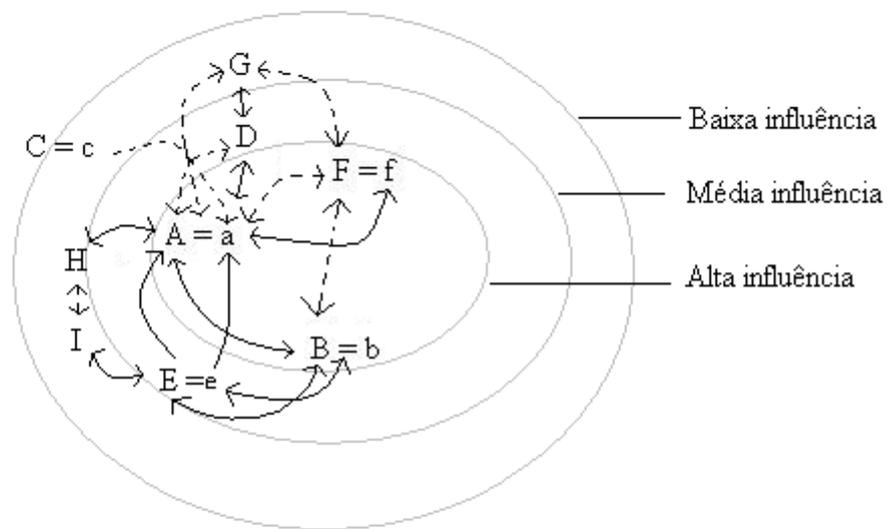
ZALUAR, Alba. *Desvendando máscaras sociais*. RJ: Francisco Alves Ed., 1980.

ANEXOS

ANEXO 1 – Percurso inicial de inserção em campo



ANEXO 2 – Desenho da rede mapeada



Legenda

-  Círculos concêntricos de influência e de laços sociais intensos
-  Laços mais estreitos/intensos
-  Laços menos estreitos/intensos

ANEXO 3 – Casa de d. Maria







ANEXO 4 – Casa de Zilá



ANEXO 5 – Casa de Ana Paula

